



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

RELATÓRIO FINAL

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – DÉBITOS DO MUNICÍPIO COM A CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ

REQUERIMENTO N. 779/2019

Belo Horizonte/MG, 5 de agosto de 2020.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

SUMÁRIO

I. DO DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS DESTA CPI.....	04
II. BREVE HISTÓRICO FÁTICO E JURÍDICO	13
II.1. DO CONTEXTO DE CADA CONTRATO.....	18
II.1.1. CANALIZAÇÃO DO RIBEIRÃO ARRUDAS.....	18
A. CONTRATO N. 32/79	19
B. CONTRATO N. 04/81	26
C. CONTRATO N. 14/87	28
II.1.2. TÚNEL DA LAGOINHA.....	30
II.1.3. AGUAPÉS DA LAGOA DA PAMPULHA.....	38
II.2. DAS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS	42
II.3. DO DÉBITO CONFESSADO E DOS VALORES QUITADOS.....	43
II.4. SIMILARIDADE COM O CASO DE BETIM.....	61
III. DAS OITIVAS	64
III.1. MARCO ANTÔNIO DE REZENDE TEIXEIRA.....	65
III.2. RÚSVEL BELTRAME ROCHA.....	67
III.3. JOSÉ AFONSO BICALHO.....	67
III.4. OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO.....	68
III.5. FERNANDO LEYSER GONÇALVES.....	69
III.6. JOÃO PIMENTA DA VEIGA FILHO.....	70
III.7. FERNANDO DAMATA PIMENTEL.....	70
III.8. MÁRCIO ARAÚJO DE LACERDA.....	71
III.9. GUSTAVO COUTINHO	72
III.10. PAULO ROGÉRIO FERREIRA	73



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

III.11. MÁRCIO ANTÔNIO FLORENTINO	73
IV. DOS ANEXOS A ESTE RELATÓRIO.....	74
V. CONCLUSÃO	75

descrição de 2019, requerimento ao Plenário (Requerimento n. 779/2019), nos termos do art. 82, § 3º, da Lei Orgânica combinado com o art. 57 e 81, § 3º do Regimento Interno, de constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar o seguinte fato: Débito do Município de Belo Horizonte, por meio da SUBECAP, com a Construtora Andrade Guterres S.A., provedor dos contratos para a construção do Túnel da Lagoa (Contrato D1 31/84 e seus aditivos), cancelação do Relatório Atualizado (Contratos D1 32/79 e D1 14/87 e seus aditivos e ainda a sub-rogação parcial do Contrato D1 04/81) e retrocesso de águas na Lagoa da Pampulha (Contrato D1 19/88), a contagem de dívida respectiva, materializada na Lei Municipal n. 5.371/1988, a posterior autuação de resgateção constante da Lei Municipal n. 7.639/1999 e o

pagamento.
2. Constatou, ainda, do requerimento apresentado, solicitação de prazo de 120 (cento e vinte) dias para o desenvolvimento dos trabalhos, prorrogável por até a metade do período.

3. A Presidente da Câmara Municipal, vereadora NELLY AQUINO, também no dia 2 de dezembro de 2019, determinou sua distribuição em autos, estabelecendo o prazo para escolha, pelos líderes, dos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, conforme art. 47, §6º e 7º, II do Regimento Interno.

4. No dia 10 de dezembro, foi designada a Comissão Parlamentar de Inquérito com a seguinte composição: como membros titulares os vereadores GILSON RIBEIRO, MATEUS SIMÕES, IRLAN MELO, PRETO, CATATAU DO POVO, JAIR DI GREGÓRIO e PEDRO PATRUS; e como suplentes os vereadores ORIEL LEO BURGUES DE CASTRO, JUNTINHO DOS HERMANOS, BILLY GONÇALVES, PROFESSOR JULIANO LOPES, HENRIQUE BRAGA e MARILDA FORTALEZA.

5. Reunidos os membros titulares, no dia 13 de dezembro de 2019, por convocação do presidente interno da Comissão, CATATAU DO POVO, deliberou-se que o vereador PEDRO PATRUS seria o presidente do Colegiado e que o vereador JAIR DI GREGÓRIO seria o relator.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

I. DO DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS DESTA CPI

1. Foi protocolizada perante a Presidência desta Câmara Municipal, no dia 2 de dezembro de 2019, requerimento ao Plenário (Requerimento n. 779/2019), nos termos do art. 82, § 3º, da Lei Orgânica combinado com o art. 57 e 81, § 3º do Regimento Interno, de constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar o seguinte fato: Débito do Município de Belo Horizonte, por meio da SUDECAP, com a Construtora Andrade Gutierrez S.A., proveniente dos contratos para a construção do Túnel da Lagoinha (Contrato DJ 21/84 e seus aditivos), canalização do Ribeirão Arrudas (Contratos DJ 32/79 e DJ 14/87 e seus aditivos e ainda a sub-rogação parcial do Contrato DJ 04/81) e remoção de aguapés na Lagoa da Pampulha (Contrato DJ 119/88), a confissão de dívida respectiva, materializada na Lei Municipal n. 5.371/1988, a posterior autorização de renegociação constante da Lei Municipal n. 7.639/1999 e o pagamento.

2. Constatou, ainda, do requerimento apresentado, solicitação de prazo de 120 (cento e vinte) dias para o desenvolvimento dos trabalhos, prorrogável por até a metade do período.

3. A Presidente da Câmara Municipal, vereadora NELY AQUINO, também no dia 2 de dezembro de 2019, determinou sua distribuição em avulsos, estabelecendo o prazo para escolha, pelos líderes, dos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, conforme art. 47, §6º e 7º, II do Regimento Interno.

4. No dia 10 de dezembro, foi designada a Comissão Parlamentar de Inquérito com a seguinte composição: como membros titulares os vereadores GILSON REIS, MATEUS SIMÕES, IRLAN MELO, PRETO, CATATAU DO POVO, JAIR DI GREGÓRIO e PEDRO PATRUS; e como suplentes os vereadores ORLEI, LÉO BURGUEZ DE CASTRO, JUNINHO LOS HERMANOS, BELLA GONÇALVES, PROFESSOR JULIANO LOPES, HENRIQUE BRAGA e MARILDA PORTELA.

5. Reunidos os membros titulares, no dia 13 de dezembro de 2019, por convocação do presidente interino da Comissão, CATATAU DO POVO, deliberou-se que o vereador PEDRO PATRUS seria o presidente do Colegiado e que o vereador JAIR DI GREGÓRIO seria o relator.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

6. Em atendimento ao requerimento n. 1.571/2019 aprovado na 2ª reunião de Comissão, realizada no dia 20 de dezembro de 2020, foram indicados, pela Procuradoria-Geral da Câmara Municipal, os procuradores PEDRO PAULO MARTINS DA FONSECA e MARIA LUIZA GONÇALVES para acompanhar os trabalhos do Colegiado.
7. Na 4ª reunião de Comissão, realizada no dia 7 de fevereiro de 2020, o vereador JAIR DI GREGÓRIO, então relator da Comissão, apresentou pedido de renúncia ao cargo, elegendo-se para o ofício o vereador MATEUS SIMÕES.
8. No dia 12 de fevereiro de 2020, na 6ª reunião de Comissão, foi aprovado o requerimento apresentado pelo novo relator, vereador MATEUS SIMÕES, de pedido à Presidente da Câmara de contratação de perícia contábil dos dados constantes do processo judicial de autos nº 8309444-51.1991.8.13.0024, previamente colocado à disposição da Comissão Parlamentar de Inquérito (Requerimento de Comissão n. 61/2020).
9. Transcorrido quase um mês do pedido de contratação pericial, na 9ª reunião de Comissão realizada no dia 9 de março de 2020, foi apresentada para deliberação dos membros resposta da Diretoria de Administração e Finanças da Câmara a respeito do pedido de contratação de perícia contábil (Ofício DIRLEG 196/2020), informando que a referida contratação deveria advir da própria Presidência, em formulário padronizado.
10. A fim de facilitar e agilizar a contratação dos serviços periciais, em face do transcurso do tempo e do prazo previsto para conclusão dos trabalhos deste Colegiado, na própria reunião do dia 9 de março de 2020, deliberou-se que o Relator prepararia o formulário (Termo de Referência) e encaminharia informalmente à Presidência, como sugestão para adoção das medidas necessárias à contratação, o que foi feito subsequentemente.
11. Contudo, diante do fechamento total e paralisação das atividades da Câmara Municipal, com a consequente suspensão das reuniões de Comissão a partir de 18 de março de 2020, por determinação da Presidente desta Casa para fins de prevenção à infecção e à propagação do COVID-19, a cotação dos serviços e consequente contratação foram suspensas.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

12. Após a retomada dos trabalhos nesta Casa Legislativa, diante da ausência de tempo hábil para contratação e realização da perícia técnica, não foi dado prosseguimento à cotação para contratação.
13. O Colegiado aprovou, até o presente momento, 67 (sessenta e sete) requerimentos com vistas à instrução do processo.
14. Dentre os requerimentos apresentados, até a presente data, foram juntados aos autos diversos documentos, conforme relação descrita no Anexo I a este Relatório.
15. A Prefeitura de Belo Horizonte, ao ser solicitada de documentos referentes à íntegra dos processos de licitação, contratação e gestão, incluindo documentos relacionados à execução da despesa dos Contratos n. 32/79, n. 21/84, n. 14/87, n. 04/81, n. 119/88 e aditivos relacionados (Requerimento de Comissão n. 1.573/2019), entregou, em 2 de março de 2020, nesta Casa Legislativa, 186 caixas de documentos, solicitando a disponibilização de um espaço para a guarda destes.
16. Tais documentos, conforme informado pela Prefeitura em Ofício SMOBI n. 072/2020 (em resposta ao Requerimento de Comissão n. 1.573/2019), poderiam ser acessados às terças e quintas-feiras, de 10h às 12h e de 14h às 17h, com o acompanhamento de um servidor do Executivo para cópia e digitalização do acervo necessário.
17. Destaca-se que as caixas entregues pela Prefeitura nesta Câmara Municipal contêm, além da documentação referente aos Contratos n. 32/79, n. 04/81, n. 21/84 e n. 14/87, documentos de diversos contratos e obras que não guardam qualquer relação com o objeto desta CPI, dificultando o acesso desta Comissão ao acervo pretendido.
18. Conforme informado pela Prefeitura em Ofício SMOBI n. 072/2020 (resposta ao Requerimento de Comissão n. 1.573/2019), parte da documentação referente ao Contrato n. 14/87 (Ribeirão Arrudas) e a totalidade dos documentos do Contrato n. 119/88 (aguapés da Pampulha) foram perdidos em incêndio ocorrido na empresa de guarda de documentos no ano de 2014¹, comprometendo a análise completa por esta Comissão acerca das informações referentes aos mencionados contratos.

¹ Conforme será verificado adiante, o incêndio ocorrido no local em que estavam arquivados referida documentação ocorreu no dia 3 de outubro de 2014, exatamente 2 dias antes do primeiro turno da eleição presidencial naquele ano.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

19. Assim, diante do extenso volume de caixas, documentos, da desorganização no arquivamento do material disponibilizado pela Prefeitura e do extravio de documentos referentes aos Contratos n. 14/87 e n. 119/88, não foi localizada a integralidade dos instrumentos jurídicos referentes ao histórico dos contratos que envolvem o objeto desta CPI.

20. Além dos documentos acostados aos autos e mencionados no Anexo I a este Relatório, foram solicitados documentos e informações por esta Comissão que, até a presente data não foram apresentados, tais como:

- Informação e documentos pelo Tribunal de Contas do Estado, em resposta ao Requerimento de Comissão n. 262/2020, sobre as conclusões apuradas e as providências adotadas nos autos do Relatório de Inspeção n. 56/88.
- Informação e documentos pela SUDECAP, em resposta ao Requerimento de Comissão n. 334/2020, especificamente a íntegra dos contratos celebrados com a Construtora Andrade Gutierrez S.A, referentes às obras do Ribeirão Arrudas, Túnel da Lagoinha, e aguapés da Pampulha, realizadas na década de 80,
- Informações e documentos pelo Tribunal de Contas e pelo Ministério Público, ambos do Estado de Minas Gerais, em resposta aos Requerimentos de Comissão n. 124/2020, 125/2020, 203/2020, 331/2020, 335/2020, 523/2020 e 524/2020, quanto às medidas adotadas por tais órgãos, inclusive quanto à realização de auditoria, a partir das recomendações feitas pelo Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída em 1993 nesta Casa Legislativa para apurar irregularidades em obras realizadas por empreiteiras em Belo Horizonte (“CPI das Empreiteiras”).
- Envio, pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, de cópia integral do Processo de Auditoria nº 01.063.479-08-5, em resposta ao Requerimento de Comissão n. 476/2020.
- Informações e documentos pelo Ministério Público de Contas, pela Corregedoria e Ouvidoria do Tribunal de Contas de Minas Gerais, em



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

resposta aos Requerimentos de Comissão n. 520/2020, 521/2020 e 522/2020, quanto às medidas adotadas pelo E. Tribunal de Contas, inclusive quanto à realização de auditoria, a partir das recomendações feitas pelo Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída em 1993 nesta Casa Legislativa para apurar irregularidades em obras realizadas por empreiteiras em Belo Horizonte (“CPI das Empreiteiras”).

21. Conforme convocações, requeridas pelos Requerimentos de Comissão, foram realizadas oitivas das pessoas a seguir elencadas, nas referidas datas:

- Marco Antônio de Rezende Teixeira, ex-Procurador-Geral de Belo Horizonte à época dos pagamentos investigados pelo Colegiado: oitiva realizada em 2 de março de 2020;
- Rúsvel Beltrame Rocha, ex-Procurador-Geral de Belo Horizonte à época dos pagamentos investigados pelo Colegiado: oitiva realizada em 22 de junho de 2020;
- José Afonso Bicalho, ex-Secretário Municipal de Finanças nos governos Fernando Pimentel e Márcio Lacerda: oitiva realizada em 29 de junho de 2020;
- Otávio Marques de Azevedo, ex-presidente da Andrade Gutierrez S.A.: oitiva realizada em 29 de junho de 2020;
- Fernando Leyser Gonçalves, presidente da Andrade Gutierrez Engenharia S.A. que assina atualmente as procurações da Construtora: oitiva realizada em 29 de junho de 2020;
- João Pimenta da Veiga Filho, ex-prefeito de Belo Horizonte: oitiva realizada em 6 de julho de 2020;
- Fernando Damata Pimentel, ex-prefeito de Belo Horizonte à época dos pagamentos investigados pelo Colegiado: oitiva realizada em 13 de julho de 2020;
- Márcio Araújo de Lacerda, ex-prefeito de Belo Horizonte à época dos pagamentos investigados pelo Colegiado: oitiva realizada em 13 de julho de 2020.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- Gustavo Coutinho, diretor financeiro da Andrade Gutierrez: oitiva realizada em 20 de julho de 2020.
 - Paulo Rogério Ferreira, Auditor de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte: oitiva realizada em 27 de julho de 2020.
 - Márcio Antônio Florentino, Auditor de Carreira da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte: oitiva realizada em 27 de julho de 2020.
22. O Procurador-Geral do Município de Betim, Bruno Cypriano, foi convidado para contribuir com os trabalhos do colegiado, tendo em vista que processo semelhante de cobrança por parte da construtora Andrade Gutierrez ocorreu no referido Município, comparecendo ao Plenário Camil Caram no dia 17 de fevereiro de 2020, nos termos do convite realizado.
23. Diante da ausência de membros para preenchimento do quórum necessário à abertura da reunião na referida data, não houve a instauração formal desta.
24. Contudo, diante da presença do senhor Bruno Cypriano a esta Casa, e de todos os membros da Comissão às 10h30 no Plenário Camil Caram, estes deliberaram por realizar a referida oitiva em caráter informal, por se tratar de pessoa convidada para esclarecimentos adicionais aos trabalhos desta CPI.
25. A oitiva do senhor Bruno Cypriano, foi gravada e juntada aos autos (Requerimento de Comissão n. 152/2020), e teve por foco esclarecimentos e informações sobre os contratos e disputas judiciais que envolvem o Município de Betim e a Construtora Andrade Gutierrez, em situação semelhante à que se investiga por esta Comissão.
26. Além de todas as autoridades acima elencadas, foram convidados, também para oitiva na condição de testemunhas:
- Renato Torres de Faria, diretor da Andrade Gutierrez Participações;
 - Mauri José Torres Duarte, Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais;
 - Antônio Sérgio Tonet, Procurador-Geral do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- Leonardo Duque Barbabela, Coordenador das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Belo Horizonte, órgão do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

27. O diretor da Andrade Gutierrez Participações, Renato Torres de Faria, foi dispensado da oitiva, nos termos do requerimento apresentado pela Andrade Gutierrez Engenharia S.A., em 21 de fevereiro de 2020.

28. Deliberada a dispensa do senhor Renato Torres de Faria, em reunião realizada pelo Colegiado no dia 2 de março de 2020, e diante da ausência de indicação pela Construtora de outro nome que pudesse representá-la, foi requerida a intimação do senhor Fernando Leyser Gonçalves, diretor da Andrade Gutierrez Engenharia S.A., que assinou a procuração em nome desta.

29. O Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Mauri José Torres Duarte, foi convidado para oitiva ou para indicar servidor do órgão, a fim de que contribuíssem com os trabalhos do colegiado, apresentando esclarecimentos quanto às providências adotadas pelo Tribunal de Contas a partir da recomendação feita pelo Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída em 1993 para apurar irregularidades em obras realizadas por empreiteiras em Belo Horizonte (“CPI das Empreiteiras”).

30. Contudo, na data designada para oitiva em 6 de julho de 2020, o Conselheiro Presidente do TCE não compareceu e sequer apresentou justificativa para sua ausência. Ademais, não indicou o nome de um outro servidor para prestar os devidos esclarecimentos, restando prejudicada a oitiva de membro do Tribunal de Contas.

31. O Procurador-Geral do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Antônio Sérgio Tonet, também convidado para oitiva ou para indicar Procurador integrante das carreiras, para esclarecer quais as providências adotadas pelo órgão a partir das recomendações feitas no relatório da “CPI das Empreiteiras” que tramitou nesta Casa Legislativa em 1993/1994.

32. No entanto, na data designada para oitiva em 13 de julho de 2020, não compareceu em reunião o Procurador-Geral do Ministério Público Estadual ou outro Procurador por este indicado, sendo que, em resposta ao referido convite, o Secretário-Geral do órgão, João Medeiros Silva Neto, informou que tais informações deveriam ser



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

requeridas ao Coordenador das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Belo Horizonte, Leonardo Duque Barbabela.

33. Ato contínuo, em observância à resposta apresentada pelo Ministério Público, o senhor Leonardo Barbabela foi convidado para oitiva. Contudo, na data designada para tanto, 27 de julho de 2020, não compareceu em reunião e sequer apresentou justificativa para sua ausência.

34. Ao todo, até a presente data, esta Comissão Parlamentar realizou 22 (vinte e duas) reuniões, nos dias 13 e 20 de dezembro de 2019; 3, 7, 10, 12 e 17 de fevereiro de 2020; 2 e 9 de março de 2020; 11, 18 e 25 de maio de 2020; 1º, 8, 10, 15, 22 e 29 de junho de 2020; 6, 13, 20 e 27 de julho de 2020; e 3 de agosto de 2020; sendo que o presente relatório será entregue em reunião a ser realizada no dia 6 de agosto de 2020, totalizando 23 (vinte e três) reuniões realizadas.

35. As reuniões dos dias 10 e 17 de fevereiro de 2020 não foram realizadas por falta de quórum no horário designado para início da reunião. Contudo, no dia 17 de fevereiro, diante da presença de todos os membros desta Comissão, a partir das 10h30 ao Plenário Camil Caram, estes deliberaram por ouvir, em caráter informal, o Procurador-Geral do Município de Betim, convidado a prestar informações sobre caso semelhante ao objeto desta CPI, que ocorre naquele Município.

36. No dia 17 de março de 2020, o Presidente desta Comissão, vereador PEDRO PATRUS, apresentou à Presidente da Câmara Municipal, vereadora NELY AQUINO, pedido de suspensão dos trabalhos deste Colegiado, a fim de evitar o comprometimento desta investigação, em razão das medidas de prevenção adotadas para conter a propagação do Coronavírus (Ofício GAB/PEDRO PATRUS 002/2020).

37. Ato contínuo, a Diretoria do Legislativo formulou consulta à Procuradoria da Câmara Municipal que em parecer publicado no dia 3 de abril de 2020, concluiu pela suspensão do prazo desta CPI desde 18 de março de 2020 até ulterior deliberação.

38. Determinado o retorno das atividades nesta Casa Legislativa para o dia 11 de maio de 2020, foram retomados os trabalhos desta Comissão na referida data.

39. Diante do afastamento do mandato de vereador pelo até então relator desta Comissão, MATEUS SIMÕES, em 20 de março de 2020, para exercer o cargo de Secretário-Geral do Governo de Minas Gerais, o substituto deste nesta Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Municipal, vereador DR. BERNARDO RAMOS, foi designado, em 13 de abril de 2020, pela Presidente desta Casa, vereadora NELY AQUINO, para compor esta Comissão.

40. Face à subsequente renúncia ao cargo de vereador pelo MATEUS SIMÕES, ocorrida em 5 de maio de 2020, o vereador DR. BERNARDO RAMOS foi eleito o novo relator desta CPI em reunião de Comissão realizada em 25 de maio de 2020.

41. Assim, a fim de registrar os trabalhos realizados e as impressões verificadas até aquele momento, bem como de garantir a transparência e eficiência no andamento dos trabalhos por esta Comissão, foi apresentado em 15 de junho de 2020, Termo Conjunto de Análise Parcial², pelo relator anterior, ex-vereador MATEUS SIMÕES, e pelo atual relator, vereador DR. BERNARDO RAMOS.

42. No mesmo sentido, a partir da análise dos documentos apresentados nestes autos e das oitivas realizadas ao longo dos trabalhos desenvolvidos por esta Comissão, ora é apresentado o presente Relatório Final.

² Requerimento de Comissão n. 393/2020.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

II. BREVE HISTÓRICO FÁTICO E JURÍDICO

43. A SUDECAP – Superintendência de Desenvolvimento da Capital, **realizou a contratação da Construtora Andrade Gutierrez S.A. para execução das obras e serviços de canalização do Ribeirão Arrudas** (Contratos n. 32/79, n. 14/87, sub-rogação parcial do Contrato n. 04/81 e aditivos), **da duplicação do Túnel da Lagoinha** (Contrato n. 21/84 e aditivos) e **remoção dos aguapés da Lagoa da Pampulha** (Contrato n. 119/88).

44. As referidas obras e serviços, embora contratadas na década de 80, foram quitadas pelo Poder Público Municipal apenas em abril de 2013, após a edição da Lei Municipal n. 7.639/99, de autoria do ex-prefeito Célio de Castro, que autorizou o Poder Executivo a negociar débitos com a Construtora, dando origem ao Contrato de Confissão de Dívida no valor de R\$ 143.245.643,00 (cento e quarenta e três milhões duzentos e quarenta e cinco mil seiscientos e quarenta e três reais).

45. O valor reconhecido no referido instrumento contratual, teria origem no montante objeto da ação de cobrança movida pela Construtora em 1991, a partir de diversos Contratos de Confissão de Dívida celebrados com esta após autorização legislativa prevista na Lei Municipal n. 5.371/88.

46. Em dezembro de 1993, foi instaurada Comissão Parlamentar de Inquérito nesta Câmara Municipal para “apurar irregularidades em obras realizadas por empreiteiras denunciadas na CPI em funcionamento no Congresso Nacional, que trata das irregularidades efetivadas no Orçamento da União”, denominada “CPI das Empreiteiras”³.

47. De tal modo, competiu à referida CPI investigar diversas empreiteiras e obras, dentre elas as realizadas pela Construtora Andrade Gutierrez que, posteriormente, vieram a dar origem ao débito ora objeto desta Comissão.

48. O relatório proferido nos autos da “CPI das Empreiteiras” concluiu que, face a relação duvidosa que se verificou ao longo dos trabalhos entre as autoridades públicas e as empreiteiras investigadas, houve sinalização de favorecimento à essas empresas, em detrimento do patrimônio público.

³ Autos juntados em Requerimentos de Comissão n. 10/2020 (12.02.20) e 54/2020 (07.02.20).



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

49. Neste sentido, **foi determinado o encaminhamento de cópia dos autos, ao Tribunal de Contas, para que procedesse com a auditoria completa das obras investigadas, e ao Ministério Público, para a responsabilização cabível.**

50. Quanto às medidas adotadas, a partir da recomendação proferida pela “CPI das Empreiteiras”, este Colegiado requereu informações e documentos (Requerimentos n. 124/2020, 125/2020, 203/2020, 331/2020 e 335/2020) a tais órgãos que, quedando-se inertes, não apresentaram as informações solicitadas, em flagrante descumprimento ao prazo de 30 (trinta) dias para resposta previsto no art. 86, §1º do Regimento Interno desta Casa e no art. 76, §4º da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte.

51. Diante da relevância de tais informações, nos Requerimentos de Comissão n. 523/2020 e 524/2020, foi reiterado o pedido de informação ao Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado, respectivamente, e enviados ofícios ao Ministério Público de Contas, à Corregedoria e à Ouvidoria do E. Tribunal de Contas de Minas Gerais, conforme Requerimentos de Comissão n. 520/2020, 521/2020 e 522/2020, para compreensão acerca do histórico-fático referente a cada contrato e as medidas adotadas a partir de então.

52. Contudo, não foram apresentadas respostas aos Requerimentos com pedido de informações sobre as medidas adotadas por tais órgãos após a recomendação proferida nos autos da “CPI das Empreiteiras”, conforme acima relacionados.

53. **No entanto, por meio de consulta pública realizada no site do Tribunal de Contas do Estado, foi possível localizar 4 processos (n. 11.108, 409.178, 10.788 e 704.358)⁴ relacionados com o tema objeto desta CPI e que, aparentemente teriam sido instaurados a partir da recomendação proferida pela “CPI das Empreiteiras”.**

54. Veja que pela referida consulta pública não há acesso a todos os andamentos e documentos dos processos, mas é possível verificar as últimas movimentações, o assunto relacionado e o acesso a alguns documentos de processos com andamentos recentes.

55. **Chama atenção, neste contexto que, conforme passaremos a expor adiante, embora foram verificados indícios de irregularidades pela “CPI das Empreiteiras”, com a existência de processos sobre o tema em curso no Tribunal**

⁴ Documentos juntados em Requerimento de Comissão n.555/2020.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

de Contas, tais informações não tenham sido levadas em consideração pela Prefeitura quando da celebração de Confissão de Dívida em 1999.

56. Neste sentido os trabalhos realizados por esta Comissão buscaram realizar uma análise quanto a todo o histórico que originou o débito e os pagamentos relacionados, para melhor compreensão do tema e apuração quanto à sua legalidade.

57. Em vista disso, o quadro resumo abaixo (anexo 4 a este relatório) apresenta uma breve síntese dos tópicos e principais marcos históricos que deram origem ao débito em questão, conforme será abordado detalhadamente ao longo deste relatório:

Comissão Parlamentar de Inquérito - Andrade Gutierrez

CRONOLOGIA DE EVENTOS

1980
a
1988

1 CONTRATAÇÕES

CONTRATO N. 32/79

- Objeto: obras e serviços de canalização do Ribeirão Arrudas
- Celebrado em: 27/02/80

SUB-ROGAÇÃO PARCIAL DO CONTRATO 04/81

- Objeto: obras e serviços de canalização do Ribeirão Arrudas
- Celebrado em: 27/10/83 (embora licitação tenha ocorrido em maio de 1981)

CONTRATO N. 14/87

- Objeto: obras e serviços de canalização do Ribeirão Arrudas
- Celebrado em: 29/05/87

CONTRATO N. 21/84

- Objeto: obras e serviços de duplicação do Túnel da Lagoinha
- Celebrado em: 14/08/84

CONTRATO N. 119/88

- Objeto: remoção dos aguapés da Lagoa da Pampulha
- Celebrado em: 24/11/88

INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES

- Celebração de contratos sem licitação, por suposta hipótese de emergência, o que não restou comprovado;
- Celebração de contrato posterior à execução do serviço;
- Sucessão de aditivos contratuais aumentando significativamente o escopo, o prazo e o valor das obras;
- Ausência de documentação completa sobre o instrumentos contratuais celebrados, inclusive com extravio de documentos de alguns contratos, face ao incêndio ocorrido na empresa de guarda de documentos da Prefeitura em 2014;
- Indícios de superfaturamento em alguns contratos;
- Reconhecimento de dívida pela Prefeitura, mesmo após o repasse de recursos pelo Governo Estadual e Federal decorrente de convênios celebrados para quitação da obra;
- Celebração de instrumentos de reconhecimento de dívida pela Prefeitura e pela SUDECAP, sem lastro ou qualquer referência documental de origem dos valores;
- Confissão de débito em valor superior ao dobro do previsto no contrato celebrado apenas 6 dias antes.

1988

2 CONFISSÕES DE DÍVIDA

CONTRATO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA N. 04/88:

- Celebrado em novembro de 1988
- Referente ao Contrato n. 32/79 (Ribeirão Arrudas)
- Reconhecendo um débito pela Prefeitura, a favor da Construtora, no valor de 403.247 OTNs, correspondentes na data a Cz\$ 1.522.148.548,31.
- Obs. Em dezembro de 1988, a SUDECAP reconheceu um acréscimo ao débito de 1.235.844 OTNs.

CONTRATO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA N. 05/88:

- Celebrado em novembro de 1988
- Referente ao Contrato n. 14/87 (Ribeirão Arrudas)
- Reconhecendo um débito pela Prefeitura, a favor da Construtora, no valor de 214.597 OTNs, correspondentes a Cz\$ 810.045.733,81
- Obs. Em dezembro de 1988, a SUDECAP reconheceu um acréscimo ao débito de 141.220 OTNs.

CONTRATO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA N. 110/88:

- Celebrado em novembro de 1988
- Referente ao Contrato n. 04/81 (Ribeirão Arrudas)
- Reconhecendo um débito pela Prefeitura, a favor da Construtora, no valor de 415.099 OTNs, correspondentes a Cz\$ 1.566.886.648,27
- Obs. Em dezembro de 1988, a SUDECAP reconheceu um acréscimo ao débito de Cr\$5.464.398.640,00.

CONTRATO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA N. 06/88:

- Celebrado em novembro de 1988
- Referente ao Contrato 21/84 (Túnel da Lagoinha)
- Reconhecendo um débito pela Prefeitura, a favor da Construtora, no valor de 609.229 OTNs, correspondentes a Cz\$ 2.299.674.983,17
- Obs. Em dezembro de 1988, a SUDECAP reconheceu um acréscimo ao débito no montante de 1.606.105 OTNs.

CONTRATO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA N. 113/88:

- Celebrado em novembro de 1988
- Referente ao Contrato 119/88 (aguapés da Pampulha)
- Reconhecendo um débito pela Prefeitura, a favor da Construtora, no valor de 385.021 OTNs, correspondentes a Cz\$ 1.453.350.319,33.

1991
a
1999

3 AÇÃO DE COBRANÇA N. 0024.91.830944-4

OBJETIVO

• Ação de Cobrança ajuizada pela Construtora Andrade Gutierrez em dezembro de 1991 requerendo o pagamento de valores que estariam em aberto a partir das Confissões de Dívidas celebradas em 1988 no âmbito dos contratos.

DEFESAS

• As defesas apresentadas pelo Município e pela SUDECAP se limitaram a contestar os encargos incidentes sobre o valor da dívida, especificamente a incidência de juros de mercado e a data inicial para a correção monetária.

FATOS RELEVANTES

• As conclusões apontadas na CPI das Empreiteiras de indícios de atos lesivos e ilegais nos contratos que deram origem ao objeto da ação cobrança não foram veiculadas no processo.

DESFECHO

• Antes do trânsito em julgado da ação e após o encaminhamento da CPI das Empreiteiras ao TCE de Contas em 1994 para que fossem apuradas possíveis irregularidades, foi promulgada a Lei n. 7.639/99, que autorizava a renegociação das confissões de dívidas referendadas na Lei n. 5.371/88 e ao Contrato de Confissão de Dívida celebrado em 29 de janeiro de 1999.

1993
a
1994

4 CPI DAS EMPREITEIRAS

OBJETIVO

• Apurar irregularidades em obras realizadas por diversas empreiteiras denunciadas na CPI em funcionamento no Congresso Nacional, que tratou de irregularidades efetivadas no Orçamento da União.

• Incluiu obras realizadas pela Construtora Andrade Gutierrez que, posteriormente, vieram a dar origem ao débito ora objeto da presente Comissão.

CONCLUSÃO E ENCAMINHAMENTOS:

• Em maio de 1994, o relatório final concluiu que, face a relação duvidosa que se verificou ao longo dos trabalhos entre as autoridades públicas e as empreiteiras investigadas, houve sinalização de favorecimento à essas empresas, em detrimento do patrimônio público.

• Foram encaminhadas cópias dos autos ao Tribunal de Contas do Estado, para que procedesse com a auditoria completa das obras investigadas, e ao Ministério Público de Minas Gerais, para a responsabilização cabível.

29 jan
1999

5 CONFISSÃO DE DÍVIDA

VALORES

• Previsto no Contrato: R\$ 143.245.643,00, moeda de 31 de janeiro de 1999, a ser pago no prazo de 14 anos a partir da referida data, incidindo sobre a dívida juros de 9% ao ano e correção pelo IGP-M.

• Anexo ao Contrato: estabeleceu o pagamento por meio da Tabela Price (juros capitalizados), em 15 prestações (uma entrada e 14 parcelas) fixas no valor originário de R\$ 16.303.573,00, totalizando o valor histórico da dívida em R\$244.553.595,00.

FATOS RELEVANTES

• Art. 6º da Lei nº 7.639/99 (que autorizou a celebração da Confissão de Dívida) determinava que a Prefeitura encaminhasse relatórios semestrais de atualização da dívida ou de documentos de quitação de parcelas pagas à Câmara Municipal. No entanto, tal exigência nunca foi cumprida pelo Executivo.

1999
a
2013

6 PAGAMENTOS

VALORES PAGOS

• Total histórico pago pela Prefeitura: R\$ 633.117.117,12.

• Valor pago atualizado (em julho de 2020): R\$ 1.417.649.687,69.

• Valor atualizado + juros contratuais (em julho de 2020): R\$ 3.126.110.133,90.

QUESTIONAMENTOS EM RELAÇÃO AOS VALORES PAGOS:

• Total histórico que teria sido pago, se não houvesse atraso nas parcelas n. 5, 6 e 14: R\$ 542.195.448,51

• Diferença entre o valor histórico pago pela Prefeitura (R\$633.117.116,28) e o valor que deveria ser pago (R\$ 542.195.448,51) caso não houvesse atrasos nas parcelas n. 5, 6 e 14: R\$90.921.667,77.

FATOS RELEVANTES

• As parcelas n. 5, 6 e 14 foram pagas com atraso, sem qualquer justificativa para tanto, sendo quitadas anos depois, com incidência de multas contratuais e reajustes.

• Embora o Contrato previsse a atualização das parcelas sempre a partir de fevereiro de 1999, os pagamentos realizados pela Prefeitura eram realizados a partir da atualização das parcelas em janeiro de 1999, aumentando, portanto, o valor quitado.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

II.1. DO CONTEXTO DE CADA CONTRATO

58. Com efeito, esta Comissão Parlamentar de Inquérito foi instaurada para apuração do débito assumido e quitado pelo Município de Belo Horizonte proveniente da Confissão de Dívida celebrada em janeiro de 1999, autorizada pela Lei Municipal n. 7.639/99.

59. **O referido débito teve origem nos contratos celebrados com a Construtora Andrade Gutierrez, para a execução das obras e serviços de canalização do Ribeirão Arrudas, da duplicação do Túnel da Lagoinha e remoção dos aguapés da Lagoa da Pampulha, bem como nas Confissões de Dívidas celebradas a partir da autorização prevista na Lei Municipal n. 5.371/1988 e na Ação de Cobrança movida pela Construtora em face do Município em 1991.**

60. Assim, para um melhor alcance e maior eficácia nas apurações objeto deste trabalho, faz-se indispensável a prévia exposição e compreensão do contexto fático e jurídico relativo a cada obra contratada, consoante demonstrar-se-á abaixo.

II.1.1. CANALIZAÇÃO DO RIBEIRÃO ARRUDAS

61. As obras e serviços de canalização do Ribeirão Arrudas e da implantação da Avenida dos Andradas foram objeto de dois processos de licitação (n.ºs. 32/79 e 04/81), da celebração de diversos instrumentos contratuais, de uma série extensa de aditivos e da contratação de empreiteiras sem a observância e realização de licitação.

62. **No que se refere à Construtora Andrade Gutierrez, a sua participação e execução das referidas obras tem origem na Licitação n. 32/79, na sub-rogação parcial do contrato que havia sido celebrado com a Construtora Mendes Junior, vencedora da Licitação n. 04/81, e da celebração do Contrato n. 14/87 formalizado de forma direta, sem a realização de prévia licitação.**

63. Diante da complexidade de informações e do longo histórico que envolvem o tema, representados por uma série de documentos a respeito e, também, pela ausência de parte da documentação, necessária se faz uma análise individualizada de cada



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

contrato celebrado com a empreiteira, para melhor compreensão dos serviços contratados e dos valores envolvidos.

A. CONTRATO N. 32/79

64. Realizada a Licitação DOS-32/79 para a execução de obras e serviços de canalização do Ribeirão Arrudas, entre a Ponte do Perrela e a Curva do Pacífico (estacas 394 a 555, compreendendo 3.220 metros de extensão), e implantação da continuidade da Avenida dos Andradas, a Construtora Andrade Gutierrez logrou-se vencedora com a apresentação da proposta de menor preço.

65. Em 27 de fevereiro de 1980 foi celebrado o contrato prevendo o valor, nos termos da proposta vencedora no certame licitatório, de Cr\$ 1.328.677.872,41 (um bilhão trezentos e vinte e oito milhões seiscentos e setenta e sete mil oitocentos e setenta e dois cruzeiros e quarenta e um centavos) e o prazo de execução de 38 meses, com previsão de encerramento até 27 de abril de 1982, conforme cláusulas Segunda e Terceira.

66. Contudo, face a celebração de diversos aditivos contratuais, termos de rerratificação e cessão de contratos, os termos do referido contrato foram alterados significativamente, descaracterizando-se por completo em relação ao certame licitatório que lhe deu origem.

67. O extenso e confuso histórico contratual pode ser percebido ao consultar o volume n. 9 da “CPI das Empreiteiras”⁵ juntados a estes autos, contendo cerca de 120 páginas (p. 2.092 a p. 2.216) de documentos que, inclusive, não constituem a integralidade de tal histórico, bem como os documentos do histórico contratual obtido após extensa análise das 186 caixas de documentos entregues pela Prefeitura a esta Câmara Municipal⁶.

68. **De todo modo, da análise da referida documentação, é possível perceber que a execução das obras se estendeu por mais de 10 anos do prazo previsto inicialmente, que houve um acréscimo no objeto contratual em cerca de 100% (cem por cento) e que houve um aumento substancial do valor do contrato.**

⁵ Requerimentos de Comissão n. 10/2020 e 54/2020.

⁶ Documentos juntados em Requerimento n. 425/2020.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

69. Embora não tenha sido possível auferir se, e quando, as obras foram concluídas⁷, o último termo aditivo identificado (Termo Aditivo n. 19), celebrado em 19 de janeiro de 1992, prorrogou o contrato até 31 de dezembro de 1992.

70. Assim, a previsão contratual de término das obras em 38 (trinta e oito) meses, ou seja, até 27 de abril de 1982, teria sido prorrogado por mais de 10 (dez) anos, totalizando o período de execução em, no mínimo, 13 (treze) anos.

71. Em relação ao objeto do contrato, a previsão inicial de canalização entre as estacas 394 a 555, correspondente a cerca de 3.220m, foi substituída pela previsão de execução entre as estacas 325 a 685, com o acréscimo efetivo de cerca de 4.000m, correspondendo ao aumento de mais de 100% (cem por cento) da obra licitada, conforme aditivos abaixo relacionados, nos quais o objeto contratado inicialmente é alterado:

- Termo Aditivo firmado em 6 de abril de 1981, substituindo o objeto do contrato original (394 a 555) referente as estacas 505 e 555, pelo trecho de obras situado entre as estacas 345 e 395, cada qual com extensão correspondente a 1.000m (mil metros).
- Termo Aditivo firmado em 2 de setembro de 1982, acrescentando ao objeto do contrato original o trecho de obras situado entre as estacas 325 e 345, com extensão correspondente a 400m (quatrocentos metros), bem como o situado entre as estacas 503 a 519, com extensão de 280m (duzentos e oitenta metros).
- Termo Aditivo firmado em 10 de julho de 1984, acrescentando o trecho de obras entre estacas 519 e 555, correspondente à extensão de 720m (setecentos e vinte metros).
- “Termo Aditivo n. 3”, celebrado em 6 de novembro de 1985, prevendo a extensão da obra por mais 900m (novecentos metros) de canal, entre as estacas 555 e 600.

⁷ O Relatório da “CPI das Empreiteiras” proferido em maio de 1994 observa que até aquela data alguns trechos das obras de canalização do Ribeirão Arrudas não haviam sido executados.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- “Termo Aditivo n. 10”, celebrado em 2 de outubro de 1986, acrescentando cerca de 1.700m (mil e setecentos metros) de extensão ao objeto da obra, entre as estacas 600 e 685.

72. **Tais aditivos teriam sido celebrados em virtude do caráter emergencial das obras, não se observando, contudo, que durante tal período houve a realização de nova licitação (Licitação n. 04/81), que poderia ter, naturalmente, englobado os novos trechos.**

73. Neste contexto, causa espécie a celebração, com fundamento em situação de emergência, de sucessivos aditivos contratuais ao longo de 6 anos, sendo que vários deles sequer continham numeração, capaz de referenciar o número total de aditivos celebrados.

74. Quanto ao valor contratado, previsto em Cr\$ 1.328.677.872,41 (um bilhão trezentos e vinte e oito milhões seiscentos e setenta e sete mil oitocentos e setenta e dois cruzeiros e quarenta e um centavos), houve a celebração de diversos aditivos contratuais prevendo acréscimos de valor, seguidos de reconhecimento de dívida pela SUDECAP e pelo DER/MG e, por fim, pela rerratificação do contrato em 1983, alterando seu valor para Cr\$ 8.875.000.000,00 (oito bilhões oitocentos e setenta e cinco milhões de cruzeiros), seguido de novos aditivos contratuais de acréscimos de valor, conforme histórico abaixo descrito:

- Termo Aditivo firmado em 2 de setembro de 1982, prevendo o acréscimo de Cr\$ 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de cruzeiros) em função dos acréscimos de 400m (quatrocentos metros) e 280m (duzentos e oitenta metros) ao objeto da obra.
- Termo Aditivo firmado em 8 de novembro de 1982, prevendo o acréscimo de Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros) em função da “evolução dos trabalhos e as necessidades emergentes, inclusive as decorrentes dos Aditivos contratuais firmados em 6 de abril de 1981 e 2 de setembro de 1982⁸”.

⁸ Importante notar que o aditivo de 6 de abril de 1981 apenas alterou as estacas objeto do contrato, sem alterar a extensão da obra, sendo que o aditivo de 2 de setembro de 1981 já havia previsto o acréscimo financeiro.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- Cessão do Contrato pela SUDECAP ao Departamento de Estradas e Rodagens (DER/MG) em novembro de 1982, ocasionando no reconhecimento pela SUDECAP⁹, em 1º de março de 1983, do débito por medições realizadas até 30 de novembro de 1982 a favor da Andrade Gutierrez no montante de Cr\$ 5.464.398.640,00 (cinco bilhões quatrocentos e sessenta e quatro milhões trezentos e noventa e oito mil seiscentos e quarenta cruzeiros), referentes à (i) Cr\$ 1.728.300.150,00 (um bilhão setecentos e vinte e oito milhões trezentos mil e cento e cinquenta cruzeiros) por medições realizadas; (ii) Cr\$ 1.545.808.966,00 (um bilhão quinhentos e quarenta e cinco milhões oitocentos e oito mil novecentos e sessenta e seis cruzeiros) por reajustamentos; e (iii) Cr\$ 2.190.289.524,00 (dois bilhões cento e noventa milhões duzentos e oitenta e nove mil quinhentos e vinte e quatro cruzeiros) por despesas financeiras (Correção Monetária pelas ORTNs e juros de 5% ao ano).
- Em função da cessão do contrato, em julho de 1983, para Prefeitura de Belo Horizonte, em 31 de agosto de 1983, o DER/MG celebrou Contrato de Confissão de Dívida reconhecendo dívida no valor de Cr\$ 6.935.100.000,00 (seis bilhões novecentos e trinta e cinco milhões e cem mil cruzeiros), referente as obras do período de compreendido entre 8 de outubro de 1982 e 30 de julho de 1983.
- Termo de Rerratificação contratual celebrado entre SUDECAP e Construtora Andrade Gutierrez em 21 de novembro de 1983, prevendo o valor do contrato em Cr\$ 8.875.000.000,00 (oito bilhões oitocentos e setenta e cinco milhões de cruzeiros) a preços iniciais.
- Termo Aditivo firmado em 10 de julho de 1984, acrescentando ao valor da obra Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros), referente ao acréscimo de 720m de obra (entre estacas 519 e 555).

⁹ Do valor do débito total, parte seria de responsabilidade da própria SUDECAP e parte seria de responsabilidade do DER/MG, conforme previsto no próprio documento de reconhecimento de dívida.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- “Termo Aditivo n. 3” celebrado em 6 de novembro de 1985, aumentou o valor de Cr\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros) pelo acréscimo de 900m de obra (entre estacas 555 a 600).
- “Termo Aditivo n. 8”, celebrado em 4 de junho de 1986, prevendo o acréscimo de Cr\$ 3.500.000.000,00 (três bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros) a preços iniciais do contrato, fundamentado em “justificativas apresentadas na C.S.-SP/Supervisão de obras/Arrudas 637/85, de 03.12.85”¹⁰.
- “Termo Aditivo n. 10”, de 2 de outubro de 1986, prevendo acréscimo de Cz\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de cruzados) pela extensão de mais 1.000m de obra (estacas 600 a 685).
- “Termo Aditivo n. 15”, de 23 de fevereiro de 88, prevendo acréscimo de Cz\$ 579.709.000,00 (quinhentos e setenta e nove milhões e setecentos e nove milhões de cruzados), com fundamento na “proposta apresentada na CI n. 10/88 emitida pela G.C.A de 10.02.88”¹¹.
- “Termo Aditivo n. 17”, de 14 de março de 1991, acréscimo ao contrato original de Cz\$ 276.000.000,00 (duzentos e setenta e seis milhões de cruzados) a preços iniciais, fundamentado na retomada das obras e acréscimos de atividades.

75. Diante da complexidade do tema, da ausência de perícia técnica-contábil nestes autos, da celebração de tais documentos durante a vigência de planos econômicos distintos, prevendo o débito ora em cruzeiro, ora em cruzado, e da ausência de informação e documentação completa quanto ao possível pagamento de parte da dívida, não se é possível concluir com precisão qual montante total do contrato, o percentual da majoração ocorrida, o valor do débito assumido e do montante eventualmente quitado.

76. Contudo, apenas pela celebração dos dois primeiros aditivos contratuais, identificados por esta relatoria, datados de setembro e novembro de 1982, é possível

¹⁰ Esta CPI não teve acesso às justificativas citadas no Termo Aditivo n. 8.

¹¹ Esta CPI não teve acesso à proposta mencionada no Termo Aditivo n. 10.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

auferir um aumento inicial de quase o dobro do valor previsto no contrato celebrado em 1980.

77. **Veja que o valor contratado foi de Cr\$ 1.328.677.872,41** (um bilhão trezentos e vinte e oito milhões seiscentos e setenta e sete mil oitocentos e setenta e dois cruzeiros e quarenta e um centavos), **sendo que os referidos aditivos previram acréscimos de Cr\$ 750.000.000,00** (setecentos e cinquenta milhões de cruzeiros) e **Cr\$500.000.000,00** (quinhentos milhões de cruzeiros), **totalizando o acréscimo no montante de Cr\$ 2.578.677.872,41** (dois bilhões quinhentos e setenta e oito milhões seiscentos e setenta e sete mil oitocentos e setenta e dois cruzeiros e quarenta e um centavos) **em um período de pouco mais de 2 anos.**

78. **Lado outro, a partir da rerratificação contratual e seus aditivos, verifica-se um aumento superior a 10 (dez) vezes o valor inicialmente pactuado.**

79. Veja que a rerratificação contratual, em novembro de 1983, previu o valor, a preços iniciais, de Cr\$ 8.875.000.000,00 (oito bilhões oitocentos e setenta e cinco milhões de cruzeiros), e os aditivos posteriores o acréscimo de Cr\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros) e Cr\$ 3.500.000.000,00 (três bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), totalizando o montante de Cr\$ 14.875.000.000,00 (quatorze bilhões oitocentos e setenta e cinco milhões de cruzeiros).

80. Ademais, entre 1986 e 1991, já no período do Plano Cruzado, foram celebrados três novos aditivos totalizando o acréscimo de Cz\$ 985.709.000,00 (novecentos e oitenta e cinco milhões setecentos e nove milhões de cruzados).

81. Cumpre observar que, pela documentação constante nas 186 caixas entregues pela Prefeitura nesta Casa Legislativa, constatarem-se diversas “Guias de Liberação de Pagamento” ao longo da década de 80, referentes a esta obra, as quais foram juntadas no Anexo 6.1 do Requerimento de Comissão n. 425/2020.

82. Cumpre destacar que tais documentos correspondem a uma amostragem dos pagamentos que teriam sido realizados em algum momento entre a celebração do contrato, a prestação dos serviços, a formalização dos aditivos e demais documentos.

83. Não se buscou, neste sentido, identificar todo o histórico de pagamentos realizado no âmbito deste contrato, uma vez que, além de tal questão escapar ao objeto e limitações desta Comissão, referida investigação aprofundada caberia ao Tribunal de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Contas e Ministério Público Estadual, conforme recomendação proferida no relatório final das “CPI das Empreiteiras”.

84. Lado outro, a partir da promulgação da Lei n. 5.371/1988, autorizando o Município a realizar operações de créditos, este celebrou em 14 de novembro de 1988, o Contrato de Confissão de Dívida n. 04/88, com interveniência da SUDECAP, reconhecendo um débito a favor da Construtora no valor de 403.247 OTNs (quatrocentos e três mil duzentos e quarenta e sete Obrigações do Tesouro Nacional), correspondentes na data a Cz\$ 1.522.148.548,31 (um bilhão quinhentos e vinte e dois milhões cento e quarenta e oito mil quinhentos e quarenta e oito cruzados e trinta e um centavos), referentes a execução dos serviços e obras de canalização do Ribeirão Arrudas, objeto do Contrato n. 32/79.

85. Subsequentemente, em 22 de dezembro de 1988, a SUDECAP formalizou ofício à Construtora Andrade Gutierrez (OF. SP/DJ-1718/88) reconhecendo que, na referida Confissão de Dívida n. 04/88, não foi incluído o montante de 1.235.844 OTNs (um milhão duzentos e trinta e cinco mil oitocentos e quarenta e quatro Obrigações do Tesouro Nacional), que seria objeto de liquidação por financiamento com a Caixa Econômica Federal.

86. Chama a atenção que os referidos instrumentos de reconhecimento de dívida não possuem memória de cálculo, descritivo ou qualquer outro detalhamento que demonstre racionalmente, ou mesmo justifique a origem de tais valores, impossibilitando-se, desta feita, a precisa análise quanto a regularidade do montante de tais débitos.

87. **Destarte, primando-se por uma administração pública transparente e eficaz, importa mensurar que toda a relação instaurada decorrente e em consequência do Contrato n. 32/79 causa estranheza e perplexidade, seja (i) pela celebração de diversos aditivos e instrumentos contratuais acessórios que aumentaram em mais de o dobro o objeto inicial, formal e publicamente licitado, estenderam a execução da obra por mais de 13 anos e aumentaram significativamente o valor desta; (ii) pela alegada urgência para a celebração de aditivos que aumentaram “privativamente” o escopo da obra, mesmo diante do fato de que em tal período tenha ocorrido uma nova licitação, a qual poderia ter**



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

regularmente englobado os novos trechos; e, por fim, (iii) pela celebração de instrumentos de reconhecimento de dívida pela Prefeitura e pela SUDECAP, sem lastro ou qualquer referência documental de origem dos valores, uma vez que durante a execução da referida obra foram realizados diversos pagamentos.

B. CONTRATO N. 04/81

88. A segunda e última licitação para execução das obras e serviços de canalização do Ribeirão Arrudas (Licitação DOS-04/81) ocorreu em maio de 1981, tendo como objeto o trecho entre as estacas 269 e 345, correspondente a 1.520m (mil quinhentos e vinte metros) de extensão, na qual sagrou-se vencedora a Construtora Mendes Junior.

89. Contudo, a contratação foi formalizada somente em 27 de outubro de 1983, dois anos e cinco meses após o julgamento da licitação, sendo que, na mesma data, foi celebrado aditivo contratual, alterando o escopo licitado para execução do trecho entre estacas 249 a 325.

90. Isso porque, em 2 de novembro de 1982, ou seja, após a realização da referida licitação e antes da formalização em contrato, foi celebrado aditivo ao Contrato n. 32/79, prevendo a execução do trecho entre as estacas 325 a 345 à Construtora Andrade Gutierrez.

91. O aditivo ao contrato n. 32/79, celebrado junto à Andrade Gutierrez sob a alegação de urgência, prevendo a execução de trecho que havia sido objeto de licitação 1 ano e 6 meses antes e aguardava a formalização em contrato junto à vencedora do certame, Construtora Mendes Junior, causa estranheza.

92. Ora, como configurar urgência se o trecho havia sido objeto de licitação julgada em maio de 1981, e aguardava a celebração do contrato junto à Mendes Junior para início das obras? Não seria mais célere e eficiente formalizar o contrato e dar andamento à obra nos termos previstos no certame licitatório logo após o julgamento deste, ao invés de se celebrar, 1 ano e 6 meses depois, aditivo ao contrato junto à outra empreiteira (Andrade Gutierrez)?

93. A celebração do aditivo nos termos supra, corrobora a ideia de que tais instrumentos eram utilizados pela Construtora Andrade Gutierrez e pela Administração



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Pública, como meio de se esquivar da realização de novas licitações e das normas a estas aplicáveis.

94. Outrossim, a sucessão de aditivos aos contratos parece ter sido prática costumeira da Administração Pública à época, uma vez que, de modo semelhante ao ocorrido no Contrato n. 32/79 com a Andrade Gutierrez, o Contrato n. 04/81, celebrado com a Mendes Junior, também foi caracterizado por uma série de aditivos que alteraram o escopo e os valores previstos na licitação.

95. Lado outro, o Contrato n. 04/81 foi ainda caracterizado por uma sucessão de instrumentos contratuais cedendo tais aditivos e, portanto, parte do escopo contratado, à outras empreiteiras.

96. Tratou-se, pois, de verdadeira anomalia jurídica: a Administração Pública além de se furtar da realização de novas licitações, celebrando inúmeros aditivos contratuais para execução de objeto não licitado, ainda permitia a cessão, no âmbito “privado”, de tais aditivos a outras empreiteiras que sequer haviam participado ou vencido o certame licitatório inicialmente realizado.

97. Neste contexto, face à cessão parcial da obra à Construtora Cowan, foi celebrado Termo de Cessão de Contrato, em 22 de junho de 1987, entre a Cowan, como cedente, a Andrade Gutierrez, como cessionária, e a SUDECAP.

98. O referido instrumento previu a cessão com sub-rogações de direitos e obrigações do contrato, de 10 de junho de 1984, celebrado entre Cowan e SUDECAP, e aditivos posteriores.

99. As informações aqui mencionadas foram verificadas em cópias de alguns documentos juntados aos autos da Ação de Cobrança¹² movida pela Andrade Gutierrez, de documentos juntados nos autos da “CPI das Empreiteiras”¹³, bem como face ao histórico contratual obtido após extensa análise das 186 caixas de documentos entregues pela Prefeitura a esta Câmara Municipal¹⁴.

¹² Requerimento de Comissão n. 9/2020.

¹³ Requerimentos de Comissão n. 10/2020 e 54/2020.

¹⁴ Documentos juntados em Requerimento n. 425/2020.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

100. Contudo, especificamente quanto aos contratos e aditamentos sub-rogados à Andrade Gutierrez no âmbito do Contrato n. 04/81, importa esclarecer que estes não foram localizados em arquivo legível por esta CPI, não sendo possível apurar o escopo e valor final da obra cedida.

101. Todavia, o Contrato de Confissão de Dívida n. 110/88, celebrado pela Prefeitura em 14 de novembro de 1988, reconheceu a favor da Andrade Gutierrez o débito no valor global de 415.099 OTNs (quatrocentos e quinze mil e noventa e nova Obrigações do Tesouro Nacional), correspondentes à Cz\$ 1.566.886.648,27 (um bilhão quinhentos e sessenta e seis milhões oitocentos e oitenta e seis mil seiscentos e quarenta e oito cruzados e vinte e sete centavos), referentes a tais obras.

102. Por sua vez, a SUDECAP formalizou, em 22 de dezembro do mesmo ano, ofício (OF. SP/DJ-1719/88) à Construtora Andrade Gutierrez reconhecendo o acréscimo de 87.519 OTNs (oitenta e sete mil quinhentos e dezenove Obrigações do Tesouro Nacional) à Confissão de Dívida n. 110/88, a ser quitado por meio de financiamento junto à Caixa Econômica Federal.

103. Neste sentido, face à escassa documentação para embasar uma análise adequada quanto aos instrumentos celebrados que teriam dado origem aos débitos posteriormente reconhecidos pela Prefeitura e pela SUDECAP, não é possível uma conclusão precisa quanto a exigibilidade de tais valores.

104. Contudo, nos mesmos moldes da relação entre Administração Pública e Andrade Gutierrez, decorrente do Contrato n. 32/79, os fatos retro expostos demonstram claramente a adoção de mecanismos que violam aos preceitos básicos da Administração Pública.

C. CONTRATO N. 14/87

105. Ainda para execução das obras do Ribeirão Arrudas, foi celebrado em 29 de maio de 1987, o Contrato n. 14/87 entre SUDECAP e a Construtora Andrade Gutierrez.

106. O referido contrato foi celebrado por dispensa de licitação, fundamentado em situação de emergência e conveniência administrativa na contratação direta, nos moldes do art. 22, incisos IV e V do Decreto Lei n. 2.300/86, para execução sob regime de empreitada dos serviços e obras de recuperação da galeria tricelular e de canalização do



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ribeirão Arrudas, nos trechos entre estacas 434 e 613, pelo valor estimado de Cz\$1.380.000.000,00 (um bilhão trezentos e oitenta milhões de cruzados).

107. Ato contínuo, em 1º de junho de 1987, foi emitida Ordem de Serviço para início das obras de recuperação da galeria tricelular, com prazo de execução de 120 (cento e vinte) dias, no valor de Cz\$ 70.859.645,00 (setenta milhões oitocentos e cinquenta e nove mil seiscentos e quarenta e cinco cruzados); sendo que, em 31 de março de 1988, foi proferida ordem de paralisação das obras.

108. **Urge ressaltar que, quanto a este contrato, a análise das informações foi comprometida diante do extravio de parte da documentação em incêndio ocorrido na empresa responsável pela guarda de documentos em 2014**, conforme informado pela Prefeitura em Ofício SMOBI n. 072/2020 (resposta ao Requerimento de Comissão 1.573/2019).

109. Assim, embora seja possível verificar, em documentação juntada aos autos da “CPI das Empreiteiras”¹⁵, que as obras foram paralisadas, não foi possível constatar a conclusão destas.

110. Não obstante, 8 meses após a ordem de paralisação das obras, em 14 de novembro de 1988, foi celebrado o Contrato de Confissão de Dívida n. 05/88, entre o Município e a Construtora, reconhecendo o débito a favor desta no montante de 214.597 OTNs (duzentas e quatorze mil quinhentos e noventa e sete Obrigações do Tesouro Nacional), correspondentes a Cz\$ 810.045.733,81 (oitocentos e dez milhões e quarenta e cinco mil setecentos e trinta e três cruzados e oitenta e um centavos), originário da execução das obras e serviços de recuperação da galeria tricelular.

111. Ademais, em 22 de dezembro de 1988, a SUDECAP formalizou ofício à Construtora Andrade (OF. SP/DJ-1717/88) reconhecendo o acréscimo de 141.220 OTNs (cento e quarenta e um mil duzentos e vinte Obrigações do Tesouro Nacional) à referida Confissão de Dívida, que deveria ser objeto de liquidação por financiamento específico junto à Caixa Econômica Federal.

112. Diante da ausência quase completa de informações e documentos referentes a este contrato, não é possível esta Comissão concluir sobre a viabilidade e regularidade do fatos e instrumentos que deram origem aos débitos reconhecidos.

¹⁵ Requerimentos de Comissão n. 10/2020 e 54/2020.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

113. **Contudo, não parece razoável a dispensa de licitação ocorrida em 1987, sob a alegação de suposta emergência, para realização de parte de uma obra que estava em andamento desde 1980.**

114. Ora, a Construtora Andrade Gutierrez, uma das empreiteiras de maior renome no mercado à época, contratada para as obras e serviços de canalização do Ribeirão Arrudas desde 1980 (por meio do Contrato n. 32/79 e da sub-rogação do Contrato n. 14/81), não teria previsto ou se adiantado quando à necessidade de execução das obras nos trechos englobados pelo contrato n. 14/87?

115. O questionamento se destacada, ainda, face ao logo histórico descrito nos tópicos anteriores, em que a fuga ao certame licitatório parece ter sido prática comumente adotada pela Administração Pública no que se refere à execução das obras do Ribeirão Arrudas.

116. Somado a isto, o extravio da documentação referente a este contrato decorrente de incêndio ocorrido no local em que estava arquivado, alguns dias antes da eleição presidencial, sem que houvesse o armazenamento em mídia digital destes, em pleno ano de 2014, levanta suspeita quanto à irregularidade que envolveu esta contratação.

II.1.2. TÚNEL DA LAGOINHA

117. A segunda obra que deu origem ao débito objeto desta CPI refere-se à duplicação do Túnel da Lagoinha, nos termos das instruções e especificações da Licitação DOA-21/84 e do contrato celebrado entre a SUDECAP e a Construtora Andrade Gutierrez, em 14 de agosto de 1984.

118. O critério de julgamento, previsto no edital de licitação, estipulava a observância de uma métrica entre a proposta técnica e a proposta comercial.

119. Em relação à proposta comercial, o projeto licitado possuía um orçamento básico elaborado pela SUDECAP no valor de US\$ 24.250.000,00 (vinte e quatro milhões e duzentos e cinquenta mil dólares), podendo variar, segundo previsto no edital da licitação, entre US\$ 21.830.000,00 (vinte e um milhões oitocentos e trinta mil dólares) e US\$ 26.680.000,00 (vinte e seis milhões seiscentos e oitenta mil dólares).



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

120. Conforme verificado nos autos da “CPI das Empreiteiras”, tais valores corresponderiam, em moeda nacional da época, respectivamente, a Cr\$41.912.000.000,00 (quarenta e um bilhões noventa e dois milhões de cruzeiros), Cr\$37.720.800.000,00 (trinta e sete bilhões setecentos e vinte milhões e oitocentos mil cruzeiros) para a faixa inferior, e Cr\$ 46.103.200.000,00 (quarenta e seis bilhões cento e três milhões duzentos mil cruzeiros) para a faixa superior.
121. A Construtora Andrade Gutierrez ao apresentar a proposta comercial no valor previsto na faixa inferior do certame, sagrou-se vencedora no processo licitatório.
122. Neste sentido, celebrado o Contrato em agosto de 1984, a Cláusula Segunda previu para a execução do objeto um valor estimado em Cr\$ 37.720.800.000,00 (trinta e sete bilhões, setecentos e vinte milhões e oitocentos mil cruzeiros), correspondentes a cerca de US\$ 21.830.000,00 (vinte e um milhões e oitocentos e trinta mil dólares), considerando-se a data-base do resultado da licitação em junho de 1984.
123. O prazo para a execução da obra seria de 30 meses corridos, a contar da “Ordem de Serviços” que autorizasse o início dos trabalhos, e o prazo de pagamento em 45 dias após a apresentação da medição à fiscalização, nos termos das Cláusulas Terceira e Quarta, respectivamente.
124. Embora a referida ordem tenha sido expedida no mesmo mês em que foi celebrado o contrato (agosto de 1984), as obras não se iniciaram nesta data.
125. Em novembro de 1984 foi apresentado um novo projeto, mesmo sem qualquer previsão no edital ou em contrato; e o início das obras ocorreu apenas em janeiro de 1985.
126. Com efeito, o objeto da licitação, conforme projeto executivo anexo ao certame, consistia na duplicação do Túnel da Lagoinha, com o objetivo de estabelecer a ligação entre a Via Urbana Leste-Oeste e a Av. Cristiano Machado, sendo constituído pelo Túnel propriamente dito e pelas vias de acesso.
127. Contudo, como visto, decorridos apenas três meses da celebração do negócio jurídico, em novembro de 1984, foi formulado pela empresa de consultoria contratada pela Andrade Gutierrez, EPC – Engenharia Projeto e Consultoria Ltda., um novo projeto que concebeu o túnel em dois níveis e integrou a obra à estrutura viária do chamado “Complexo da Lagoinha”.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

128. Nos termos da análise constante no Relatório de Inspeção do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, anexado aos autos da “CPI das Empreiteiras”, no que se refere ao objeto da licitação, pertinente ao túnel propriamente dito, não houve alteração substancial.

129. Não obstante, o novo projeto teria dado ensejo ao acréscimo de vários outros elementos e critérios alheios ao projeto inicial e não previstos no certame licitatório, tais como a realização de desapropriações e a execução de cinco viadutos integrando o túnel ao “Complexo da Lagoinha”.

130. O novo projeto foi aprovado pela SUDECAP em 21 de novembro de 1985, um ano após sua elaboração, dando origem à celebração do Termo Aditivo n. 6 em 20 de dezembro de 1985, que acrescentou ao valor do contrato o montante de Cr\$18.877.299.379,00 (dezoito bilhões, oitocentos e setenta e sete milhões, duzentos e noventa e nove mil e trezentos e setenta e nove cruzeiros), com data-base de junho de 1984.

131. Posteriormente, os Termos Aditivos n. 12 e 13, celebrados em 27 de maio e 16 de junho de 1988, acrescentaram ao valor do contrato o montante de Cz\$27.724.073,96 (vinte e sete milhões e setecentos e vinte e quatro mil e setenta e três cruzados e noventa e seis centavos) e de Cz\$ 16.683.939,71 (dezesesseis milhões seiscentos e oitenta e três mil e novecentos e trinta e nove cruzados e setenta e um centavos), respectivamente, ambos com data-base em fevereiro de 1986.

132. **Portanto, conforme apuração realizada nos autos da “CPI da Empreiteiras”, em decorrência dos aditivos contratuais referendados acima, a obra cujo valor constante da proposta vencedora era de US\$ 21.830.000,00** (vinte e um milhões oitocentos e trinta mil dólares), teve o seu valor alterado para US\$ 33.660.000,00 (trinta e três milhões seiscentos e sessenta mil dólares), **totalizando um aumento superior a 50%** (cinquenta por cento).

133. Urge esclarecer que a estipulação dos valores em dólar, no parágrafo acima, conforme previsto nos autos da “CPI das Empreiteiras” decorreu da necessidade de uniformização do montante em “moeda única”, considerando que o contrato originário e os seus aditivos apresentam valores embasados em moedas (planos econômicos) distintas.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

134. Assim, convém frisar que, após a formalização do contrato objeto do procedimento licitatório, foram realizados pelo menos 13 aditivos contratuais¹⁶, entre 28 de dezembro de 1984 e 16 de junho de 1988, os quais, no âmbito “privativo” (i) substituíram o projeto objeto da licitação, (ii) acrescentaram diversos elementos construtivos não previstos originariamente e, outrossim, (iii) promoveram ao significativo aumento do valor global da obra.

135. Por outro lado, quanto aos pagamentos realizados, é possível perceber, em face da documentação disponibilizada pela Prefeitura a esta CPI – em resposta ao Requerimento de Comissão n. 1573/2019 – que houve a quitação de diversas medições de obra ao longo de todo o contrato.

136. Tais “Guias de Liberação de Pagamento” foram acostadas a estes autos no Anexo 7 do Requerimento de Comissão n. 425/2020, em caráter de amostragem dos pagamentos que teriam sido realizados em algum momento entre a celebração do contrato, a prestação dos serviços e a formalização dos aditivos.

137. Vale observar que, no âmbito do escopo e limitações desta Comissão, não foi objeto de apreciação todo o histórico de pagamentos realizado no âmbito deste contrato, até mesmo porque, uma investigação aprofundada competiu ao Tribunal de Contas¹⁷ e Ministério Público¹⁸ Estadual, conforme recomendação proferida no relatório final das “CPI das Empreiteiras”.

138. Outrossim, conforme se constata da análise do Relatório de Inspeção do Tribunal de Contas do Estado, acostado aos autos da “CPI das Empreiteiras”, tais pagamentos realizados pela SUDECAP à Construtora o foram por meio de recursos disponibilizados pela Prefeitura de Belo Horizonte, pelo Governo de Minas Gerais e pelo Ministério da Habitação Urbanismo e Meio Ambiente (M.H.U), no montante de

¹⁶ Conforme documentação constante nos autos da “CPI das Empreiteiras” (Requerimento de Comissão n. 10/2020 e 54/2020) e nos documentos levantados a partir da análise das 186 caixas disponibilizadas pela Prefeitura (doc. Juntados em Anexo 4 do Requerimento de Comissão n. 425/2020).

¹⁷ Em 1994 foi instaurado processo de auditoria e inspeção no Tribunal de Contas do Estado referente às obras do Túnel da Lagoinha (processo 11.108) – juntado em Requerimento de Comissão n. 555/2020.

¹⁸ Conforme será exposto adiante, não foi possível obter informações quanto às providências adotadas pelo Ministério Público, referente às recomendações da “CPI das Empreiteiras”.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Cz\$ 962.334.755,71 (novecentos e sessenta e dois milhões trezentos e trinta e quatro mil setecentos e cinquenta e cinco cruzados e setenta e um centavos), entre os anos de 1984 e 1988.

139. Pela Prefeitura de Belo Horizonte foram repassados o montante total de Cz\$82.963.755,90 (oitenta e dois milhões novecentos e sessenta e três mil setecentos e cinquenta e cinco cruzados e noventa centavos), correspondente a US\$ 9.826.617,28 (nove milhões oitocentos e vinte e seis mil seiscentos e dezessete dólares e vinte e oito centavos).

140. Do montante repassado pela Prefeitura, Cz\$ 990.653,97 (novecentos e noventa mil seiscentos e cinquenta e três cruzados e noventa e sete centavos) seriam provenientes de recursos próprios da Prefeitura e, o restante, correspondente a Cz\$81.973.101,93 (oitenta e um milhões novecentos e setenta e três mil cento e um cruzados e noventa e três centavos) originários de empréstimos realizados com diversas instituições financeiras.

141. O montante originário de recursos próprios da Prefeitura, foi destinado para o pagamento, pela SUDECAP à Construtora, em 16 de agosto de 1984, apenas dois dias após a celebração do contrato (e antes de iniciadas as obras, as quais, repise-se, só tiveram início em janeiro do ano seguinte).

142. **Assim, antes mesmo do início efetivo das obras, em janeiro de 1985, e, conseqüentemente, antes da apresentação de relatório de medição à fiscalização, conforme previsto na Cláusula Quarta do Contrato, a SUDECAP efetuou o pagamento de Cz\$ 990.653,97 (novecentos e noventa mil seiscentos e cinquenta e três e noventa e sete centavos), correspondentes a US\$ 497.066,72 (quatrocentos e noventa e sete mil e sessenta e seis dólares e setenta e dois centavos).**

143. **Soa no mínimo estranho, além de destoar de qualquer prática adotada pela administração pública, a realização de pagamento – de considerável valor – após 2 dias da celebração do contrato e meses antes do início da execução das obras, sem qualquer garantia de que as obras seriam de fato executadas.**

144. **Soma-se a isso que o pagamento foi realizado em total desconformidade com a forma prevista contratualmente, o que poderia inclusive, constituir lesão ao erário e aos princípios instituídos da administração pública.**



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

145. O saldo remanescente do valor repassado pela Prefeitura à SUDECAP, conforme apuração realizada pelo Tribunal de Contas, teria sido utilizado para pagamento à Construtora, entre setembro de 1985 e março de 1986.
146. Ato contínuo, em 20 de junho de 1986, foi firmado um Convênio entre o Governo do Estado de Minas Gerais, a Prefeitura de Belo Horizonte e a SUDECAP, por meio do qual o Estado se comprometeu a, mediante financiamento junto ao BNDES, viabilizar e repassar os recursos necessários para a conclusão das aludidas obras.
147. A SUDECAP, em razão dos valores recebidos nos termos do convênio celebrado, efetuou o pagamento à Construtora de Cz\$ 79.370.999,99 (setenta e nove milhões trezentos e setenta mil novecentos e noventa e nove cruzeiros e noventa e nove centavos), no período compreendido entre julho e dezembro de 1986, equivalentes a US\$ 5.521.971,05 (cinco bilhões quinhentos e vinte e um milhões e novecentos e setenta e um dólares e cinco centavos).
148. Com efeito, o convênio firmado junto ao Governo do Estado teve por finalidade destinar os recursos necessários para a conclusão da obra, a qual foi publicamente inaugurada, pronta e acabada, em novembro de 1986.
149. Ocorre, todavia, que em dezembro de 1987, foi celebrado um novo convênio relativo à mesma obra – já entregue e inaugurada –, a saber, o Convênio n. 877/87, pactuado entre o Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente (M.H.U) e a Prefeitura de Belo Horizonte, por meio do qual ocorreu o repasse de Cz 800.000.000,00 (oitocentos milhões de cruzados), a favor da SUDECAP, em abril de 1988.
150. O referido montante foi transferido integralmente pela SUDECAP à Construtora Andrade Gutierrez, em abril e junho de 1988.
151. Sendo assim, o montante pago pela SUDECAP à empreiteira, referente à execução do Contrato n. 21/84, corresponde ao total de Cz\$ 962.334.755,71 (novecentos e sessenta e dois milhões trezentos e trinta e quatro mil setecentos e cinquenta e cinco cruzados e setenta e um centavos), entre os anos de 1984 e 1988.
152. Não obstante, em 14 de novembro de 1988, foi celebrado o Contrato de Confissão de Dívida n. 06/88, prevendo um débito equivalente a 609.229 OTNs (seiscentos e nove mil duzentos e vinte e nove Obrigações do Tesouro Nacional) que corresponderiam a Cz\$ 2.299.674.983,17 (dois bilhões duzentos e noventa e nove



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

milhões seiscentos e setenta e quatro mil novecentos e oitenta e três cruzados e dezessete centavos), devidos pela Prefeitura em favor da Construtora.

153. Ademais, em 22 de dezembro de 1988, a SUDECAP reconheceu, ainda, um débito no montante de 1.606.105 OTNs (um milhão seiscentos e seis mil cento e cinco Obrigações do Tesouro Nacional)

154. Referidos documentos não apontaram a sua *causa debendi* e sequer o “racional histórico” a justificar, demonstrar ou corroborar o cálculo da suposta dívida, face aos pagamentos outrora realizados.

155. Por tal razão, aliado à extensa documentação que envolve o caso, à ausência de perícia contábil nestes autos, bem como à consolidação dos débitos e pagamentos em moedas (planos econômicos) distintas, não foi possível auferir a origem da dívida no valor indicado ou concluir quanto a sua regularidade.

156. **No entanto, diante de todo o acima exposto, é possível concluir que toda a relação entre a empreiteira e o poder público municipal, decorrente do Contrato n. 21/84, caracterizou-se por uma série de condutas irregulares ou, no mínimo questionáveis, tais como (i) a contratação e execução de objeto não licitado, decorrente da elaboração de um projeto novo e da celebração de aditivos contratuais, prevendo itens que não constaram do certame licitatório; (ii) o aumento de cerca de 50% do valor da obra licitada; (iii) a realização de pagamento à Construtora apenas dois dias após a contratação e antes mesmo do início das obras, em dissonância com o pactuado; (iv) o reconhecimento de dívida pela Prefeitura, mesmo após o repasse de recursos pelo Governo Estadual e Federal decorrente de convênios celebrados para quitação da obra; e, por fim, (v) a ausência de uma memória de cálculo ou extrato consolidado sobre a origem da dívida prevista nos instrumentos de reconhecimento do débito.**

157. No mesmo sentido, em consulta pública realizada ao processo em trâmite no Tribunal de Contas referente à auditoria e/ou inspeção das obras do Túnel da Lagoinha (n. 11.108¹⁹), verifica-se a confirmação de uma série de ilegalidades na execução do referido contrato, tais como as apontadas acima e o superfaturamento de obras,

¹⁹ Requerimento de Comissão n. 555/2020.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

conforme descreve o Parecer do Ministério Público de Contas de Minas Gerais de 28 de novembro de 2014:

6. A Comissão de Inspeção Técnica responsável pela elaboração dos trabalhos complementares e periciais concluiu pelo seguinte (fls. 653/802 e 804/813):

a) não existência de procedimentos licitatórios para obras complementares e serviços (desapropriações, desfavelamento, projetos, supervisão e consultoria) do denominado Complexo da Lagoinha (fl. 728);

b) foi realizada apenas a Licitação n. DOA 21/84 para as obras de execução do túnel, na qual foram agregados, por meio de termos aditivos, todos os eventos necessários a abrigar a construção do denominado Complexo Viário da Lagoinha, não previstos no procedimento licitatório realizado (fl. 728);

c) as medições não se conformaram com o que foi executado e pago (fl. 727);

d) liberação antecipada da verba definida no item 1.1 – Canteiro de Serviços, da Planilha Orçamentária, no valor de US\$602,440. (seiscentos e dois mil, quatrocentos e quarenta dólares), gerando um custo final de 23.910,09 OTNs, ou seja, US\$172.965,00. (cento e setenta e dois mil, novecentos e sessenta e cinco dólares) (fl. 727);

e) superfaturamento na contratação de serviços dentro do denominado Obras Viárias, no valor de US\$114,207. (cento e quatorze mil, duzentos e sete dólares) (fl. 727);

f) contratação irregular por meio do Termo Aditivo n. 03, no valor de US\$1.211.931,00. (hum milhão, duzentos e onze mil, novecentos e trinta e um dólares), pagos a título de Equipamentos à Disposição (fls. 726/727);

g) superfaturamento no item Paisagismo, no valor de US\$303.927,00 (trezentos e três mil, novecentos e vinte e sete dólares) (fl. 726);

h) contratação da empresa EPC – Engenharia, Projeto e Consultoria Ltda. de forma indevida (fl. 726);

i) do custo total de contratação da empresa EPC Ltda., US\$620,902 (seiscentos e vinte mil, novecentos e dois dólares), não foi encontrada documentação que acobertasse o pagamento da quantia de US\$351.293,00 (trezentos e cinquenta e um mil, duzentos e noventa e três dólares) (fl. 726);

j) não foram localizados no processo Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CREA/MG dos serviços técnicos prestados (fl. 725).

7. A equipe técnica considerou como superfaturamento o valor de US\$1.803.030,00 (hum milhão, oitocentos e três mil, e trinta dólares), e sem cobertura legal o valor de US\$938.555,00 (novecentos e trinta e oito mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais), compreendidos o valor pago à EPC Ltda. sem documentação, US\$351.293,00 (trezentos e cinquenta e um mil, duzentos e noventa e três dólares), o reajuste sem fundamento na medição 30, US\$2.913,00. (dois mil, novecentos e treze dólares), e o reajuste a maior na medição 33, US\$584.349,00 (quinhentos e oitenta e quatro mil, trezentos e quarenta e nove dólares) (fls. 725/726).

8. A Auditoria e Procuradoria manifestaram de acordo com o relatório técnico (fls. 818/821 e 822/826).



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

II.1.3. AGUAPÉS DA LAGOA DA PAMPULHA

158. Por fim, em relação às obras e serviços que deram origem ao débito investigado por esta Comissão, foi celebrado em 24 de novembro de 1988, entre a SUDECAP e a Construtora Andrade Gutierrez, o Contrato n. 119/88 para execução dos serviços e obras de remoção de aguapés da Lagoa da Pampulha.

159. **A análise por esta Comissão, referente ao contrato em questão, ficou comprometida, uma vez que a integralidade dos documentos foi perdida em incêndio ocorrido na empresa de guarda de documentos no ano de 2014,** conforme informado pela Prefeitura em Ofício SMOBI n. 072/2020, protocolizado em 2 de março de 2020, em resposta ao Requerimento de Comissão n. 1.573/2019.

160. **Urge destacar que o referido incêndio ocorreu apenas dois dias antes das eleições para presidente, governador, senador, deputados federais e estaduais, em 3 de outubro de 2014, o que é no mínimo questionável diante da deterioração de documentos que envolveram obras, empresas e autoridades públicas, que estão relacionadas no âmbito de diversas investigações pela polícia federal, conforme é de amplo conhecimento nacional.**

161. Contudo, pela documentação apresentada nestes autos, especificamente os documentos acostados aos autos da “CPI das Empreiteiras”, verifica-se uma série de indícios sólidos de ocorrência de ilegalidade neste caso.

162. Primeiramente, chama atenção a ausência de licitação, fundamentando-se a contratação direta em suposta situação de emergência, nos moldes do inciso IV, do art. 22, do Decreto-lei Federal n. 2.300/86, conforme previsto na Cláusula Terceira.

163. Lado outro, pelos serviços contratados, ficou estabelecido o valor de Cz\$80.072.897,24 (oitenta milhões, setenta e dois mil, oitocentos e noventa e sete cruzados e vinte e quatro centavos), com data-base em abril de 1987, nos termos da Cláusula Quarta.

164. Assim, **embora celebrado o contrato em novembro de 1988, o valor pactuado foi estabelecido com data-base em abril de 1987 e, portanto, 1 ano e sete meses antes da formalização do negócio jurídico.**

165. Embora escassa a documentação a respeito do referido contrato, verificou-se nos autos da “CPI das Empreiteiras” que **os serviços teriam sido realizados em abril**



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

de 1987, por suposta urgência na sua execução, sendo caso de dispensa de licitação e de prévia celebração de contrato.

166. Ainda que fosse a hipótese da alegada urgência, causa estranheza que apenas 1 ano e 7 meses após a execução dos serviços, teria sido formalizado o contrato, ao final do mandato do ex-Prefeito Sérgio Ferrara.

167. Ainda que a Lei n. 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos públicos, seja posterior à referida contratação, é evidente o descumprimento aos princípios da Administração Pública, a exemplo dos princípios da legalidade, da razoabilidade, da solenidade dos atos administrativos, e da publicidade e transparência.

168. Outrossim, o Decreto-lei n. 2.300/86, vigente à época, fez menção expressa à necessidade de observância aos “princípios básicos da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos” (art. 3º).

169. Ademais, o referido Decreto-lei estabelecia que o contrato deve ser prévio à execução da obra ou serviços, salvo em caso de emergência, hipótese em que o contrato deveria ser firmado no primeiro dia útil subsequente:

Art. 51. Todo contrato deve mencionar, no preâmbulo, os nomes das partes e de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou a sua lavratura, o número do processo da licitação ou da dispensa, a sujeição dos contratantes às normas desde decreto-lei e às cláusulas contratuais.

§ 1º A publicação resumida do instrumento de contrato, ou de seus aditamentos no Diário Oficial da União, que é condição indispensável para a sua eficácia, será providenciada pela Administração na mesma data de sua assinatura.

§ 2º É vedado atribuir efeitos financeiros retroativos aos contratos regidos por este decreto-lei, bem assim às suas alterações, sob pena de invalidade do ato e responsabilidade de quem lhe deu causa.

§ 3º O disposto no parágrafo anterior não se aplica aos casos de extrema e comprovada urgência, se a eventual demora, superior a 48 horas, para prévia celebração do contrato, puder acarretar danos irreparáveis à ordem coletiva, à saúde pública ou à segurança nacional, hipótese em que a sua formalização deverá ocorrer no primeiro dia útil subsequente, convalidando a obra, a compra ou serviço cuja execução já se tenha porventura iniciado, pelo seu caráter inadiável.

170. De tal modo, **ainda que se estivesse diante da hipótese de emergência da prestação do serviço, houve clara violação ao referido decreto, face à formalização do contrato apenas 1 ano e 7 meses após à sua execução.**



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

171. Ademais, diante da perda da documentação pela Prefeitura, não é possível avaliar se a contratação da Construtora se enquadraria nas hipóteses de emergência a possibilitar a dispensa de licitação.

172. No entanto, conforme verificado nos autos da “CPI das Empreiteiras”, chama atenção que a necessidade de remoção dos aguapés da Pampulha tenha sido retratada pelo então Superintendente da SUDECAP e pelo Secretário de Meio Ambiente à época, em entrevista ao Jornal Estado de Minas em janeiro de 1987, sendo que, entre janeiro e abril daquele ano, nada se realizou neste sentido e sequer teve início o procedimento licitatório.

173. Ao se verificar, ainda, os autos da “CPI das Empreiteiras”, nota-se que as autoridades públicas envolvidas à época, especificamente o então Superintendente da SUDECAP, tentam justificar o lapso temporal entre a execução da obra e a celebração do contrato, por suposta falta de recursos.

174. Nesta linha, portanto, a Administração não possuindo dotação orçamentária para contratação do serviço, teria autorizado a sua execução, o que desafia uma compreensão lógica, racional e ponderada.

175. Outrossim, a própria legislação vigente à época, especificamente o Decreto-lei n. 2.300/86, determinava que em caso de dispensa de licitação, um serviço só poderia ser executado e contratado diante da previsão de recursos orçamentários:

Art.6º As obras e os serviços só podem ser licitados, quando houver projeto básico aprovado pela autoridade competente, e contratados somente quando existir previsão de recursos orçamentários.

§1º O disposto neste artigo aplica-se aos casos de dispensa e de inexigibilidade de licitação.

§2º A infringência do disposto neste artigo implica a nulidade dos atos ou contratos realizados e a responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

176. Neste sentido, é **evidente o descumprimento à lei, seja pela ausência de recursos orçamentários a autorizar a prestação dos referidos serviços por dispensa de licitação, seja pela ausência de contrato prévio ou formalizado no dia seguinte ao início da execução**, em desconformidade com o art. 51 do Decreto-lei n. 2.300/86.

177. Por fim, em relação a tal contrato, verifica-se indícios de superfaturamento nos serviços prestados.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

178. Conforme exposto nos autos da “CPI das Empreiteiras”, o valor do contrato no montante de Cz\$ 80.072.897,24 (oitenta milhões, setenta e dois mil, oitocentos e noventa e sete cruzados e vinte e quatro centavos), com data-base em abril de 1987, corresponderia à US\$ 3.382.427,80 (três milhões trezentos e oitenta e dois mil quatrocentos e vinte e sete dólares e oitenta centavos) para a retirada de aproximadamente 60 hectares de aguapés, correspondendo ao preço por hectare de US\$56.373,90 (cinquenta e seis mil trezentos e setenta e três dólares e oitenta centavos).
179. Em 1989, na administração do ex-Prefeito Pimenta da Veiga, teriam sido retirados 25 hectares de aguapés na Lagoa da Pampulha, custando aos cofres públicos US\$ 92.205,00 (noventa e dois mil e duzentos e cinco dólares), o equivalente a US\$3.688,20 (três mil seiscentos e oitenta e oito dólares e vinte centavos) por hectare.
180. De tal modo, **os serviços prestados pela Andrade Gutierrez em abril de 1987, corresponderiam a um valor, por hectare, 15 (quinze) vezes superior ao montante para execução do mesmo serviço somente dois anos depois.**
181. E não bastasse o superfaturamento apontado, 6 dias após a celebração do Contrato n. 119/88, em 30 de novembro de 1988, foi celebrado o Contrato de Confissão de Dívida n. 113/88, prevendo um débito pela Prefeitura, a favor da Construtora, no valor de 385.021 OTNs (trezentos e oitenta e cinco mil e vinte e uma Obrigações do Tesouro Nacional), correspondentes, na data, em Cz\$ 1.453.350.319,33 (um bilhão quatrocentos e cinquenta e três milhões trezentos e dezenove cruzados e trinta e três centavos).
182. Contudo, diante do extravio da documentação relativa a este contrato, não foi possível a esta Comissão auferir se, em algum momento entre a realização dos serviços, a celebração do contrato e a formalização do referido instrumento de reconhecimento de dívida, houve o pagamento pelo Município ou pela SUDECAP de qualquer montante à empreiteira.
183. Neste contexto, também não foi possível constatar a existência de memória de cálculo ou qualquer outro documento que componha de forma clara e racional a *causa debendi* e o valor prescrito na referida Confissão de Dívida.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

184. **Insta ressaltar, por oportuno, que o débito confessado corresponde a quase o dobro do valor outrora pactuado apenas 6 (seis) dias antes, tornando o ato deveras questionável, a ponto de se pressupor a ocorrência de nova irregularidade.**

185. Cumpre observar que, em consulta pública realizada ao site do Tribunal de Contas é possível constatar a existência do processo n. 409.178, instaurado em 1996 e em trâmite até a presente data, referente à auditoria na obra de retirada dos aguapés da Pampulha.

186. Neste sentido, embora a documentação para consulta por esta Comissão referente ao Contrato n. 119/88 tenha sido extraviada em incêndio ocorrido em 2014, acredita-se que informações detalhadas e documentos relacionados acerca deste Contrato poderão ser obtidos junto ao referido órgão.

187. **Destarte, em suma, todo histórico retro exposto aponta pela ocorrência de atos ilegais, irregulares ou suspeitos no âmbito deste contrato, especificamente (i) a alegação de extravio de toda documentação referente a este contrato, diante do incêndio ocorrido em 2014 na empresa responsável pela guarda dos documentos, apenas 2 dias antes do primeiro turno da eleição presidencial daquele ano; (ii) a dispensa de licitação por suposta hipótese de emergência, o que não restou evidenciado no caso; (iii) a celebração do contrato em novembro de 1988, posterior em 1 ano e 7 meses da data da execução da obra, em abril de 1987; (iv) o indício de superfaturamento do contrato; e, por fim (v) a confissão do débito em valor superior ao dobro do previsto no contrato celebrado apenas 6 (seis) dias antes.**

II.2. DAS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS

188. Os referidos contratos e aditivos foram celebrados sob a vigência de legislações distintas no que se refere às diretrizes aplicáveis no âmbito da Administração Pública.

189. Neste sentido, importa destacar que os Contratos n. 32/79, n. 04/81 e n. 21/84 celebrados, respectivamente, em 27 de fevereiro de 1989, 27 de outubro de 1983 e 14 de agosto de 1984, bem como os aditivos a estes instrumentos formalizados antes de 21 de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

novembro de 1986, foram celebrados sob a vigência do Decreto-Lei n. 200/67 e da Lei n. 5.456/68.

190. O Decreto-Lei n. 200/67 dispôs sobre a organização da Administração Federal e estabeleceu diretrizes para a Reforma Administrativa.

191. Especificamente quanto ao procedimento licitatório, os art. 125 a 144 do referido Decreto apresentaram diretrizes e formalidades básicas para procedimento licitatório e contratação, fazendo referência expressa à necessidade de observância dos princípios da administração e prevendo as hipóteses de dispensa da licitação. Neste sentido, a referida legislação não vedava a celebração de aditivos ou alterações contratuais das obras licitadas.

192. A Lei n. 5.456/68, por sua vez, dispôs sobre a aplicação do Decreto-Lei n. 200/67 aos Estados e Municípios.

193. Lado outro, os Contratos n. 14/87, n. 119/88 e a sub-rogação do contrato n. 04/81 à Andrade Gutierrez, respectivamente, de 29 de maio, 24 de novembro e 22 de junho de 1987, foram celebrados sob a vigência do Decreto-Lei n. 2.300/86, que, posteriormente foi integralmente revogado pela Lei n. 8.666/93.

194. O Decreto Lei 2.300/86, publicado em 21 de novembro de 1986, possuía 90 artigos, tratando dos contratos e licitações de forma mais específica e abrangente do que a legislação anterior.

195. Neste sentido, o decreto fez menção expressa à necessidade de observância aos “princípios básicos da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos”. Ademais, trouxe normas específicas para dispensa e inexigibilidade de licitação, para possibilidade de alteração de prazos e execução dos contratos, para execução de obra prévia à celebração de contrato e demais peculiaridades atinentes ao tema.

II.3. DO DÉBITO CONFESSADO E DOS VALORES QUITADOS

196. Superada a exposição quanto aos contratos celebrados na década de 80 que deram origem a diversas confissões de dívida em 1988, passaremos à explanação dos



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

atos posteriores que culminaram na celebração do Contrato de Confissão de Dívida em 1999, acarretando a quitação dos valores referentes à tais obras apenas em 2013.

197. Assim, quanto ao débito assumido e pago pela Prefeitura de Belo Horizonte a favor da Construtora Andrade Gutierrez, nos termos do Contrato de Confissão de Dívida celebrado em 1999, autorizado pela Lei Municipal n. 7.639/99, necessária se faz a análise de todo o histórico que envolve a questão para melhor compreensão do tema.

198. Neste sentido, é possível perceber, quanto aos valores contratados, confessados e pagos, indícios que apontam para a ocorrência de beneficiamento da Construtora, com consequente dano ao erário. Vejamos.

199. **Conforme apontado anteriormente neste relatório, observando-se a relação entre a Administração Pública e a Construtora Andrade Gutierrez, formalizada através dos contratos ns. 32/79, 14/87, 21/84, 119/88 e sub-rogação do contrato n. 04/81, foi possível constatar a existência de uma série de vícios e irregularidades, tais como a celebração de contratos sem licitação, a sucessão de aditivos contratuais aumentando o escopo das obras – em evidente fuga ao processo licitatório –, o aumento significativo do valor final dos contratos, o indício de superfaturamento e, ainda, a celebração de instrumentos de confissão de dívida em novembro de 1988, sem qualquer lastro ou memória de cálculo detalhada.**

200. Referidos instrumentos de confissão de dívida foram celebrados conforme autorização da Lei Municipal n. 5.371/88²⁰, promulgada em 10 de novembro de 1988, originária do Projeto de Lei n. 791/88, apresentado pelo então Prefeito Sérgio Ferrara à Câmara Municipal.

201. **Urge observar que a referida legislação foi promulgada antes da conclusão das obras e até mesmo antes da celebração do Contrato n. 119/88 (remoção dos aguapés da Lagoa Pampulha).**

202. De todo modo, a Lei Municipal autorizou o Poder Executivo “a realizar operações de crédito até o valor de Cz\$ 17.411.000.000,00 (dezessete bilhões e quatrocentos e onze milhões de cruzados), corrigíveis até a data de sua efetivação e correspondentes a 7.300.721 (sete milhões trezentas mil setecentas e vinte e uma)

²⁰ Processo Legislativo juntado a estes autos em 4 de março de 2020, em atendimento ao Requerimento de Comissão n. 151/2020.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

OTNS – Obrigações do Tesouro Nacional, destinadas à liquidação e refinanciamento de dívidas provenientes de realização de obras públicas no Município de Belo Horizonte”.

203. Apresentada emenda pelo Legislativo incluindo ao texto da Lei um anexo com a relação das dívidas existentes com cada empreiteira, conforme informação fornecida pela própria Prefeitura, tal dispositivo foi vetado sob a justificativa de que traria para aplicação da lei algumas dificuldades, uma vez que poderia o crédito de uma determinada empresa ter “pequenas variações para mais ou para menos com relação ao valor estabelecido no anexo já que este valor foi estimado em alguns casos, pois muitas medições ainda estão sendo processadas”.

204. Mantido o veto parcial pela Câmara Municipal, não houve a especificação em lei quanto ao valor do débito a ser quitado com a Construtora Andrade Gutierrez, embora a informação fornecida pela SUDECAP fosse de que o montante corresponderia a 2.005.153 OTNs (dois milhões cinco mil cento e cinquenta e três Obrigações do Tesouro Nacional), em outubro de 1988.

205. Autorizado pela referida Lei n. 5.371/88, o Município de Belo Horizonte, com interveniência da SUDECAP, celebrou com a Construtora Andrade Gutierrez S.A., os Contratos de Confissão de Dívida ns. 04/88, 05/88, 06/88, 110/88 e 113/88, reconhecendo o débito a favor da empreiteira no valor total de 2.027.193 OTNs (dois milhões vinte e sete mil cento e noventa e três Obrigações do Tesouro Nacional), conforme relação abaixo:

- Contrato de Confissão de Dívida n. 04/88, celebrado em 14 de novembro de 1988, no valor global de 403.247 OTNs (quatrocentos e três mil duzentos e quarenta e sete Obrigações do Tesouro Nacional), correspondentes na data a Cz\$ 1.522.148.548,31 (um bilhão quinhentos e vinte e dois milhões cento e quarenta e oito mil quinhentos e quarenta e oito cruzados e trinta e um centavos), referente à canalização do Ribeirão Arrudas (Contrato n. 32/79).
- Contrato de Confissão de Dívida n. 05/88, celebrado em 14 de novembro de 1988, no valor global de 214.597 OTNs (duzentas e quatorze mil quinhentas e noventa e sete Obrigações do Tesouro Nacional), correspondentes na data a Cz\$ 810.045.733,81 (oitocentos



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

e dez milhões quarenta e cinco mil setecentos e trinta e três cruzados e oitenta e um centavos), referente à reforma da galeria tri-celular do Ribeirão Arrudas (Contrato n. 14/87).

- Contrato de Confissão de Dívida n. 110/88, celebrado em 14 de novembro de 1988, no valor global de 415.099 OTNs (quatrocentos e quinze mil e noventa e nove Obrigações do Tesouro Nacional), correspondentes a Cz\$ 1.566.886.648,27 (um bilhão quinhentos e sessenta e seis milhões oitocentos e oitenta e seis mil seiscentos e quarenta e oito cruzados e vinte e sete centavos), referente ao revestimento do fundo do Ribeirão Arrudas (Contrato n. 04/81).
- Contrato de Confissão de Dívida n. 06/88, celebrado em 14 de novembro de 1988, no valor global de 609.229 OTNs (seiscentos e nove mil duzentas e vinte nove Obrigações do Tesouro Nacional), correspondentes a Cz\$ 2.299.674.983,17 (dois bilhões duzentos e noventa e nove milhões seiscentos e setenta e quatro mil novecentos e oitenta e três cruzados e dezessete centavos), referente às obras do Túnel da Lagoinha (Contrato n. 21/84).
- Contrato de Confissão de Dívida 113/88, celebrado em 30 de novembro de 1988, no valor global de 385.021 OTNs (trezentas e oitenta e cinco mil e vinte e uma Obrigações do Tesouro Nacional), correspondentes a Cz\$ 1.453.350.319,33 (um bilhão quatrocentos e cinquenta e três milhões trezentos e cinquenta mil trezentos e dezenove cruzados e vinte e trinta e três centavos), referentes à remoção dos aguapés da Lagoa da Pampulha (Contrato n. 119/88).

206. Contudo, pouco mais de um mês da celebração de tais contratos, em 22 de dezembro de 1988, foram enviados ofícios pela SUDECAP à empreiteira reconhecendo um acréscimo à dívida confessada, no valor total de 3.070.688 OTNs (três milhões setenta mil seiscentos e oitenta e oito Obrigações do Tesouro Nacional):

- Ofício SP/DJ-1716/88: reconhecendo o acréscimo de 1.606.105 OTNs (um bilhão seiscentos e seis mil cento e cinco Obrigações do Tesouro Nacional) à Confissão de Dívida n. 06/88.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- Ofício SP/DJ-1717/88: reconhecendo o acréscimo de 141.220 OTNs (cento e quarenta e um mil duzentos e vinte Obrigações do Tesouro Nacional) à Confissão de Dívida n. 05/88.
- Ofício SP/DJ-1718/88: reconhecendo o acréscimo de 1.235.844 OTNs (um milhão duzentos e trinta e cinco mil oitocentos e quarenta e quatro Obrigações do Tesouro Nacional) à Confissão de Dívida n. 04/88.
- Ofício SP/DJ-1719/88: reconhecendo o acréscimo de 87.519 OTNs (oitenta e sete mil quinhentos e dezenove Obrigações do Tesouro Nacional) à Confissão de Dívida n. 110/88.

207. Importa ressaltar que, **durante o andamento dos trabalhos desta Comissão, não foi constatada a existência de memória de cálculo, relatório descritivo ou qualquer outro instrumento que fundamentasse os valores previstos nos referidos Contratos de Confissão de Dívida celebrados pela Prefeitura ou nos Ofícios encaminhados pela SUDECAP.**

208. Ademais, **pela documentação constante nas 186 caixas entregues pela Prefeitura nesta Casa Legislativa, constatarem-se diversas “Guias de Liberação de Pagamento” ao longo da década de 80, referentes a tais obras,** as quais foram juntadas no Anexos 6 e 7 do Requerimento de Comissão 425/2020.

209. Cumpre destacar que tais documentos correspondem a uma amostragem dos pagamentos que teriam sido realizados em algum momento entre a celebração do contrato, a prestação dos serviços, a formalização dos aditivos e as Confissões de Dívida²¹.

210. **Contudo, fundamentada na inadimplência de parte dos débitos, em dezembro de 1991 a Construtora ajuizou ação de cobrança n. 0024.91.830944-4²², em face do Município e da SUDECAP requerendo o pagamento de 4.738.364 OTNs** (quatro milhões setecentos e trinta e oito mil trezentos e sessenta e quatro Obrigações do

²¹ Os trabalhos desenvolvidos por esta Comissão não buscaram identificar todo o histórico de pagamentos realizado no âmbito deste contrato, uma vez que, além de tal questão escapar ao objeto e limitações desta CPI, referida investigação aprofundada caberia ao Tribunal de Contas e Ministério Público Estadual, conforme recomendação proferida no relatório final das “CPI das Empreiteiras”.

²² Autos juntados a esta CPI em Requerimento de Comissão n. 9/2020, em 3 de março de 2020.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Tesouro Nacional), a serem convertidos em moeda corrente nacional, a partir de novembro de 1988 pelo INPC, e acrescido dos juros de mercado.

211. As defesas apresentadas pelo Município de Belo Horizonte e pela SUDECAP na referida ação se limitaram a contestar os encargos incidentes sobre o valor da dívida, especificamente a incidência de juros de mercado e a data inicial para a correção monetária.

212. Embora a Administração Pública Municipal tenha deixado de contestar o mérito da ação, especificamente em relação à regularidade e legalidade das cobranças, em dezembro de 1993 esta Câmara Municipal constituiu Comissão Parlamentar de Inquérito²³ “com a finalidade de apurar irregularidades em obras realizadas em Belo Horizonte, por empreiteiras denunciadas na CPI, em funcionamento no Congresso Nacional, que trata das irregularidades efetivas no Orçamento da União”.

213. Assim, a denominada “CPI das Empreiteiras” teve por escopo, além das obras e contratos que deram origem ao débito do Município com a Construtora Andrade Gutierrez, diversas obras contratadas e executadas por outras empreiteiras.

214. O Relatório final da “CPI das Empreiteiras”, apresentado em 5 de maio de 1994, pelo Relator Vereador José Lincoln Magalhães, concluiu que:

A exposição dos fatos neste parecer indicam estranhas relações de administradores públicos com empresas particulares, detectando a ocorrência de atos lesivos ao erário.

Celebrar sucessivos aditamentos extrapolando objetos contratuais e valores avançados, sem dúvida alguma que sinaliza para o favorecimento de algumas empresas, quando o óbvio seria a licitação para cada novo trecho, salvo apenas aqueles casos em que houvesse nítida urgência e benefício para a cidade.

Isso não se mostrou em nenhum dos casos aqui estudados, sinalizando, sem dúvida, para restrição do âmbito das contratações municipais a algumas poucas empresas.

Tal fato exige uma investigação mais profunda, à busca de comprovações para as suspeitas levantadas.

Acreditamos estar oferecendo ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas subsídios necessários para iniciar uma completa investigação das obras apontadas neste parecer, inclusive com a indicação de fatos suspeitos e de seus responsáveis. (p. 2003 e 2004 dos autos da “CPI das Empreiteiras” – volume 08 da CPI).

²³ Autos juntados a esta CPI em Requerimento de Comissão n.10/2020 e n. 54/2020.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

215. Neste sentido, foi recomendado o encaminhamento, na íntegra do processo ao Tribunal de Contas, para a realização de uma auditoria completa das obras investigadas nas quais se tenha encontrado irregularidades, e ao Ministério Público, para a responsabilização cabível.

216. As informações sobre as providências tomadas pelos referidos órgãos após a recomendação sugeridas pela “CPI das Empreiteiras”, foram requeridas por esta Comissão (Requerimentos de Comissão n. 124/2020, 125/2020, 203/2020, 331/2020, 335/2020, 520/2020, 521/2020, 522/2020, 523/2020 e 524/2020), bem como convidados representantes de tais órgãos para oitiva por este Colegiado, para adequada compreensão acerca do histórico-fático referente a cada contrato e as medidas adotadas pelos órgãos à época.

217. No entanto, apesar dos insistentes requerimentos e convites realizados, o Tribunal de Contas do Estado e o Ministério Público Estadual omitiram-se em colaborar com os trabalhos desta Comissão e não apresentaram nenhum esclarecimento sobre o assunto ou justificativa para tal ausência.

218. Neste contexto, na tentativa de obter tais informações, foi realizada consulta pública ao site do Tribunal de Contas do Estado, sendo possível localizar 4 processos (n. 11.108, 409.178, 10.788 e 704.358)²⁴ relacionados com o tema objeto desta CPI e que, aparentemente teriam sido instaurados a partir da recomendação proferida pela “CPI das Empreiteiras”.

219. Veja que pela referida consulta pública não é possível ter acesso a todos os andamentos e documentos dos processos, mas apenas às últimas movimentações e aos assuntos relacionados, bem como acesso a alguns documentos de processos com andamentos recentes.

220. Chama atenção, quanto aos documentos disponíveis referentes ao processo n. 11.108, especificamente no despacho proferido pelo Relator, seja no Parecer do Ministério Público ou do Controle Externo, a alegação que teria ocorrido a apuração de irregularidades no contrato referente ao Túnel da Lagoinha, mas que tal informação não teria sido mencionada na Ação de Cobrança ajuizada pela Construtora em face da Prefeitura e da SUDECAP, e, tampouco quando da

²⁴ Documentos juntados em Requerimento de Comissão n. 555/2020.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

celebração do Contrato de Confissão de Dívida em 1999. Neste sentido, verifica-se o parecer da Diretoria de Controle Externo dos Municípios (documento acostado ao Requerimento de Comissão n. 555/2020):

Salienta-se que o Contrato de Confissão de Dívida firmado entre o Município de Belo Horizonte e a Construtora Andrade Gutierrez S.A. refere-se a diversos contratos referentes a obras realizadas no município, entre as quais se encontram as que foram analisadas nos presentes autos, de n. 011.108, bem como nos processos n. 10788 e 409178, em apenso.

(...)

*Todavia, é de se asseverar que tanto na discussão judicial acerca da legalidade dos juros incididos nos mencionados contratos quanto no Contrato de Confissão de Dívida citado alhures **não fazem referência aos apontamentos feitos pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais decorrentes das inspeções realizadas, constantes dos processos 010.788, 011.108 e 409.178, que tratam das obras contratadas.***

221. Observa-se, ainda, quanto ao processo n. 11.108, a confirmação de uma série de ilegalidades na execução do Contrato 21/84 (Túnel da Lagoinha), conforme descreve o Parecer do Ministério Público de Contas de Minas Gerais de 28 de novembro de 2014:

6. A Comissão de Inspeção Técnica responsável pela elaboração dos trabalhos complementares e periciais concluiu pelo seguinte (fls. 653/802 e 804/813):

- a) não existência de procedimentos licitatórios para obras complementares e serviços (desapropriações, desfavelamento, projetos, supervisão e consultoria) do denominado Complexo da Lagoinha (fl. 728);*
- b) foi realizada apenas a Licitação n. DOA 21/84 para as obras de execução do túnel, na qual foram agregados, por meio de termos aditivos, todos os eventos necessários a abrigar a construção do denominado Complexo Viário da Lagoinha, não previstos no procedimento licitatório realizado (fl. 728);*
- c) as medições não se conformaram com o que foi executado e pago (fl. 727);*
- d) liberação antecipada da verba definida no item 1.1 – Canteiro de Serviços, da Planilha Orçamentária, no valor de US\$602,440. (seiscentos e dois mil, quatrocentos e quarenta dólares), gerando um custo final de 23.910,09 OTNs, ou seja, US\$172.965,00. (cento e setenta e dois mil, novecentos e sessenta e cinco dólares) (fl. 727);*
- e) superfaturamento na contratação de serviços dentro do denominado Obras Viárias, no valor de US\$114,207. (cento e quatorze mil, duzentos e sete dólares) (fl. 727);*
- f) contratação irregular por meio do Termo Aditivo n. 03, no valor de US\$1.211.931,00. (hum milhão, duzentos e onze mil, novecentos e trinta e um dólares), pagos a título de Equipamentos à Disposição (fls. 726/727);*
- g) superfaturamento no item Paisagismo, no valor de US\$303.927,00 (trezentos e três mil, novecentos e vinte e sete dólares) (fl. 726);*
- h) contratação da empresa EPC – Engenharia, Projeto e Consultoria Ltda. de forma indevida (fl. 726);*



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- i) do custo total de contratação da empresa EPC Ltda., US\$620,902 (seiscentos e vinte mil, novecentos e dois dólares), não foi encontrada documentação que acobertasse o pagamento da quantia de US\$351.293,00 (trezentos e cinquenta e um mil, duzentos e noventa e três dólares) (fl. 726);
- j) não foram localizados no processo Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CREA/MG dos serviços técnicos prestados (fl. 725).
7. A equipe técnica considerou como superfaturamento o valor de US\$1.803.030,00 (um milhão, oitocentos e três mil, e trinta dólares), e sem cobertura legal o valor de US\$938.555,00 (novecentos e trinta e oito mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais), compreendidos o valor pago à EPC Ltda. sem documentação, US\$351.293,00 (trezentos e cinquenta e um mil, duzentos e noventa e três dólares), o reajuste sem fundamento na medição 30, US\$2.913,00. (dois mil, novecentos e treze dólares), e o reajuste a maior na medição 33, US\$584.349,00 (quinhentos e oitenta e quatro mil, trezentos e quarenta e nove dólares) (fls. 725/726).
8. A Auditoria e Procuradoria manifestaram de acordo com o relatório técnico (fls. 818/821 e 822/826).

222. **De tal modo, apesar de terem sido apontados indícios de atos lesivos e ilegais por aquela CPI em 1994 e de terem instaurados denúncias, relatório de auditoria e de inspeção no Tribunal de Contas sobre a questão, com direcionamento para confirmação das suspeitas levantadas pela referida CPI, a Prefeitura de Belo Horizonte e a SUDECAP, na condição de rés na ação de cobrança proposta pela Construtora, omitiram-se em apresentar tais informações ao Poder Judiciário.**

223. **Ora, causa estranheza que informação tão relevante para o desfecho da ação de cobrança em sentido favorável ao Município, qual seja, a improcedência do pedido formulado pela Andrade Gutierrez e, portanto, a inexigibilidade de valores devidos pelo Município a esta, não tenham sido levadas a conhecimento do julgador da lide.**

224. Neste contexto, a referida ação seguiu seu curso, sem que as irregularidades constatadas tenham sido ventiladas.

225. Assim, antes do trânsito em julgado da ação de cobrança e, portanto, antes que tenha sido proferida decisão definitiva acerca dos encargos incidentes sobre o débito, e ainda durante o trâmite de processos no Tribunal de Contas apurando irregularidades apontadas nos autos da “CPI das Empreiteiras”, referentes à tais obras, o ex-Prefeito Célio de Castro encaminhou à Câmara Municipal o Projeto de Lei n.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

928/98²⁵, visando autorização legislativa para renegociar as confissões de dívidas referendadas na Lei n. 5.371/88 e objeto da referida ação judicial.

226. Tendo sido vetado os dispositivos incluídos em emendas apresentadas pela Câmara Municipal ao referido Projeto de Lei, em 27 de janeiro de 1999, foi sancionado, pelo ex-Prefeito Célio de Castro, a Lei Municipal n. 7.639/99, sem modificação ao texto originalmente proposto.

227. Em 18 de março de 1999, sob a justificativa de necessidade de acompanhamento constante da evolução da dívida, com maior transparência das contas públicas, a Câmara Municipal deliberou pela rejeição do veto ao art. 6º (incluído pela Emenda n. 3), que dispôs sobre a obrigatoriedade de remessa, pelo Executivo à Câmara Municipal, de cópia da Ação Ordinária de Cobrança objeto da Lei, dos relatórios semestrais de atualização da dívida e dos documentos de quitação das parcelas pagas.

228. Contudo, tal exigência nunca foi cumprida por parte da Prefeitura de Belo Horizonte, conforme verificado pela Presidente desta Câmara Municipal, Vereadora Nely Aquino, e o Diretor do Processo Legislativo, Frederico Stéfano de Oliveira Arriero, que em resposta ao Requerimento de Comissão n. 266/2020 (ofício DIRLEG N. 1433/20), informaram que **“não foi constatado envio, por parte do Poder Executivo, de relatórios semestrais de atualização da dívida ou de documentos de quitação de parcelas pagas, relativamente ao que dispõe o art. 6º da Lei nº 7.639/99”**.

229. Assim, esta Câmara Municipal foi impedida, diretamente pela Prefeitura de Belo Horizonte, ao longo dos 15 anos de pagamento da dívida, de cumprir com sua atividade fiscalizatória do Poder Executivo. Ora, os pagamentos foram realizados com o total desconhecimento desta Casa e em flagrante violação ao disposto na Lei que autorizou a Confissão de Dívida.

230. Lado outro, nos termos da referida legislação, foi celebrado em 29 de janeiro de 1999, Contrato de Confissão de Dívida²⁶ entre o Município de Belo Horizonte, a SUDECAP e a Andrade Gutierrez, prevendo o valor da dívida não

²⁵ Processo Legislativo juntado a estes autos em 4 de março de 2020, em atendimento ao Requerimento de Comissão n. 151/2020.

²⁶ Documento juntado aos autos em Requerimento n. 1572/2020.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

superior a R\$143.245.643,00 (cento e quarenta e três milhões duzentos e quarenta e cinco mil seiscentos e quarenta e três reais), **moeda de 31 de janeiro de 1999, a ser pago no prazo de 14 anos a partir da referida data, incidindo sobre a dívida juros de 9% ao ano e correção pelo IGP-M.**

231. **Em evidente prejuízo ao erário, o Anexo ao referido Contrato de Confissão de Dívida estabeleceu o pagamento por meio da Tabela Price, em 15 prestações (uma entrada e 14 parcelas) fixas no valor originário de R\$16.303.573,00** (dezesesseis milhões trezentos e três mil quinhentos e setenta e três reais), **totalizando o valor histórico da dívida em R\$ 244.553.595,00** (duzentos e quarenta e quatro milhões quinhentos e cinquenta e três mil quinhentos e noventa e cinco reais).

232. Neste sentido, verifica-se que tanto na lei que autorizava a celebração da Confissão de Dívida, quanto no referido Contrato em si, não havia a especificação em relação ao sistema de amortização de juros a ser aplicado. No entanto, em claro prejuízo à Administração Pública, **os juros foram calculados de forma capitalizada (composta), juros sobre juros.**

233. **As referidas parcelas foram corrigidas e pagas pela Prefeitura no montante histórico de R\$ 633.117.117,12** (seiscentos e trinta e três milhões cento e dezessete mil cento e dezessete reais e doze centavos), conforme quadro abaixo (Anexo 3.1 a este relatório):

Parcela	Vencimento	Data pagamento	Valor pago
0	31.01.1999	01.02.1999	R\$ 16.303.573,00
1	31.01.2000	31.01.2000	R\$ 19.581.460,26
2	31.01.2001	31.01.2001	R\$ 21.529.828,44
3	31.01.2002	31.01.2002	R\$ 23.765.631,43
4	31.01.2003	31.01.2003	R\$ 29.774.610,49
5	31.01.2004	Entre 04.2004 e 04.2006	R\$ 46.754.995,62
6	31.01.2005	31.01.13 e 09.04.13	R\$ 111.771.109,57
7	31.01.2006	31.01.2006	R\$ 36.831.599,87
8	31.01.2007	31.01.2007	R\$ 38.242.829,57
9	31.01.2008	31.01.2008	R\$ 41.208.324,94
10	31.01.2009	31.01.2009	R\$ 45.248.940,50
11	31.01.2010	31.01.2010	R\$ 44.471.876,07
12	31.01.2011	31.01.2011	R\$ 49.507.417,50
13	31.01.2012	31.01.2012	R\$ 52.030.793,87
14	31.01.2013	31.01.13 e 09.04.13	R\$ 56.094.125,15
		Total pago	R\$ 633.117.116,28



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

234. As parcelas de 0 a 4 e de 7 a 13, portanto, foram quitadas nos prazos previstos contratualmente, sendo que a 5ª, 6ª e 14ª parcelas foram repactuadas.

235. Em relação à 5ª parcela, não quitada na data do vencimento em 31 de janeiro de 2004, foi assinado Contrato de Confissão de Dívida em 1º de abril de 2004, estabelecendo o pagamento do montante atualizado da prestação, acrescido de multa de 10% (dez por cento) por atraso e juros moratórios de 1% ao mês a partir do inadimplemento, por meio de parcelas mensais a serem pagas entre 15 de abril de 2004 e 31 de dezembro de 2004, no valor mínimo de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos reais).

236. Destarte, o valor total a ser pago referente à 5ª parcela, nos termos da repactuação em abril de 2004, seria de R\$ 39.229.094,40 (trinta e nove milhões duzentos e vinte e nove mil e noventa e quatro reais e quarenta centavos), conforme planilha abaixo (Anexo 3.2 a este relatório):

Cálculo 5ª parcela	
Valor-base parcela	R\$ 16.303.573,00
Valor corrigido em 01.04.2004	R\$ 33.244.995,25
Multa 10%	R\$ 3.324.499,53
Juros de 1% ao mês	R\$ 332.449,95
Juros em 8 meses	R\$ 2.659.599,62
Valor total devido	R\$ 39.229.094,40

237. Contudo, os pagamentos referentes à 5ª parcela se estenderam até abril de 2006, em evidente violação ao previsto na referida Confissão de Dívida, tendo sido pago o montante de R\$ 46.754.995,62 (quarenta e seis milhões setecentos e cinquenta e quatro mil novecentos e noventa e cinco reais e sessenta e dois centavos) – Anexo 3.2 deste relatório:

Pagamento 5ª parcela	
16.04.04	R\$ 1.500.000,00
14.05.04	R\$ 1.500.000,00
16.06.04	R\$ 1.500.000,00
16.07.04	R\$ 1.500.000,00
17.08.04	R\$ 3.000.000,00
16.09.04	R\$ 3.000.000,00
27.10.04	R\$ 1.500.000,00
19.11.04	R\$ 1.500.000,00
28.02.05	R\$ 1.500.000,00



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

31.03.05	R\$ 1.500.000,00
12.07.05	R\$ 1.500.000,00
18.08.05	R\$ 1.500.000,00
31.08.05	R\$ 1.500.000,00
30.09.05	R\$ 1.500.000,00
23.11.05	R\$ 4.500.000,00
15.03.06	R\$ 18.206.048,66
18.04.06	R\$ 48.946,96
Total	R\$ 46.754.995,62

238. Embora não tenha sido observado o prazo previsto de pagamento das referidas parcelas até dezembro de 2004, não há nenhum documento, memória de cálculo ou novo contrato prevendo o pagamento da dívida na forma acima descrita até abril de 2006.

239. A diferença referente ao montante que teria sido pago pela 5ª parcela (R\$39.229.094,40), nos termos da repactuação em abril de 2004, e o valor efetivamente pago (R\$ 46.754.995,62), sem observância ao prazo previsto no referido contrato, é de R\$ 7.525.901,23 (sete milhões quinhentos e vinte e cinco mil novecentos e um reais e vinte e três centavos), correspondendo à importância atualizada, nos moldes previstos contratualmente, de cerca de R\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais)²⁷ em julho de 2020:

Atualização diferença apurada 5ª parcela	
Diferença apurada	R\$ 7.525.901,23
Juros 9% a.a. (dez. 2004 a jul. 2020)	140%
Índice IGPM dez.2004 a jul. 2020	2,4126906
Valor atualizado em março 2020	R\$ 18.157.671,14
Valor dos juros	R\$ 10.536.261,72
Valor atualizado + juros	R\$ 28.693.932,86

240. No que se refere à 6ª parcela, com vencimento previsto inicialmente em janeiro de 2005, foram celebrados, em 20 de fevereiro e 16 de maio de 2008, Termo de Aditamento ao Contrato de Confissão de Dívida, alterando a data de vencimento para 31 de janeiro de 2014 e estabelecendo o valor base da parcela em R\$ 35.409.620,28 (trinta e cinco milhões quatrocentos e nove mil seiscentos e vinte

²⁷ Anexo 3.2 deste relatório



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

reais e vinte e oito centavos), considerando-se o acréscimo dos juros de 9% ao ano previsto contratualmente, a ser atualizado na data de pagamento.

241. Posteriormente, face à limitação legislativa de encerramento do pagamento da dívida em 14 (quatorze anos), o vencimento foi repactuado para 31 de janeiro de 2013, sendo que em Parecer Técnico Conclusivo de Auditoria n. 001/2008, apurou que o valor-base da referida 6ª parcela, ao se aplicar a taxa de juros de 9% ao ano sobre a parcela de R\$16.303.572,84 vencida em 31 de janeiro de 2005 até 31 de janeiro de 2013, seria de R\$32.485.890,17 (trinta e dois milhões quatrocentos e oitenta e cinco mil oitocentos e noventa reais e dezessete centavos).

242. De tal modo, considerando-se os termos do Termo de Aditamento e a previsão de vencimento da 6ª parcela e 14ª na mesma data, em janeiro de 2013 foi pago o montante de R\$ 131.796.816,84 (cento e trinta e um milhões setecentos e noventa e seis mil oitocentos e dezesseis reais e oitenta e quatro centavos) referente às prestações em aberto.

243. **Em Parecer Técnico da Auditoria-Geral do Município n. 002/2013²⁸ de 19 de março de 2013, foi apurado valor pago a maior referente às parcelas de n. 0 a 5 e de n. 7 a 13, no montante total de R\$ 1.312.603,83 (um milhão trezentos e doze mil seiscentos e três reais e oitenta e três centavos), sendo que em relação à 6ª e 14ª parcelas foi apurado o valor em aberto de R\$ 35.208.345,20 (trinta e cinco milhões duzentos e oito mil trezentos e quarenta e cinco reais e vinte centavos).**

244. Neste contexto, o referido parecer sugeriu que para pagamento do valor pendente fosse deduzido o valor pago a maior pela Prefeitura.

245. Contudo, em 9 de abril de 2013, o BMG na condição de credor do Contrato de Confissão de Dívida firmado entre a Prefeitura de Belo Horizonte e a Construtora Andrade Gutierrez, outorgou Termo de Quitação²⁹ mediante o recebimento de R\$36.068.417,88 (trinta e seis milhões sessenta e oito mil quatrocentos e dezessete reais e oitenta e oito centavos).

²⁸ Documento juntado aos autos em Requerimento de Comissão n. 153/2020.

²⁹ Documento juntado aos autos em Requerimento de Comissão n. 153/2020 e documentos de pagamentos apresentados pela Prefeitura a estes autos em resposta ao Requerimento de Comissão n. 1572/2019.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

246. Portanto, para pagamento do saldo remanescente pela Prefeitura, não houve observância ao relatório formulado pela Auditoria Municipal poucos dias antes, não ocorrendo a dedução do valor pago a maior apurado e, ainda, tendo sido pago montante superior ao valor em aberto constatado por aquele órgão.

247. Contudo, nos autos do processo administrativo n. 01.057075-10-52³⁰, cujo escopo consistia em verificar a regularidade dos pagamentos efetuados à Andrade Gutierrez, a Secretaria de Finanças do Município e a Controladoria-Geral do Município concluíram pela ausência de prejuízo ao erário e de qualquer pendência administrativa.

248. Assim, conforme relatório proferido pela Controladoria-Geral do Município em 24 de novembro de 2014, a importância paga a maior nos moldes da apuração da Auditoria, teria sido compensada com a não cobrança de juros moratórios e multa contratual que seriam devidos pelo Município em relação ao atraso do montante pago em 9 de abril de 2013, correspondente ao saldo da 6ª e 14ª parcelas com vencimento em janeiro de 2013.

249. Neste sentido, realizando-se um cálculo genérico, sem apresentar apuração técnica específica, concluíram que o montante de R\$ 1.312.603,83 (um milhão trezentos e doze mil seiscentos e três reais e oitenta e três centavos) seria inferior aos supostos juros e multa devidos e que, o BMG ao conceder quitação da dívida, estaria isentando o Município quanto ao pagamento da integralidade dos encargos.

250. **Por fim, não bastasse todo o histórico que envolve o reconhecimento da dívida, os pagamentos efetuados, as diferenças de valores apuradas e as renegociações realizadas, conforme tabelas em anexo (Anexo 3 a este Relatório), a dívida no valor originário de R\$ 143.245.643,00 (cento e quarenta e três milhões duzentos e quarenta e cinco mil seiscentos e quarenta e três reais), foi paga no montante histórico de R\$633.117.116,28³¹ (seiscentos e trinta e três milhões cento e dezessete mil cento e dezesseis reais e vinte e oito centavos).**

251. **Na eventualidade de ser constatada a ilegalidade de todos os pagamentos realizados, face às irregularidades que deram origem ao Contrato de Confissão de**

³⁰ Documento juntado aos autos em Requerimento de Comissão n. 153/2020.

³¹ Conforme documentos de pagamentos apresentados pela Prefeitura a estes autos, juntados em resposta ao Requerimento de Comissão n. 1572/2019.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dívida, conforme exposto anteriormente, far-se-á necessária a competente restituição ao erário público, a ser apurada pelos órgãos competentes.

252. Neste sentido, para fins de ilustração quanto ao montante que carece de restituição à Administração Pública, apuram-se os valores pagos atualizados e acrescidos dos juros previstos contratualmente, em julho de 2020, no importe superior a R\$3.000.000.000,00 (três bilhões de reais):

	Valor pago atualizado	Juros 9%a.a	Valor juros	Atualizado + juros
0	R\$ 86.410.252,16	192,75%	R\$ 166.555.761,04	R\$ 252.966.013,20
1	R\$ 87.138.575,14	183,75%	R\$ 160.117.131,82	R\$ 247.255.706,96
2	R\$ 87.137.181,61	174,75%	R\$ 152.272.224,86	R\$ 239.409.406,47
3	R\$ 87.146.928,25	162,72%	R\$ 141.805.481,65	R\$ 228.952.409,90
4	R\$ 87.133.340,17	156,75%	R\$ 136.581.510,72	R\$ 223.714.850,89
5	R\$ 112.261.736,76	Anexo 3.2	R\$ 151.788.098,00	R\$ 264.049.834,76
6	R\$ 173.652.994,37	66,75%	R\$ 115.913.373,74	R\$ 289.566.368,11
7	R\$ 87.163.870,55	129,75%	R\$ 113.095.122,04	R\$ 200.258.992,59
8	R\$ 87.150.394,96	120,75%	R\$ 105.234.101,91	R\$ 192.384.496,87
9	R\$ 87.156.954,76	111,75%	R\$ 97.397.896,94	R\$ 184.554.851,70
10	R\$ 87.156.880,23	102,75%	R\$ 89.553.694,44	R\$ 176.710.574,67
11	R\$ 87.152.416,08	93,75%	R\$ 81.705.390,08	R\$ 168.857.806,16
12	R\$ 87.153.169,66	84,75%	R\$ 73.862.311,29	R\$ 161.015.480,95
13	R\$ 87.152.521,49	75,75%	R\$ 66.018.035,03	R\$ 153.170.556,52
14	R\$ 86.682.471,50	65,25%	R\$ 56.560.312,65	R\$ 143.242.784,15
	R\$ 1.417.649.687,69		R\$ 1.708.460.446,21	R\$ 3.126.110.133,90

253. Lado outro, comparando-se os pagamentos realizados pela Prefeitura e os valores apurados por esta Comissão (Anexo 3.1 a este relatório), verifica-se a diferença entre o montante pago e o devido, no valor histórico de R\$ 23.388.060,82 (vinte e três milhões trezentos e oitenta e oito mil e sessenta reais e oitenta e dois centavos), que atualizados e acrescidos dos juros contratuais, em julho de 2020, correspondem a cerca de R\$84.117.345,39 (oitenta e quatro milhões cento e dezessete mil trezentos e quarenta e cinco reais e trinta e nove centavos), conforme Anexo 3.4 a este relatório:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

	Diferença (valor pago – apurado)	Índice atualização IGP-M	Diferença atualizado	Juros 9%a.a	Valor dos juros	Atualizado + juros
0	-R\$ 0,84	5,3446011	-R\$ 4,49	192,75%	-R\$ 8,65	-R\$ 13,14
1	R\$ 557,88	4,450055	R\$ 2.482,60	183,75%	R\$ 4.561,77	R\$ 7.044,37
2	R\$ 269,23	4,0472771	R\$ 1.089,65	174,75%	R\$ 1.904,16	R\$ 2.993,81
3	R\$ 2.953,92	3,6669309	R\$ 10.831,82	162,72%	R\$ 17.625,54	R\$ 28.457,36
4	-R\$ 940,44	2,9264309	-R\$ 2.752,13	156,75%	-R\$ 4.313,97	-R\$ 7.066,10
5	R\$ 7.525.901,22	2,3949679	R\$ 18.024.291,84	138,00%	R\$ 24.873.522,74	R\$ 42.897.814,58
6	R\$15.783.518,33	1,5536483	R\$ 24.522.036,42	66,75%	R\$ 16.368.459,31	R\$ 40.890.495,73
7	R\$ 11.736,51	2,3665513	R\$ 27.775,05	129,75%	R\$ 36.038,13	R\$ 63.813,18
8	R\$ 6.275,40	2,2788689	R\$ 14.300,81	120,75%	R\$ 17.268,23	R\$ 31.569,05
9	R\$ 9.863,19	2,1150327	R\$ 20.860,97	111,75%	R\$ 23.312,13	R\$ 44.173,10
10	R\$ 10.792,51	1,926164	R\$ 20.788,14	102,75%	R\$ 21.359,82	R\$ 42.147,96
11	R\$ 8.328,76	1,9597198	R\$ 16.322,04	93,75%	R\$ 15.301,91	R\$ 31.623,94
12	R\$ 9.700,25	1,7604063	R\$ 17.076,38	84,75%	R\$ 14.472,23	R\$ 31.548,61
13	R\$ 9.810,15	1,6750181	R\$ 16.432,18	75,75%	R\$ 12.447,38	R\$ 28.879,55
14	R\$ 9.294,75	1,5536483	R\$ 14.440,77	65,25%	R\$ 9.422,60	R\$ 23.863,38
	R\$23.388.060,82		R\$ 42.705.972,05		R\$ 41.411.373,34	R\$ 84.117.345,39

254. Urge esclarecer que a diferença acima apurada decorre, precipuamente, da aplicação do índice de correção monetária (IGP-M) tomando-se como marco inicial a data de 1º de fevereiro de 1999, conforme definido no art. 2º, parágrafo único da Lei 7.639/99, sendo que a atualização dos valores pagos teve, como marco inicial, a data de 1º de janeiro de 1999, conforme descrito no Parecer Técnico n. 002/2013³² da Auditoria Geral do Município.

255. Ademais, as parcelas que foram repactuadas (5ª e 6ª parcelas) possuíram diferença significativa entre o montante pago e o valor previsto nos aditamentos à confissão de dívida, conforme exposto anteriormente.

256. Outrossim, caso todas as parcelas tivessem sido pagas nos vencimentos previstos no Contrato celebrado em 1999, de acordo com o referido Anexo Contratual, com a atualização das parcelas-base no importe de R\$16.303.573,00 (dezesesseis milhões trezentos e três mil quinhentos e setenta e três reais) pelo indexador IGP-M a partir de fevereiro de 1999, o valor total pago seria de R\$ 542.218.963,30

³² Documento juntado em Requerimento de Comissão n. 153/2020.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

(quinhentos e quarenta e dois milhões duzentos e dezoito mil novecentos e sessenta e três reais e trinta centavos), conforme pode ser verificado no quadro abaixo (Anexo 3.5):

Parcela	Valor parcela (R\$)	Vencimento	Valor parcela no venc. c/ IGP-M
0	R\$ 16.303.573,00	31.01.1999	R\$ 16.303.573,84
1	R\$ 16.303.573,00	31.01.2000	R\$ 19.580.902,38
2	R\$ 16.303.573,00	31.01.2001	R\$ 21.529.559,21
3	R\$ 16.303.573,00	31.01.2002	R\$ 23.762.677,51
4	R\$ 16.303.573,00	31.01.2003	R\$ 29.775.550,93
5	R\$ 16.303.573,00	31.01.2004	R\$ 32.093.865,50
6	R\$ 16.303.573,00	31.01.2005	R\$ 36.079.919,54
7	R\$ 16.303.573,00	31.01.2006	R\$ 36.819.863,36
8	R\$ 16.303.573,00	31.01.2007	R\$ 38.236.554,17
9	R\$ 16.303.573,00	31.01.2008	R\$ 41.198.461,75
10	R\$ 16.303.573,00	31.01.2009	R\$ 45.238.147,99
11	R\$ 16.303.573,00	31.01.2010	R\$ 44.463.547,31
12	R\$ 16.303.573,00	31.01.2011	R\$ 49.497.717,25
13	R\$ 16.303.573,00	31.01.2012	R\$ 52.020.983,72
14	R\$ 16.303.573,00	31.01.2013	R\$ 55.617.638,84
	R\$ 244.553.595,00		R\$ 542.218.963,30

257. De tal modo, a diferença entre o valor histórico pago pela Prefeitura (R\$633.117.116,28) e o valor que teria sido quitado (R\$ 542.218.963,30), caso não tivesse ocorrido o atraso nas parcelas n. 5, 6 e 14, é de R\$ 90.898.152,98 (noventa milhões oitocentos e noventa e oito mil cento e cinquenta e dois reais e noventa e oito centavos).

258. Referida diferença atualizada pelo IGP-M, em julho de 2020, corresponderia ao importe de R\$ 221.637.423,68 (duzentos e vinte e um milhões seiscentos e trinta e sete mil quatrocentos e vinte e três reais e sessenta e oito centavos), conforme anexo 3.6 a este relatório.

259. Neste diapasão, quanto ao débito quitado pela Prefeitura a favor da Construtora Andrade Gutierrez em 2013, nos limites da investigação incumbida à esta Comissão, verificam-se indícios sólidos de prejuízo à Administração, em beneficiamento da Construtora Andrade Gutierrez.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

260. Urge esclarecer, por oportuno, que a dimensão do citado dano carece de uma investigação profunda visando auferir eventual (i) legalidade e (ir) regularidade de todos os instrumentos que culminaram na Confissão de Dívida em 1999 e o consequente pagamento desta, especificamente no que se refere (i) à majoração havida aos valores “originários” contratuais, face a sucessão de aditivos celebrados; (ii) aos valores reconhecidos em confissão de dívida e ofícios, após a celebração da Lei Municipal n. 5.371/88; (iii) à origem do valor reconhecido na Confissão de Dívida datada de 1999; e, por fim, (iv) aos cálculos referentes à incidência de juros e correção das parcelas pagas.

261. Neste ponto, vale reiterar especificamente que, diante da conclusão pela ocorrência de irregularidades no âmbito dos contratos e obras, conforme Relatório Final da “CPI das Empreiteiras” em 1994, a questão dependia da adequada investigação pelos órgãos competentes, notadamente o Tribunal de Contas e o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, para que fosse possível a contratação da dívida à época.

262. Por tal razão, diante da omissão dos referidos órgãos em esclarecer quais medidas foram adotadas após a conclusão da “CPI das Empreiteiras” e qual o andamento e conclusões verificadas nos processos que tramitaram no âmbito do Tribunal de Contas, necessária se faz uma investigação detalhada sobre este tópico, para que se possa auferir quanto à legalidade da posterior Confissão de Dívida em 1999.

263. Em suma, na hipótese dos contratos e obras acima mencionados estarem revestidos de eventual irregularidade, fraude e/ou abusividade, conforme constatado pela referida “CPI das Empreiteiras”, infere-se, consectário lógico, que a dívida assumida em 1999 não teria qualquer fundamento e, como tal, seria ilícita.

II.4. SIMILARIDADE COM O CASO DE BETIM

264. A Construtora Andrade Gutierrez foi contratada pelo Município de Betim para construção das obras do Plano Geral de Saneamento, Viário e de Urbanização do Município, nos moldes da Licitação n. 04/79.

265. Contudo todo o histórico que permeia a relação decorrente de tal contratação é repleto de nuances e intercorrências que levaram a Câmara dos Deputados a tratar do



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

tema e a propor, por meio do Relatório Prévio da Proposta de Fiscalização e Controle n. 133/2017, ao Tribunal de Contas da União³³ “ato de fiscalização e controle para investigar a execução do Projeto Cura, financiado com recursos da Caixa Econômica Federal, que objetivou a execução de obras de saneamento em Betim, na Região Metropolitana de Belo Horizonte/MG, tendo em vista os indícios de fraude em cobrança feita pela empresa Andrade Gutierrez ao Município”.

266. A questão foi levada ao Poder Judiciário em Ação Civil Pública ajuizada pela Procuradoria-Geral de Betim que, em sede liminar, conseguiu a suspensão da exigibilidade dos créditos em favor da Andrade Gutierrez, referente aos precatórios n. GV 380 e GV 391, e a retirada do orçamento municipal do montante de R\$94.000.000,00 (noventa e quatro milhões de reais), destinado ao pagamento dos mencionados precatórios.

267. Assim, diante da discussão atual que permeia o Município de Betim e a Construtora Andrade Gutierrez, e identificadas similaridades com o objeto de investigação por esta Comissão, o Procurador-Geral daquele Município, senhor Bruno Cypriano, foi convidado para prestar informações perante os membros deste Colegiado, e assim o fez, conforme gravação acostada a estes autos.

268. Face aos esclarecimentos e informações prestadas na referida oitiva, bem como pela análise da documentação referente ao caso³⁴, constata-se a semelhança do *modus operandi* da Construtora no que se refere à situação em discussão em Betim e ao objeto em investigação por esta Comissão, notadamente: (i) a celebração de contratos amplos e genéricos no final da década de 70, início de 80, sucedidos por diversos aditivos contratuais; (ii) a execução de obras na década de 80; (iii) a majoração do valor da obra, decorrente dos aditivos celebrados; (iv) a autorização em lei para o reconhecimento da dívida; (v) a existência da Ação de Cobrança logo após o contrato de confissão de dívida; (vi) a defesa fraca e limitada do Município nas ações de cobrança propostas pela Construtora; (vi) a ocorrência de inversão de datas, com a formalização

³³ Documento juntado em Requerimento de Comissão n. 152/2020, de 2 de março de 2020.

³⁴ Gravação e documentos acostados aos autos em Requerimento de Comissão n. 152/2020, de 2 de março de 2020.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

de contratos/aditivos após o encerramento destes; e, ainda, (vii) o possível superfaturamento de obras.

269. Outrossim, quanto ao caso *sub judice* em Betim, cabe destacar que houve o reconhecimento da falsidade das assinaturas do então prefeito Osvaldo Franco e do secretário da Fazenda à época, José Dirceu da Silveira, no documento que reconheceu a dívida a favor da Construtora.

270. Sob esta ótica e face à constatação de diversas similaridades quanto ao ocorrido no Município de Betim e em Belo Horizonte, entende-se que, em ulterior investigação pelos órgãos responsáveis, seja pertinente a realização de perícia grafotécnica das assinaturas constantes nos documentos, supramencionados de reconhecimento de dívida pela Prefeitura de Belo Horizonte, assinados em 1988 e em 1999.

271. Outrossim, a cobrança de supostas dívidas por obras antigas parece ser prática costumeira da Construtora por todo o país. Além do que se constata em Betim, a Andrade Gutierrez tem sido alvo de questionamentos e investigações por cobranças também de obras já realizadas em Alagoas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Amazonas.

272. Não bastasse todo o histórico aqui relatado, é de se lembrar que a empreiteira esteve envolvida em esquemas de corrupção revelados na última década por operações diversas no seio do Poder Judiciário e da Polícia Federal, notadamente pela intitulada “operação Lava Jato”.

273. Neste diapasão, o que se constata no caso de Betim apenas corrobora as suspeitas de irregularidades e fraudes que culminaram na Confissão de Dívida pelo Município de Belo Horizonte em 1999 e no consequente pagamento, no valor histórico, de mais de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais).



III. DAS OITIVAS

274. Ao longo dos trabalhos realizados por esta Comissão, foram ouvidas, na condição de testemunhas, as pessoas a seguir relacionadas:

- Marco Antônio de Rezende Teixeira, ex-Procurador-Geral de Belo Horizonte à época dos pagamentos investigados pelo Colegiado: oitiva realizada em 2 de março de 2020;
- Rúsvel Beltrame Rocha, ex-Procurador-Geral de Belo Horizonte à época dos pagamentos investigados pelo Colegiado: oitiva realizada em 22 de junho de 2020;
- José Afonso Bicalho, ex-Secretário Municipal de Finanças nos governos Fernando Pimentel e Márcio Lacerda: oitiva realizada em 29 de junho de 2020;
- Otávio Marques de Azevedo, ex-presidente da Andrade Gutierrez S.A.: oitiva realizada em 29 de junho de 2020;
- Fernando Leyser Gonçalves, diretor da Andrade Gutierrez Engenharia S.A. que assina atualmente as procurações da Construtora: oitiva realizada em 29 de junho de 2020;
- João Pimenta da Veiga Filho, ex-prefeito de Belo Horizonte: oitiva realizada em 6 de julho de 2020;
- Fernando Damata Pimentel, ex-prefeito de Belo Horizonte à época dos pagamentos investigados pelo Colegiado: oitiva realizada em 13 de julho de 2020;
- Márcio Araújo de Lacerda, ex-prefeito de Belo Horizonte à época dos pagamentos investigados pelo Colegiado: oitiva realizada em 13 de julho de 2020.
- Gustavo Coutinho, diretor financeiro da Andrade Gutierrez: oitiva realizada em 20 de julho de 2020.
- Paulo Rogério Ferreira, Auditor de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte: oitiva realizada em 27 de julho de 2020.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- Márcio Antônio Florentino, Auditor de Carreira da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte: oitiva realizada em 27 de julho de 2020.

275. Assim, conforme será exposto adiante de forma sucinta e objetiva, as testemunhas apresentaram informações a que tiveram acesso ou conhecimento, referentes ao objeto da presente Comissão, contribuindo para o desenvolvimento deste trabalho.

276. Vale esclarecer, outrossim, que todas as reuniões em que foram realizadas as oitivas foram gravadas por esta Câmara Municipal e podem ser acessadas em consulta ao site desta, bem como foram registradas em ata de cada reunião, também disponíveis no Portal desta Casa Legislativa.

277. Portanto, não se pretende, neste relatório abordar todos os questionamentos realizados e esclarecimentos apresentados nas oitivas em referência, mas apenas destacar os principais pontos, eventualmente tratados nas reuniões, e que foram importantes para a construção do presente trabalho.

III.1. MARCO ANTÔNIO DE REZENDE TEIXEIRA

278. A oitiva do senhor Marco Antônio de Rezende Teixeira, ex-Procurador-Geral do Município de Belo Horizonte, foi realizada na 8ª reunião de Comissão, no dia 2 de março de 2020, no Plenário Camil Caram.

279. Conforme esclarecido pelo senhor Marco Antônio, este atuou como Procurador-Geral do Município, entre os anos de 1997 e 2005, no governo do ex-Prefeitos Célio de Castro e Fernando Pimentel, e reassumiu o cargo em 2006, permanecendo até 2012, no governo do ex-Prefeito Márcio Lacerda.

280. Esclareceu, ainda, que anteriormente ao cargo de Procurador-Geral, havia assumido, a convite do então Prefeito Patrus Ananinas, o cargo de Diretor Jurídico e, posteriormente, Superintendente da SUDECAP, entre 1993 e 1996.

281. Assim, o ex-Procurador-Geral atuou nos referidos cargos, durante o trâmite da ação de cobrança movida pela Construtora em face do Município e da SUDECAP; durante o período da “CPI das Empreiteiras”; na tramitação do processo legislativo que culminou com a publicação da Lei Municipal n. 7.639/99, autorizando a Prefeitura a renegociar débitos; e, durante quase todo o período de pagamento da dívida.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

282. Destaca-se, quanto ao depoimento prestado pelo ex-Procurador a afirmação categórica de que, até o reconhecimento da dívida em 1988 pelo então Prefeito Sérgio Ferrara, não teria ocorrido nenhum pagamento à Construtora. Assim, durante toda a obra, segundo afirma, não teria ocorrido nenhum pagamento das medições de obra.

283. Neste sentido, afirma que a Confissão de Dívida em 1988, na administração de Sérgio Ferrara, se justificaria pela ausência de pagamento no transcurso da obra.

284. Contudo, conforme exposto ao longo deste relatório e comprovado pela extensa documentação apresentada pela Prefeitura, em 186 caixas disponibilizadas para consulta desta Comissão³⁵, e documentos apresentados no Anexo 6 e 7 do Requerimento de Comissão n. 425/2020, durante toda execução das obras ocorreram pagamentos à Andrade Gutierrez.

285. Ademais, conforme exposto ao longo deste relatório, no Contrato 21-84, referente à duplicação do Túnel da Lagoinha, apenas dois dias após a celebração do contrato e antes de iniciadas as obras, houve o pagamento à Construtora.

286. Relembrou o senhor Marco Antônio, que acompanhou o andamento da “CPI das Empreiteiras”, apresentando documentos e prestando depoimento, sendo que as conclusões ali apresentadas foram levadas ao Tribunal de Contas e Ministério Público; e que não tem conhecimento de alguma providência tomada por tais órgãos.

287. Lado outro, embora o ex-Procurador-Geral estivesse no cargo quando da celebração do instrumento de confissão de dívida em 1999 e ao longo dos pagamentos realizados, este não soube informar a origem do valor do débito reconhecido, se limitando a esclarecer que os cálculos teriam sido realizados pela SUDECAP, que teria se mostrado vantajoso em detrimento dos valores previstos na cobrança judicial.

288. Contudo, urge destacar que o referido Contrato de Confissão de Dívida celebrado pelo ex-Prefeito Célio de Castro e pelo então Procurador-Geral do Município, Marco Antônio de Rezende Teixeira, não faz referência à memória de cálculo ou outro instrumento que embasaria a suposta vantagem alegada.

289. Ademais, a partir do acesso a toda documentação fornecida pela Prefeitura nas 186 caixas de documentos disponibilizadas, conforme resposta ao Requerimento de

³⁵ Em resposta ao Requerimento de Comissão n. 1.573/2019.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Comissão n. 1.573/2019, não se localizou nenhuma planilha ou memória de cálculo neste sentido.

III.2. RÚSVEL BELTRAME ROCHA

290. A oitava do senhor Rúsvel Beltrame Rocha ocorreu na 17ª reunião da Comissão, realizada em 22 de junho de 2020.

291. Durante a oitava, esclareceu que foi procurador de carreira do Município desde 1996, e que assumiu o cargo de Procurador-Geral, entre julho de 2012 a dezembro de 2016, na administração do então Prefeito Márcio Lacerda.

292. Asseverou que, enquanto procurador de carreira do Município, não teve acesso às informações referentes ao objeto desta CPI, notadamente a ação de cobrança movida pela Construtora em 1991.

293. Contudo, ao assumir o cargo de Procurador-Geral, passou a ter acesso a tais informações, especificamente aos dois últimos pagamentos realizados pelo Município, ocorridos em janeiro e abril de 2013. Para tanto, solicitou à época um relatório de auditoria para ter conhecimento sobre os valores a serem pagos.

294. Reconheceu, neste sentido, que o referido parecer previu que havia o pagamento de um montante a maior pela Prefeitura, mas que tal valor teria compensado com supostos valores devidos por juros e mora, referente ao não pagamento integral em janeiro de 2013, mas sim em abril de 2013.

295. Em relação à ausência de planilha ou qualquer documento que formalizasse a referida glosa/compensação de valores, não soube prestar informações e, informou que tal situação deveria ser verificada com a Auditoria da época.

III.3. JOSÉ AFONSO BICALHO

296. O ex-Secretário Municipal de Finanças, senhor José Afonso Bicalho, prestou depoimento na 18ª reunião de Comissão, realizada em 29 de junho de 2020.

297. Esclareceu em depoimento que atuou como Secretário Municipal de Finanças de Belo Horizonte entre janeiro de 2006 e julho de 2012.

298. Portanto, foi Secretário na administração de Fernando Pimentel, entre 2006 a 2008, e de Márcio Lacerda, entre 2009 e 2012.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

299. Neste sentido, atuou como Secretário Municipal no governo Pimentel quando da assinatura do aditamento ao contrato de confissão de dívida para alteração do vencimento da 6ª parcela para 31 de janeiro de 2014, em 2008, e do governo Márcio Lacerda, quando da assinatura da cessão do crédito pela Construtora para o BMG, em 2010.

300. Contudo, informou não ter conhecimento por qual razão o vencimento da 6ª parcela de pagamento da Confissão de Dívida, teria sido alterada para 2013.

301. Sobre a utilização da data-base para atualização das parcelas, em janeiro de 1999 e não a partir de fevereiro daquele ano, conforme previsto no contrato, disse não ter tido conhecimento, uma vez que os cálculos eram realizados e o valores pagos diretamente pelo Tesouro Municipal. Assim, sob seu entendimento, embora questionado que o contrato previa a atualização a partir de fevereiro de 1999, informou que acredita que o cálculo realizado estaria correto.

III.4. OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO

302. O ex-Presidente da Andrade Gutierrez, Otávio Marques de Azevedo, foi ouvido na 18ª reunião de Comissão, realizada em 29 de junho de 2020.

303. Questionado sobre o histórico da sua carreira, o senhor Otávio esclareceu que formou como Engenheiro pela PUC-MG em 1974; que trabalhou na CEMIG entre janeiro de 1975 a maio de 1980; que trabalhou na TELEMIG, entre 1980 e 1990, como engenheiro, como diretor técnico e, depois, como Presidente; que, entre 1990 a novembro de 1992, foi vice-presidente executivo da TELEBRAS; que, no período entre 1993 até 2015, trabalhou na Andrade Gutierrez no grupo de telecomunicações; sendo que, entre agosto de 1998 a fevereiro de 1999, esteve fora da Companhia, atuando como Presidente da TELEMAR; e que, entre 2008 a 2015, assumiu a Presidência da Holding Andrade Gutierrez S.A.

304. Informou que, enquanto funcionário da Andrade Gutierrez Telecomunicações (até 2008) não tinha nenhum contato com as atividades da construtora e que, enquanto Presidente da Holding, também não tinha contato com assuntos da Construtora, mas que tinha conhecimento dos pagamentos recebidos pela Prefeitura, referente à Confissão de Dívida.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

305. Quando questionado sobre o contexto objeto da delação premiada realizada por ele na Operação Lava-Jato, informou que não pode responder como dirigente da Construtora, pois nunca foi dirigente desta. Ademais, ratificou todos os termos da colaboração premiada, mas que nunca participou de qualquer negociação com o Poder Público, que se a Construtora negociou, ele não teve conhecimento.

306. Neste sentido, esclareceu que em nenhum processo da Lava-Jato foi acusado de fato ou negociação específica, mas por domínio do fato, ou seja, por saber de modo geral de informação.

307. Por fim, esclareceu que não teve conhecimento de situação semelhante à identificada pela Operação Lava-Jato no âmbito federal, para obras realizadas no Município de Belo Horizonte. E, ainda, pelo que dos processos em que participou da Lava-Jato, não teria havido nenhum questionamento sobre as obras e contratos da Andrade Gutierrez em Belo Horizonte.

308. Esclareceu, ainda, que por ter trabalhado entre São Paulo e Rio de Janeiro a partir de 1993, não teve conhecimento da ocorrência da “CPI das Empreiteiras” nesta Casa Legislativa.

III.5. FERNANDO LEYSER GONÇALVES

309. A oitiva do senhor Fernando Leyser Gonçalves, foi realizada na 18ª reunião de Comissão, em 29 de junho de 2020.

310. Esclareceu que atualmente exerce o cargo de Diretor de Engenharia da Andrade Gutierrez S.A e que trabalha na companhia desde 2005, atuando como gerente de obras e, posteriormente, superintendente de obras, assumindo a diretoria a partir de 2016; e que sempre trabalhou, para a Companhia, em São Paulo.

311. Confirmou que possui poderes de representação pela Companhia, inclusive com a assinatura de procurações em nome desta.

312. Ao ser questionado sobre informações que possui referentes ao objeto desta CPI, esclareceu que até ter sido intimado para oitiva, não tinha qualquer conhecimento dos fatos aqui tratados e que, embora estivesse na empresa desde 2005, não tinha conhecimento dos pagamentos realizados à esta, uma vez que trabalhava como gerente de obras à época.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

III.6. JOÃO PIMENTA DA VEIGA FILHO

313. O ex-Prefeito de Belo Horizonte, João Pimenta da Veiga, prestou depoimento na 19ª reunião de Comissão, realizada em 6 de julho de 2020.

314. Esclareceu que foi Prefeito de Belo Horizonte entre 1º de janeiro de 1989 ao primeiro semestre de 1990, renunciando ao cargo para concorrer ao governo de Minas

315. Portanto, assumiu a Prefeitura logo após a celebração da Confissão de Dívida em 1988, pelo ex-Prefeito Sérgio Ferrara.

316. Quanto às obras objeto desta CPI, esclareceu que o túnel da Lagoinha já estava concluído quando assumiu a Prefeitura, que não se lembra sobre a execução no período em que foi Prefeito da canalização do ribeirão Arrudas e que, no seu governo, também executou os serviços de remoção dos aguapés da Pampulha, mas fora do contrato com a Andrade Gutierrez.

317. Especificamente, sobre a remoção dos aguapés da Pampulha, informou que o serviço realizado sob sua gestão foi muito elogiado.

318. Esclareceu que não se lembra especificamente do pagamento de tais obras sob sua administração, mas que havia um grande endividamento e procurou equacionar, acertando a dívida ao longo do tempo. Neste sentido, entende que eventualmente as cobranças de tais obras poderiam estar englobadas em todo endividamento, mas não se lembra especificamente delas.

319. Ademais, esclareceu que não se lembra de ter tido conhecimento sobre a Lei Municipal n. 5371/88, de autoria do Prefeito anterior ao seu mandato, Sérgio Ferrara, que autorizou o Executivo a contratar dívida.

III.7. FERNANDO DAMATA PIMENTEL

320. O ex-Prefeito de Belo Horizonte, Fernando Damata Pimentel, prestou depoimento na 20ª reunião de Comissão, realizada em 13 de julho de 2020.

321. Quanto aos cargos que ocupou na Prefeitura de Belo Horizonte, informou que atuou como secretário Municipal da Fazenda, entre 1993 a 1996, na administração de Patrus Ananias, entre 1997 a 2000, no governo Célio de Castro, e que foi vice-prefeito



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

em 2001, sendo que, a partir de novembro daquele ano a 2008, foi Prefeito de Belo Horizonte.

322. Esclareceu que a dívida em 1998 com a Construtora girava em torno R\$ 700/R\$ 800 milhões e que a negociação desta, para pagamento pela Prefeitura, foi feita pela SUDECAP. Por tal motivo, participou apenas indiretamente das negociações que se mostraram vantajosas, uma vez que à época, o valor contratado de R\$ 143 milhões, correspondia a cerca de 25% da dívida com a Construtora, conforme cálculos que teriam sido formulados na ação de cobrança.

323. Quanto à realização das obras esclareceu que estas estavam concluídas quando assumiu a Prefeitura, mas não sabe em qual governo foram concluídas; que os agupés era um serviço que já havia sido feito; e que as obras já estavam entregues, mas que as medições não haviam sido pagas.

324. Ademais, informou que antes da Confissão de Dívida e, enquanto Secretário Municipal da Fazenda, não havia realizado nenhum pagamento à Construtora.

325. Quando questionado se a conclusão da “CPI das Empreiteiras” acerca das irregularidades nos contratos e nos pagamentos, foi levada a conhecimento do Poder Judiciário na Ação de Cobrança, informou que o Ministério Público e o Tribunal de Contas do Estado teriam acompanhado a negociação para Confissão de Dívida. Contudo, a partir da análise de toda documentação nestes autos, não foi verificada nenhuma comprovação corroborando sua afirmação.

326. Em relação ao atraso das parcelas no seu governo, especificamente a 5ª e 6ª parcelas, não soube justificar a razão para tais atrasos.

III.8. MÁRCIO ARAÚJO DE LACERDA

327. O ex-Prefeito de Belo Horizonte, senhor Márcio Lacerda, prestou depoimento na 20ª reunião de Comissão, realizada em 13 de julho de 2020.

328. Na ocasião, esclareceu que foi Prefeito no período entre janeiro de 2009 e dezembro de 2016,

329. Ao assumir a Prefeitura, em janeiro de 2009, se lembra que havia uma parcela para pagamento e consultou o Marco Antônio, então Procurador-Geral do Município, e também o Secretário de Finanças, José Afonso Bicalho.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

330. Informou que ao ser convidado para oitiva, teve o cuidado de consultar os documentos que foram colocados à disposição desta Comissão pela Prefeitura, de consultar suas anotações da época e de acompanhar todas as outras oitivas pelo site desta Câmara Municipal.

331. Em relação ao período em que foi Prefeito, foi responsável pelo pagamento das parcelas de n. 10 a 14, e também da 6ª parcela, que tinha vencimento em 2008, mas que havia sido repactuada para pagamento em 2013.

332. Esclareceu que não sabe por qual razão houve o atraso no pagamento da referida 6ª parcela na gestão do Pimentel, mas que acredita que havia uma emergência para fechar contas no último ano daquele mandato.

333. Quanto ao pagamento do montante para quitação da dívida, especificamente os pagamentos da 6ª e 14ª parcela, esclareceu que teria ocorrido um encontro de contas para pagamento do saldo remanescente pela Prefeitura.

334. Por fim, sugeriu que fossem ouvidos os auditores responsáveis pelos relatórios de auditoria realizados pela Prefeitura em 2013 para apuração dos valores em aberto.

III.9. GUSTAVO COUTINHO

335. A oitiva do senhor Gustavo Coutinho, Diretor Financeiro da Andrade Gutierrez, foi realizada na 21ª reunião de Comissão, em 20 de julho de 2020.

336. Informou que desde 2015 é o Diretor Financeiro da Andrade Gutierrez Engenharia, sendo que trabalha na Companhia desde março de 2007.

337. Esclareceu que uma vez que o crédito da Andrade Gutierrez com a Prefeitura foi cedido para o BMG em 2010, não teve acesso aos pagamentos realizados à Construtora, pois seriam anteriores à época que assumiu a diretoria de finanças.

338. Questionado sobre a data-base de atualização dos valores pagos pela Prefeitura, confirmou que a atualização era realizada a partir de janeiro de 1999. Quando questionado que a atualização deveria ocorrer desde fevereiro de 1999, conforme constava no contrato, não apresentou nenhuma justificativa.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

III.10. PAULO ROGÉRIO FERREIRA

339. A oitiva do senhor Paulo Rogério Ferreira, ocorreu na 22ª reunião da Comissão, realizada em 27 de julho de 2020.

340. Durante a oitiva, esclareceu que é Auditor de carreira do Município desde 1994 e que, em relação ingressou ao objeto da CPI, teve contato com o tema apenas por solicitação da Secretaria Municipal de Finanças para conferência do cálculo da 6ª parcela.

341. Informou que trabalhou junto com o senhor Márcio Florentino neste cálculo e que consistia em um trabalho de auditoria relativamente simples, pois tratava apenas de verificação da aplicação das condições do contrato e do termo aditivo que remanejou o vencimento da 6ª parcela de 2005 para 2014.

342. Esclareceu que nunca trabalhou na auditoria da quitação da dívida, mas apenas no cálculo da 6ª parcela, realizado no processo n. 010634790851, por meio da designação do dia 10.04.2008.

III.11. MÁRCIO ANTÔNIO FLORENTINO

343. A oitiva do senhor Márcio Antônio Florentino ocorreu na 22ª reunião da Comissão, realizada em 27 de julho de 2020.

344. Durante a oitiva, esclareceu que atuou como Auditor desde 1996 até 2018, quando se aposentou.

345. Esclareceu que ele quem foi responsável pela conferência dos cálculos de todas as parcelas e, ao final, apurou um valor pago a maior pela Prefeitura de cerca de R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais) ao longo de 14 (quatorze) anos e que acredita que tal diferença decorria da atualização das parcelas a partir de fevereiro de 1999 e não janeiro de 1999.

346. Na época, recomendou que este valor pago a maior deveria ser descontado do valor pendente, mas que não teve conhecimento se a Prefeitura compensou os valores, conforme sugestão realizada pelo parecer de auditoria.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

347. Informou que a Lei que autorizou a confissão de dívida previu a cobrança de 9% ao ano de juros, sem definir se seriam juros simples ou capitalizados, mas que a Prefeitura efetuou o pagamento de juros capitalizados.

IV. DOS ANEXOS A ESTE RELATÓRIO

348. A fim de organizar as informações ora apresentadas, este relatório é acompanhado dos seguintes anexos:

- Anexo 1: Lista dos documentos juntados aos autos desta Comissão.
- Anexo 2: Linha do tempo referente a um resumo dos principais fatos retratados.
- Anexo 3: Planilhas de cálculos.
- Anexo 4: Quadro Resumo do histórico-fático.



V. CONCLUSÃO

349. Embora não tenha sido escopo deste trabalho a análise e investigação quanto aos documentos de engenharia, de medição e de execução das obras e serviços contratados, necessário se fez compreender, dentro dos limites e atribuições cabíveis a esta Comissão, o histórico fático e jurídico que deu origem à Confissão de Dívida pela Prefeitura de Belo Horizonte em janeiro de 1999, e aos consequentes pagamentos realizados à Construtora Andrade Gutierrez ao longo de 15 anos.

350. Neste sentido, constatou-se que todo o histórico que culminou no reconhecimento da dívida em 1999, e posterior quitação desta em 2013, é cívico de indícios de vícios e irregularidades, que carecem de adequada apuração e investigação pelos órgãos competentes.

351. Urge ressaltar que a “CPI das Empreiteiras”, realizada por esta Casa Legislativa nos anos de 1993 e 1994, concluiu pelo encaminhamento de cópia dos autos ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público, para investigação aprofundada das suspeitas ali levantadas.

352. Nesse sentido, esta Comissão, encaminhou pedido de informações a tais órgãos, por meio dos Requerimentos de Comissão 124/2020, 125/2020, 203/2020, 331/2020, 335/2020, 520/2020, 521/2020, 522/2020, 523/2020 e 524/2020, para adequada compreensão acerca das medidas e condutas que foram adotadas, mormente acerca das possíveis irregularidades e ilegalidades verificadas no âmbito da CPI anterior.

353. No entanto, apesar dos insistentes requerimentos e convites realizados, o Tribunal de Contas do Estado e o Ministério Público Estadual omitiram-se em colaborar com os trabalhos desta Comissão e não apresentaram nenhum esclarecimento sobre o assunto ou justificativa para tal ausência.

354. Neste contexto, a alternativa encontrada para obtenção de informação foi a realização de consulta pública ao site dos referidos órgãos.

355. Embora, não tenha sido obtida, até o momento, nenhuma informação quanto à consulta realizada perante o Ministério Público Estadual, no Tribunal de Contas do Estado foi possível localizar 4 processos (n. 11.108, 409.178, 10.788 e 704.358)³⁶

³⁶ Documentos juntados em Requerimento de Comissão n. 555/2020.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

relacionados com o tema objeto desta CPI e que, aparentemente teriam sido instaurados a partir da recomendação proferida pela “CPI das Empreiteiras”.

356. Veja que pela referida consulta pública não é possível ter acesso a todos os andamentos e documentos dos processos, mas apenas às últimas movimentações e aos assuntos relacionados, bem como acesso a alguns documentos de processos com andamentos recentes.

357. **Chama atenção, neste sentido que, apesar de terem sido apontados indícios de atos lesivos e ilegais por aquela CPI em 1994 e de terem instaurados denúncias, relatório de auditoria e de inspeção no Tribunal de Contas sobre a questão, com evidências nestes autos corroborando as suspeitas levantadas pela CPI, a Prefeitura de Belo Horizonte e a SUDECAP, na condição de rés na ação de cobrança proposta pela Construtora, omitiram-se em apresentar tais informações ao Poder Judiciário.**

358. Ora, é no mínimo estranho que informação tão relevante para o desfecho da ação de cobrança em sentido favorável ao Município, qual seja, a improcedência do pedido formulado pela Andrade Gutierrez e, portanto, a inexigibilidade de valores devidos pelo Município a esta, não tenham sido levadas a conhecimento do julgador da referida ação de cobrança.

359. Sendo assim, a ação seguiu seu curso, sem que as irregularidades constatadas nos contratos tenham sido ventiladas naqueles autos e, por conseguinte, celebrada Confissão de Dívida em 1999, sem a devida atenção às irregularidades investigadas.

360. Neste contexto, paira o questionamento: por qual razão o Poder Público Municipal à época iria contrair uma dívida de obras e contratos que tinham indícios sérios e embasados de irregularidades, sob investigação pelos órgãos competentes?

361. Lado outro, embora não tenha sido o objetivo principal desta Comissão, ao se apurar o contexto histórico quanto aos contratos celebrados para a execução das obras e serviços que deram origem ao débito ora investigado, notadamente a canalização do Ribeirão Arrudas, a duplicação do Túnel da Lagoinha e a remoção dos aguapés da



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Lagoa da Pampulha, identificou a recorrência de atos e fatos de “caráter questionável”, sob o prisma de observância aos preceitos da Administração Pública.

362. As referidas obras, embora distintas quanto aos seus objetos, prazos, valores e forma de contratação, possuem em comum o traço do *modus operandi* da Construtora Andrade Gutierrez no âmbito da contratação com o Poder Público Municipal.

363. Assim, possivelmente se valendo da utilização de brechas legais e de desrespeito aos preceitos da Administração Pública, a relação entre empreiteira e o Poder Público foi caracterizada, em suma, pela (i) ausência de licitação para algumas obras; (ii) contratação genérica e irregular, ora sem prévia dotação orçamentária, ora posterior à própria execução da obra; (iii) celebração de diversos aditivos contratuais que aumentaram significativamente o escopo, o valor e o prazo dos contratos; (iv) ocorrência de superfaturamento de obras; (v) autorização legislativa para reconhecimento de dívida em 1988 e em 1999; (v) ausência de informações financeiras consolidadas quanto aos débitos reconhecidos; e, por fim pelo (vi) pagamento de valores em desconformidade com a Confissão de Dívida pactuada.

364. Contudo, diante das limitações legais aos trabalhos da CPI e pelo próprio decurso do tempo desde a contratação e execução das obras, bem como face à recomendação outrora realizada pela “CPI das Empreiteiras” ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e ao Ministério Público Estadual para investigação de tais contratos, indispensável se faz compreender as conclusões apontadas por aqueles órgãos quanto a ocorrência de vícios e ilegalidades dos atos praticados.

365. Outrossim, quanto ao débito propriamente dito, mister esclarecer que (i) diante da ausência de informações consolidadas sobre os pagamentos realizados ao longo da execução dos contratos ou posterior à Confissão de Dívida em 1988; (ii) pela extensa documentação apresentada pela Prefeitura de Belo Horizonte, nas 186 caixas entregues nesta Casa; (iii) pela existência de valores contratados, reconhecidos ou pagos em planos econômicos (moedas) distintos; (iv) pela ausência de uma perícia técnica-contábil para a apuração, nestes autos, quanto aos valores efetivamente envolvidos; acrescida da (v) ausência e informação completa sobre o andamento dos processos no Tribunal de Contas, referentes à matéria a partir da recomendação da “CPI das



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Empreiteiras”, bem como pela ausência total de informações e documentos quanto eventual investigação no Ministério Público Estadual; resta prejudicada uma conclusão certa e efetiva, quanto a regularidade da celebração da Confissão de Dívida em 1999 e dos valores assumidos e pagos.

366. Neste sentido, diante das limitações retro expostas, também não foi possível constatar (i) o valor de cada contrato, após os sucessivos aditamentos contratuais; (ii) montante pago durante a execução de cada um dos contratos e antes do reconhecimento de dívida de 1988; (iii) os valores quitados após o referido reconhecimento do débito e antes da ação de cobrança; e (vi) a origem ou lastro contábil do valor objeto do Contrato de Confissão de Dívida em 1999.

367. **Assim, embora persistam alguns pontos a serem oportunamente investigados pelos órgãos competentes, notadamente uma auditoria completa quanto aos valores objeto de toda o histórico contratual e de pagamentos realizados, é possível constatar a existência de diversos indícios que apontam para a ocorrência de prejuízo indevido ao erário.**

368. Isso porque, além da amortização dos juros prevista no contrato de confissão de dívida pela Tabela Price, em flagrante majoração do valor histórico do débito, a diferença entre o valor total das parcelas quitadas pela Prefeitura à Construtora e a importância apurada neste relatório como a devida, conforme Anexo 3, corresponde ao montante histórico de cerca de cerca R\$ 23.000.000,00 (vinte e três milhões de reais), o qual, acrescido dos encargos contratuais apurados em julho de 2020, corresponderia a um valor superior a R\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais).

369. Lado outro, diante da repactuação das parcelas n. 5 e 6, com alteração do prazo de vencimento, sem qualquer justificativa para tanto, com a incidência de multa, juros e correções monetárias do período, houve majoração significativa do montante que seria pago nos vencimentos respectivos, face aos valores que foram pagos após as referidas repactuações.

370. Neste sentido, face à repactuação da 5ª e 6ª parcelas e, também, do atraso no pagamento de parte da 14ª parcela, foi possível constar um montante “pago a maior” de R\$ 90.898.152,98 (noventa milhões oitocentos e noventa e oito mil cento e cinquenta e dois reais e noventa e oito centavos), correspondente à diferença entre o valor histórico



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

pago pela Prefeitura (R\$633.117.116,28) e o valor que efetivamente era devido para quitação caso não tivesse ocorrido o atraso nas referidas parcelas (R\$ 542.195.448,51).

371. O supramencionado valor pago “a maior”, atualizado pelo IGP-M, em julho de 2020, corresponderia ao importe de R\$ 221.637.423,68 (duzentos e vinte e um milhões seiscentos e trinta e sete mil quatrocentos e vinte e três reais e sessenta e oito centavos).

372. Urge esclarecer, por oportuno, que a dimensão do citado dano carece de uma séria e aprofundada investigação, mormente sob o aspecto de se constatar a legalidade e regularidade de todos os instrumentos que culminaram na Confissão de Dívida em 1999 e o consequente pagamento desta, conforme retro exposto.

373. Destarte, para apuração adequada, seriam necessárias diligências que fogem das competências desta Comissão Parlamentar de Inquérito Municipal, razão pela qual os cálculos ora apresentados possuem como único objetivo ilustrar prováveis valores indevidamente quitados pela Prefeitura, constatar montantes pagos a maior ou, ainda, apresentar valores respectivos atualizados.

374. Não se objetivou, assim, apresentar uma auditoria técnica-financeira nestes autos, até porque, esta fugiria aos limites desta Comissão.

375. Contudo, acredita-se ter fornecido, ao longo deste trabalho, todos elementos e indícios cabíveis para que a adequada investigação pelos órgãos competentes.

376. Neste sentido, recomendo que a cópia deste processo seja encaminhada, na íntegra, ao **Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**, para que proceda com (i) **uma auditoria completa dos valores pagos pela Prefeitura a partir da Confissão de Dívida celebrada em 1999**; (ii) **dê o devido andamento aos processos em trâmite no órgão que versem sobre as referidas obras, notadamente, mas não somente, aqueles que tenham sido originários da recomendação proferida nos autos da “CPI das Empreiteiras”, para que se tenha uma conclusão definitiva e completa sobre a questão, notadamente os processos n. 11.108, 409.178, 10.788 e 704.358³⁷**; (iii) **a investigação cabível quanto a legalidade e regularidade da Confissão de Dívida celebrada em 1999, em flagrante inobservância ao andamento dos processos que tramitam no referido órgão.**

³⁷ Documentos juntados em Requerimento de Comissão n. 555/2020.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

377. No mesmo sentido, **recomendo o encaminhamento ao Ministério Público de Contas para que proceda com a apuração cabível quanto a morosidade dos referidos processos (n. 11.108, 409.178, 10.788 e 704.358) em trâmite no órgão, para que se tenha uma conclusão definitiva e completa sobre a questão acerca das obras e contratos que deram origem à Confissão de Dívida em 1999.**

378. Ao **Ministério Público do Estado de Minas Gerais**, **recomendo o encaminhamento na íntegra de cópia destes autos para que proceda com (i) a devida apuração interna quanto às providências adotadas por tal órgão a partir da recomendação da “CPI das Empreiteiras”; (ii) a investigação e responsabilização cabível das autoridades administrativas, agentes públicos ou privados, quanto à ocorrência de indícios de irregularidades supra apontadas.**

379. Por fim, **recomendo seja encaminhada a cópia dos autos desta CPI também à Polícia Civil para que sejam investigados todos os elementos aqui elencados que teriam dado ensejo à ilegalidade na contratação da dívida em 1999, notadamente face à existência de investigações relevantes no âmbito do Tribunal de Contas e, possivelmente também, no Ministério Público, após a recomendação da “CPI das Empreiteiras”.**

380. Tais investigações/auditoria que tramitam no Tribunal de Contas, são de relevância notória para a possível constatação de ilegalidade da Confissão de Dívida contratada em 1999 pela Prefeitura, de modo que, a ausência de informação quanto à tais processos e o regular andamento destes teria causado um prejuízo ao erário no montante histórico de R\$ 633.117.117,12 (seiscentos e trinta e três milhões cento e dezessete mil cento e dezessete reais e doze centavos), que atualizados em julho de 2020 corresponderia ao importe de R\$ 1.417.649.687,69 (um bilhão quatrocentos e dezessete milhões seiscentos e quarenta e nove mil seiscentos e oitenta e sete reais e sessenta e nove centavos).

381. Outrossim, **cumprе esclarecer que ao longo dos pagamentos realizados durante a execução dos contratos, teria ocorrido o repasse de valores pelo Governo Federal, razão pela qual, recomendo também o encaminhamento de cópia destes autos à Polícia Federal e ao Ministério Público Federal, para que promova a investigação e responsabilização civil ou criminal cabível.**



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

382. Esta Comissão Parlamentar de Inquérito cumpriu o seu papel, dentro do seus limites, prazos e atribuições, oferecendo aos órgãos cabíveis elementos e indícios para a completa investigação e apuração dos indícios apresentados ao longo deste relatório, para que seja dado prosseguimento aos trabalhos iniciados nesta Câmara Municipal.

Belo Horizonte/MG, 5 de agosto de 2020.

Bernardo x. F. Ramos

Vereador **DR. BERNARDO RAMOS**
Partido NOVO



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ANEXO I – RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

1. Cópias integrais dos autos nºs 8309444-51.1991.8.13.0024 (Ação de Cobrança) e 4549111-74.2004.8.13.0024 (Ação Popular) – documento juntado em Requerimento n 9/2020, em 3 de fevereiro de 2020.

2. Relatório final da CPI das Empreiteiras, realizada pela Câmara Municipal de Belo Horizonte (CPI 4109/93) – juntado em Requerimento de Comissão n. 10/2020 e 54/2020, datados de 12 e 7 de fevereiro de 2020, respectivamente.

3. Documentos e arquivos, referentes a informações que envolvem o Município de Betim e a Construtora Andrade Gutierrez, em situação que se assemelha à ora investigada por este colegiado – documentos juntados em Requerimento de Comissão n. 152/2020, de 2 de março de 2020:

- Gravação em vídeo da oitiva do senhor Bruno Cypriano, Procurador-Geral do Município de Betim, realizada no dia 17 de fevereiro de 2020;
- Cópia integral dos autos Ação Civil Pública (nº 5002458-88.2017.8.13.0027), ajuizada pelo Procurador Geral de Betim em face da Construtora Andrade Gutierrez;
- Cópia do Acórdão do Tribunal de Contas da União n. 2879/2018, proferido nos autos do processo n. TC 032.094/2017-5, decorrente do Relatório Prévio da Proposta de Fiscalização e Controle n. 133/2017 em andamento na Câmara dos Deputados.

4. Relatórios de auditoria da Prefeitura – documentos juntados em Requerimento de Comissão n. 153/2020, de 2 de março de 2020:

- Ofício 57/2019 – Gabinete Vereador Mateus Simões, encaminhado ao Gabinete do Prefeito de Belo Horizonte, anteriormente à instauração desta Comissão, solicitando informações e documentos referentes à relação havida entre o Município de Belo Horizonte e a Andrade Gutierrez S.A.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- Ofício SMAICS/GACP/Nº 6658/19, encaminhado pela Secretaria Municipal de Assuntos Institucionais e Comunicação Social em resposta ao Ofício 57/2019 – Gabinete Vereador Mateus Almeida (item 1 acima), contendo cópia de ofício enviado pelo Subsecretário do Tesouro Municipal (Ofício SUTEM/DITR nº 021/2019) e os seguintes anexos:

1. Parecer Técnico de Auditoria Complementar SMF/PGM 028/2008;
2. Parecer Técnico Preliminar de Auditoria SMF 002/2013;
3. Termo de Quitação, de 09/04/2013, emitido pelo Banco BMG S.A.;
4. Relatório de Auditoria da Controladoria-Geral do Município de 24/11/2014.

5. Documentos apresentados pela Prefeitura, referente aos valores pagos para Andrade Gutierrez, em razão da dívida reconhecida pela Lei Municipal nº 5.371/88 e renegociada pela Lei Municipal nº 7.639/99 – documentos juntados em resposta ao Requerimento de Comissão n. 1572/2019, de 2 de março de 2020:

- Sentença da ação judicial nº024.91.830.944-4;
- Publicação no DOM de 28/01/1999 da Lei nº7.639/99;
- Contrato de confissão de dívida celebrado em 29.01.99;
- Recibos, NPD's, borderôs, comprovantes de emissão de TED;
- Aditivo ao contrato de confissão de dívida;
- Termo de aditamento ao contrato de confissão de dívida;
- Notificação de cessão de crédito;
- Termo de cessão de crédito;
- 3º Termo aditivo;
- Termo de quitação.

6. Cópia integral dos processos legislativos que deram origem às leis n. 5.371/88 e 7.639/99 (projetos de lei n. 791/88 e 928/98, respectivamente) – documentos apresentados em resposta ao Requerimento de Comissão n. 151/2020, de 5 de março de 2020.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

7. Termo de Análise Parcial, elaborado em conjunto pelo Relator anterior desta Comissão, ex-Vereador Mateus Simões, e o atual Relator, Vereador Dr. Bernardo Ramos, a fim de documentar os trabalhos realizados até 15 de junho de 2020 e elucidar o contexto do desenvolvimento desta CPI – documento apresentado em Requerimento de Comissão n. 393/2020, em 15 de junho de 2020.

8. Cópia integral da gravação da reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito — Débitos do Município com a Construtora Andrade Gutierrez, ocorrida em 1º/6/20, entre 9h30min e 11 horas - documento apresentado em resposta ao Requerimento de Comissão n. 383/2020, de 18 de junho de 2020.

9. Documento “Anexo I” do Termo Conjunto de Análise Parcial, apresentado em Requerimento de Comissão n. 393/2020, contendo a relação descritiva da documentação juntada nesta CPI, até a data de apresentação do referido Termo de Análise – documento juntado em Requerimento de Comissão n. 426/2020, de 19 de junho de 2020.

10. Documentos localizados a partir do acesso às 186 caixas de documentos disponibilizados pela Prefeitura de Belo Horizonte, conforme Ofício SMOBI n. 072/2020, em resposta ao Requerimento de Comissão n. 1.573/2019 – documentos juntados em Requerimento de Comissão n. 425/2020, de 19 de junho de 2020:

- Anexo 01: Instrumentos jurídicos celebrados referentes ao Contrato 32-79 (canalização do Ribeirão Arrudas)
- Anexo 02: Instrumentos jurídicos celebrados referentes à sub-rogação parcial do Contrato 04-81 (canalização do Ribeirão Arrudas), notadamente:
 - Contrato 04-81, celebrado entre SUDECAP e Construtora Mendes Junior.
 - Termo de Cessão de Contrato, celebrado entre Construtora COWAN e Construtora Andrade Gutierrez.
 - Termo Aditivo n. 15, celebrado entre SUDECAP e Construtora Andrade Gutierrez em novembro de 1987.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- Termo de Encerramento e Quitação Geral referente ao Contrato 04-81, celebrado entre SUDECAP e Construtora Andrade Gutierrez em março de 2000.
 - Anexo 03: Contrato 14-87 e Termo Aditivo n. 1, celebrados entre SUDECAP e Construtora Andrade Gutierrez.
 - Anexo 04: Instrumentos jurídicos celebrados referentes ao Contrato 21-84 (construção do Túnel da Lagoinha), especificamente:
 - Termos Aditivos n. 4, a n. 8, n. 10 a n. 13.
 - Termo de Encerramento e Quitação Geral referente ao Contrato 21-84, celebrado entre SUDECAP e Construtora Andrade Gutierrez em março de 2000.
 - Anexo 05: Termo de Renúncia, Encerramento e Quitação Geral referente ao Contrato 119-88 (aguapés da Lagoa da Pampulha), celebrado entre SUDECAP e Construtora Andrade Gutierrez em março de 2000.
 - Anexo 06: Guias de Liberação de Pagamento emitidas pela Prefeitura à Construtora Andrade Gutierrez entre 1980 e 1987, referentes ao Contrato 32-79.
 - Anexo 07: Guias de Liberação de Pagamento emitidas pela Prefeitura à Construtora Andrade Gutierrez entre 1984 e 1990, referentes ao Contrato 21-84.
11. Documentos apresentados pela Superintendência de Desenvolvimento da Capital – SUDECAP – documentos juntados em resposta aos Requerimentos de Comissão n. 154/2020 e 333/2020, em 2 de julho de 2020:
- Cópia dos Contratos de Confissão de Dívida 004/88, 005/88, 006/88, 110/88, 113/88, celebrados entre o Município de Belo Horizonte, SUDECAP e a Construtora Andrade Gutierrez.
 - Cópia do Processo Administrativo n. 01.007403.99-00 relativo à Confissão de Dívida celebrada em 1999, firmada em 29 de janeiro de 1999, no valor de R\$ 143.245.643,00.
12. Informações sobre os Termos de Aditamento celebrados em 2008, pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura e a Secretaria Municipal de Fazenda (Ofício



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

SMOBI N° 120/2020, acompanhado de mídia digital – CD —, e Ofício SMFA/GP-DTEL n° 033/2020) – documentos apresentados em resposta aos Requerimentos de Comissão, em 1° de julho de 2020.

13. Resposta apresentada pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura e a Controladoria-Geral do Município (Ofício SMOBI N° 117/2020), sobre informações quanto à responsabilização no âmbito administrativo de agentes públicos em razão das recomendações feitas no relatório da CPI em 1994 – documento apresentado em resposta aos Requerimento de Comissão n. 203/2020 e 333, em 2 de julho de 2020.

14. Resposta apresentada pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (Ofício n° 14725 / 2020 - SEJUD/1° GAVIP), sobre informações quanto à responsabilização civil ou criminal de pessoas indicadas no relatório da CPI em 1994 – documento apresentado em resposta aos Requerimento de Comissão n. 203/2020 e 333, em 7 de julho de 2020.

15. Memorando Proleg n. 38/2020 – documento apresentado em resposta ao Requerimento de Comissão n. 439/2020, em 24 de julho de 2020.

16. Mensagens enviadas via e-mail, pelo ex-prefeito Marcio Araújo Lacerda e seu assessor Adler do Couto Andrade – documentos juntados em Requerimentos de Comissão n. 556/2020 e 562/2020, de 30 de julho de 2020 e 3 de agosto de 2020.

17. Documentos localizados a partir de consulta pública ao site do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – documentos juntados em Requerimento de Comissão n. 555/2020, de 30 de julho de 2020:

- Relatório de Dados do Processo 11.108 (Auditoria e/ou Inspeção referente às obras do Túnel da Lagoinha) e documentos relacionados:
 - Despacho proferido em 15.12.2017 pelo Relator;
 - Despacho proferido em 20.11.2017 pelo Conselheiro Presidente;
 - Parecer proferido em 28.11.2014 pelo Procurador-Geral do Ministério Público de Contas;



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- Opinião proferida em 21.11.2013 pelo Ministério Público de Contas;
- Parecer proferido em 29.08.2012 pela Diretoria de Controle Externo dos Municípios.
- Relatório de Dados do Processo 40.9178 (Auditoria na obra de retirada dos Aguapés da Pampulha).
- Relatório de Dados do Processo 10.788 (Denúncia referente a CPI para apurar irregularidades em obras realizadas em Belo Horizonte por Empreiteiras denunciadas na CPI do Congresso Nacional).
- Relatório de Dados do Processo 704.358 (Pedido de Inspeção para apurar possíveis irregularidades ensejadoras de lesão ao patrimônio público da Capital).

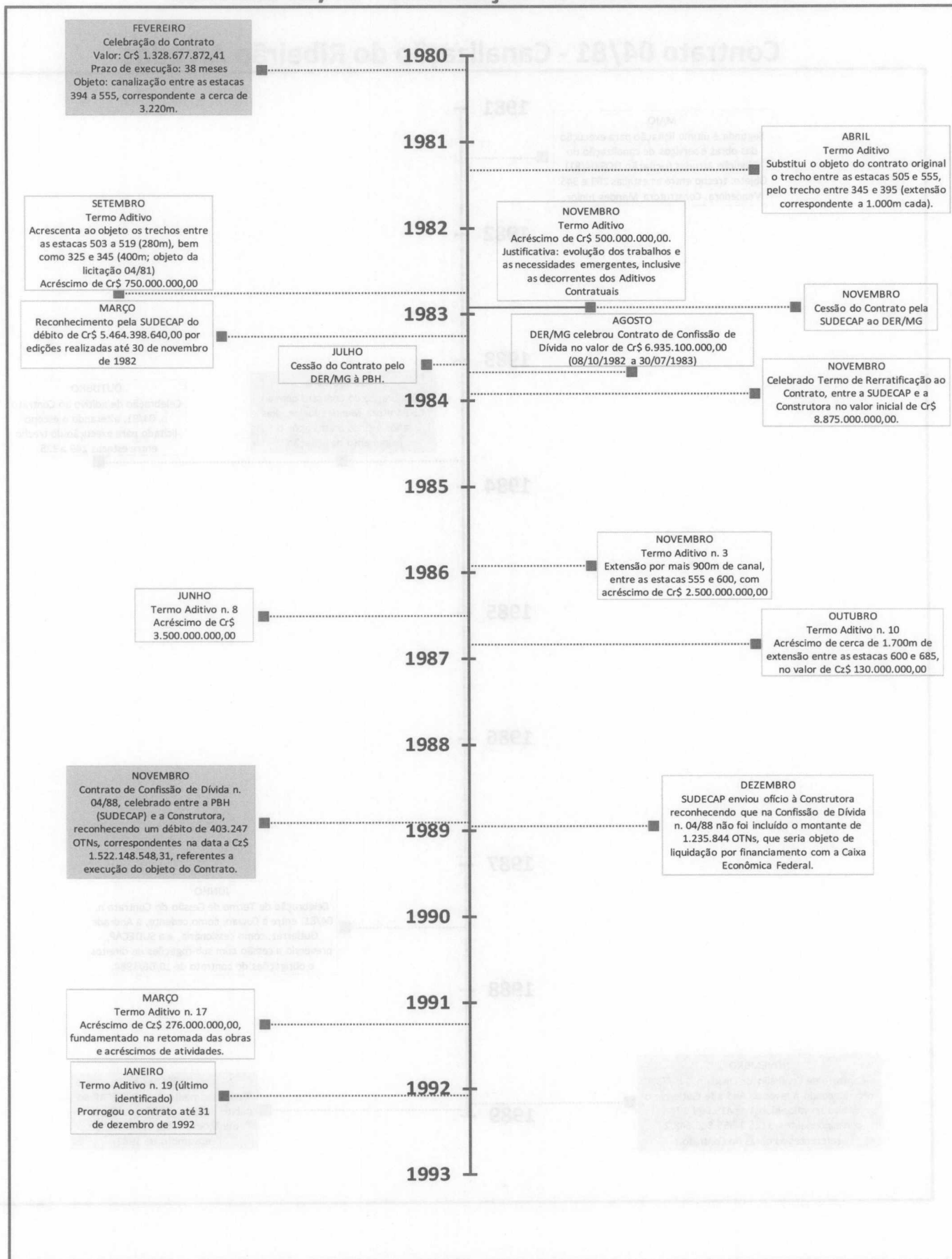
18. E-mail de resposta apresentada pelo Relator desta CPI, em atenção às mensagens eletrônicas enviadas pelo ex-prefeito Márcio Araújo Lacerda e seu assessor Adler do Couto Andrade aos membros desta Comissão, conforme documento juntado em Requerimento de Comissão n. 556/2020 – documento apresentado em Requerimento de Comissão n. 558/2020, em 31 de julho de 2020.

ANEXO 2 – LINHA DO TEMPO

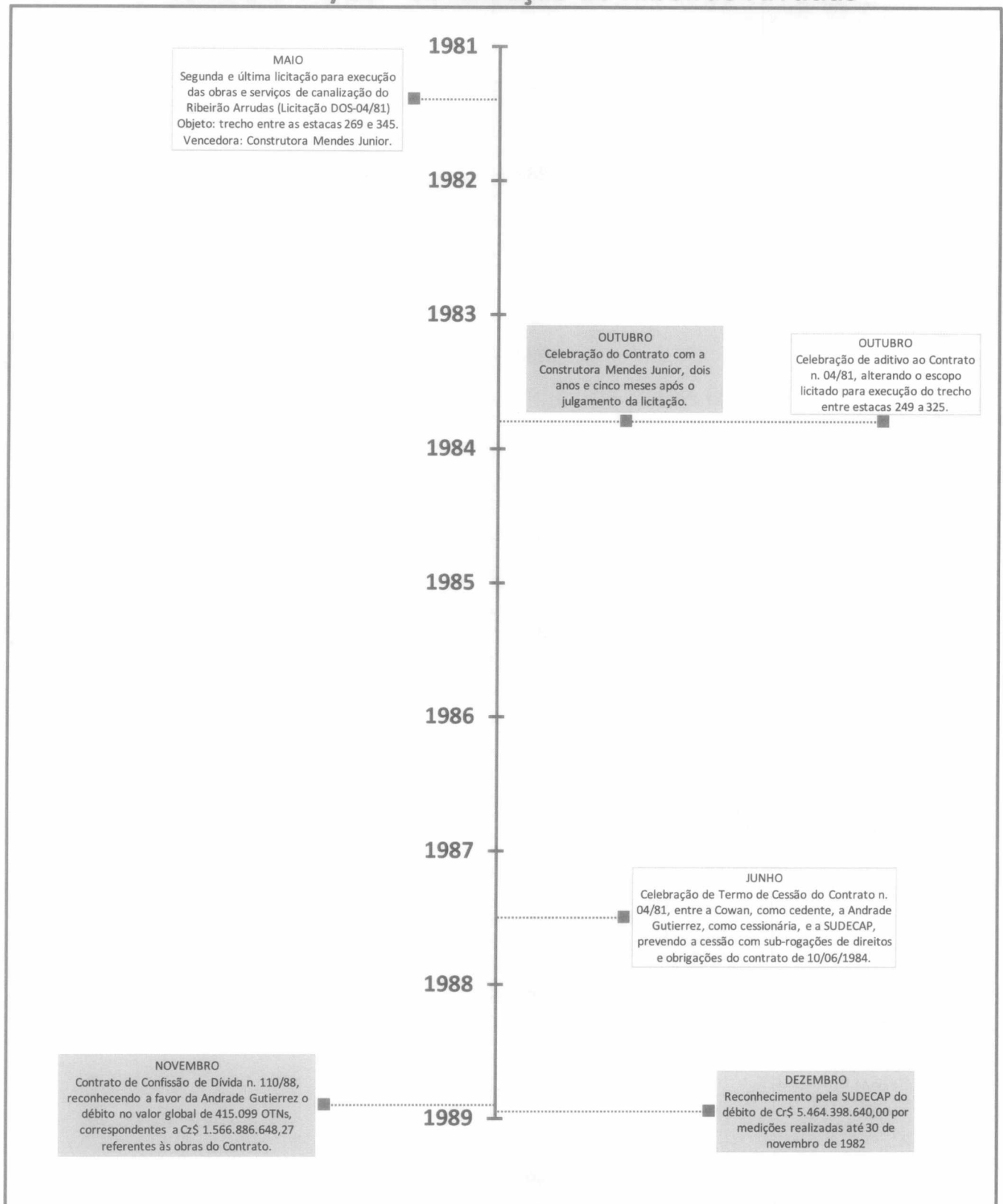
O presente anexo apresenta um esforço de estruturação dos principais fatos apresentados no relatório, até o último pagamento realizado em 2013, quais sejam, os contratos 32/79, 04/81, 21/84, 119/88 e 14/87; bem como o período que compreende a ação de cobrança ajuizada pela Construtora em 1992, a confissão da dívida em 1999 e os pagamentos.

É importante ressaltar que as informações aqui consolidadas foram obtidas através dos documentos disponibilizados pela Prefeitura de Belo Horizonte, pela Câmara Municipal e demais envolvidos, já citados nesse relatório e juntados aos autos da CPI. Além dessa questão, identificamos documentos, como termos aditivos, sem numeração de ordem, constando somente a data, e outros possivelmente foram perdidos no incêndio em 2014. Dessa forma, as linhas do tempo que serão apresentadas visam organizar visualmente principais informações identificadas.

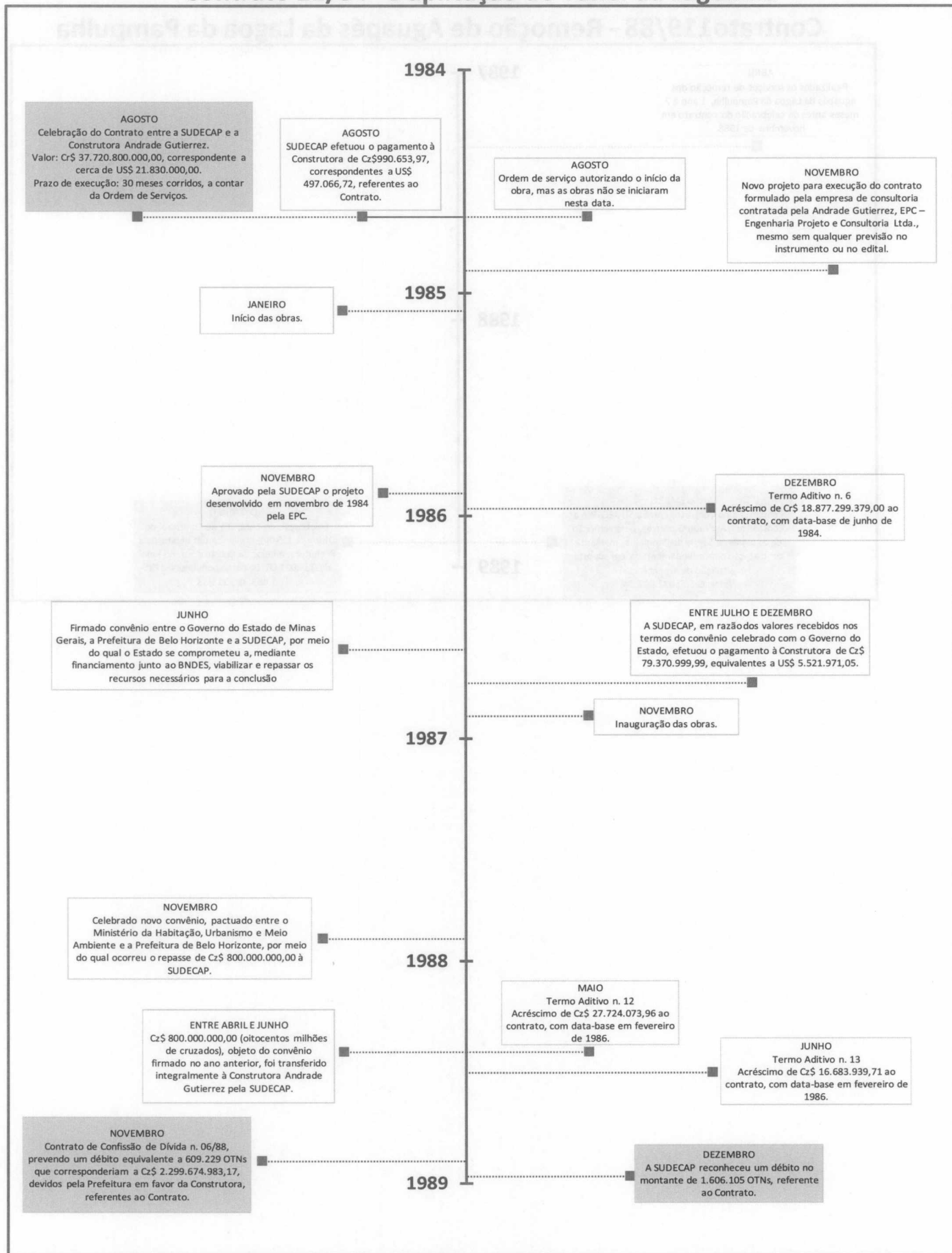
Contrato 32/79 - Canalização do Ribeirão Arrudas



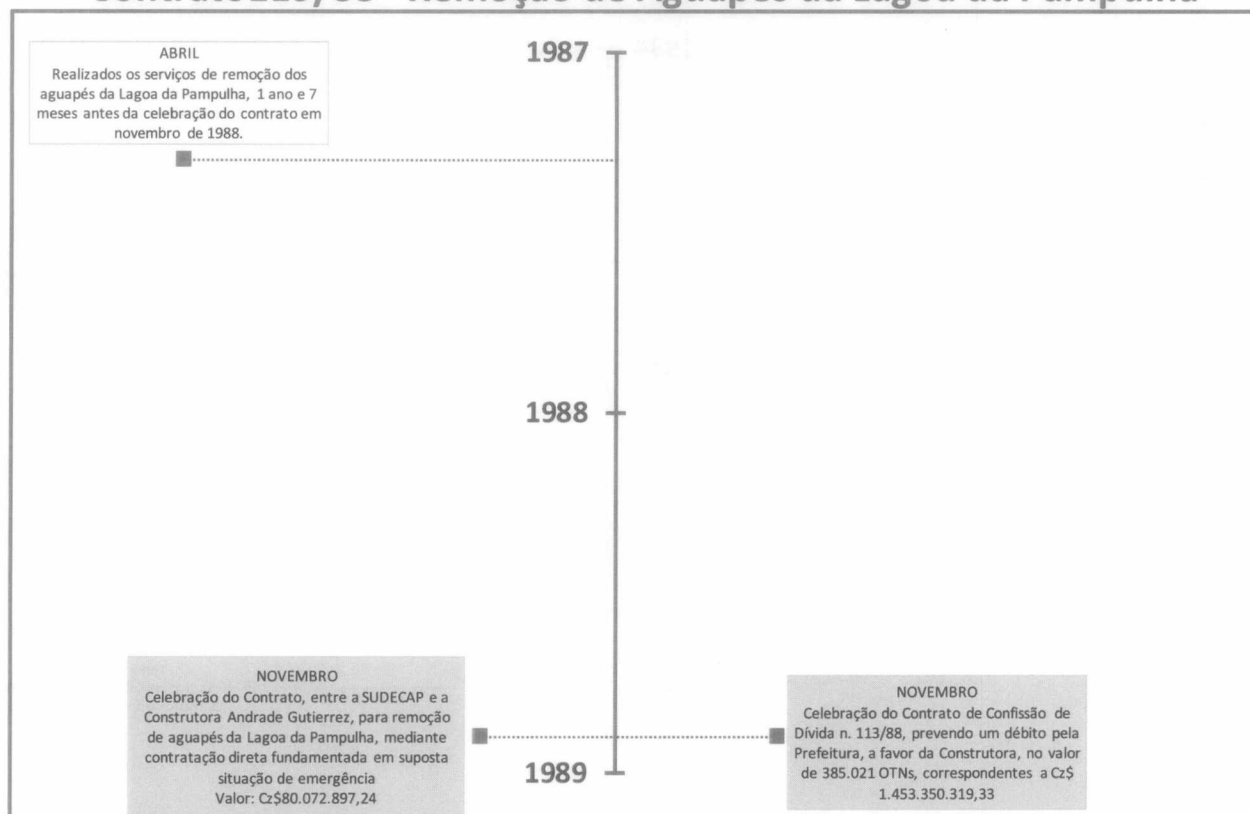
Contrato 04/81 - Canalização do Ribeirão Arrudas



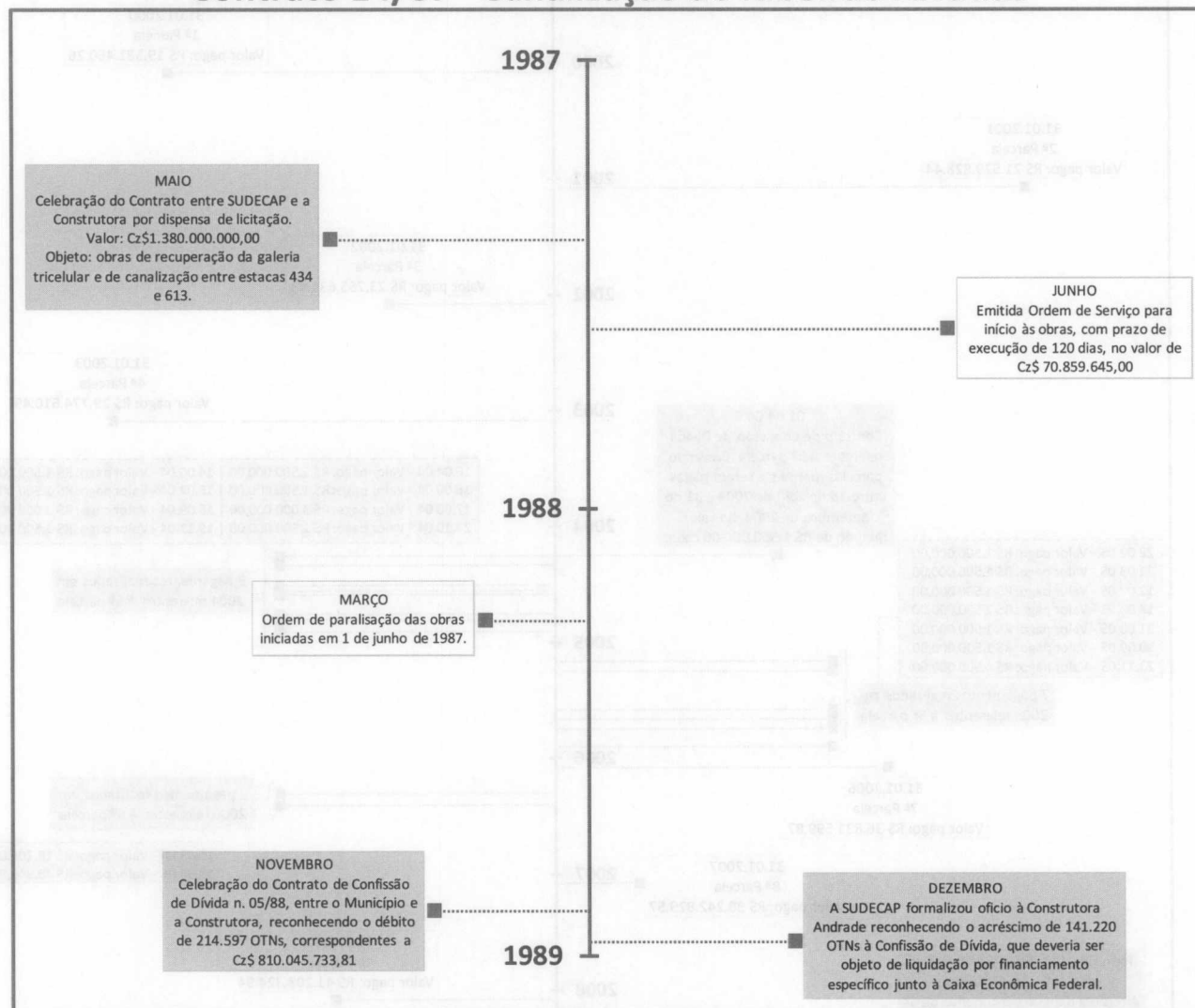
Contrato 21/84 - Duplicação do Túnel da Lagoinha



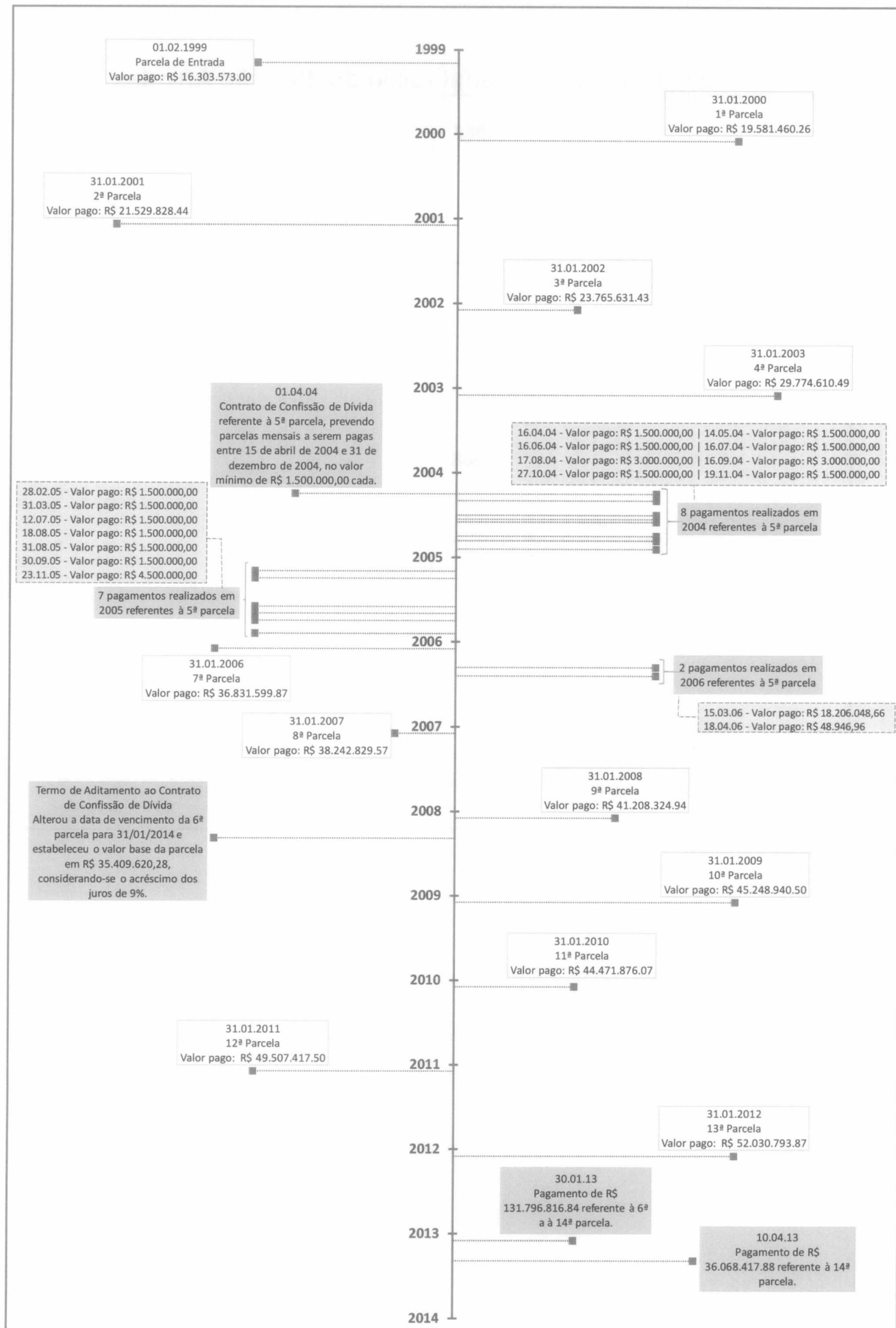
Contrato 119/88 - Remoção de Aguapés da Lagoa da Pampulha



Contrato 14/87 - Canalização do Ribeirão Arrudas



Pagamentos referentes ao Contrato de Confissão de Dívida de 29/01/1999



Anexo 3.1- Planilha de cálculo de valores pagos referente à Confissão de Dívida celebrada em 1999

Parcela	Vencimento	Data Pgto	Valor parcela (R\$)	Valor pago	Valor Apurado ¹	Diferença (valor pago – apurado)	Valor pago atualizado em julho de 2020	Juros 9%a.a até julho 2020	Valor juros	Atualizado + juros em julho 2020
0	31.01.1999	01.02.1999	R\$ 16.303.573.00	R\$ 16.303.573.00	R\$ 16.303.573.84	-R\$ 0.84	R\$ 86.410.252.16	192.75%	R\$ 166.555.761.04	R\$ 252.966.013.20
1	31.01.2000	31.01.2000	R\$ 16.303.573.00	R\$ 19.581.460.26	R\$ 19.580.902.38	R\$ 557.88	R\$ 87.138.575.14	183.75%	R\$ 160.117.131.82	R\$ 247.255.706.96
2	31.01.2001	31.01.2001	R\$ 16.303.573.00	R\$ 21.529.828.44	R\$ 21.529.559.21	R\$ 269.23	R\$ 87.137.181.61	174.75%	R\$ 152.272.224.86	R\$ 239.409.406.47
3	31.01.2002	31.01.2002	R\$ 16.303.573.00	R\$ 23.765.631.43	R\$ 23.762.677.51	R\$ 2.953.92	R\$ 87.146.928.25	162.72%	R\$ 141.805.481.65	R\$ 228.952.409.90
4	31.01.2003	31.01.2003	R\$ 16.303.573.00	R\$ 29.774.610.49	R\$ 29.775.550.93	-R\$ 940.44	R\$ 87.133.340.17	156.75%	R\$ 136.581.510.72	R\$ 223.714.850.89
5	31.01.2004	vide Anexo 3.2	R\$ 16.303.573.00	R\$ 46.754.995.62	R\$ 39.229.094.40	R\$ 7.525.901.22	R\$ 112.261.736.76	Anexo 3.2	R\$ 151.788.098.00	R\$ 264.049.834.76
6	31.01.2005	31.01.13-09.04.13	R\$ 16.303.573.00	R\$ 111.771.109.57	R\$ 95.987.591.24	R\$ 15.783.518.33	R\$ 173.652.994.37	66.75%	R\$ 115.913.373.74	R\$ 289.566.368.11
7	31.01.2006	31.01.2006	R\$ 16.303.573.00	R\$ 36.831.599.87	R\$ 36.819.863.36	R\$ 11.736.51	R\$ 87.163.870.55	129.75%	R\$ 113.095.122.04	R\$ 200.258.992.59
8	31.01.2007	31.01.2007	R\$ 16.303.573.00	R\$ 38.242.829.57	R\$ 38.236.554.17	R\$ 6.275.40	R\$ 87.150.394.96	120.75%	R\$ 105.234.101.91	R\$ 192.384.496.87
9	31.01.2008	31.01.2008	R\$ 16.303.573.00	R\$ 41.208.324.94	R\$ 41.198.461.75	R\$ 9.863.19	R\$ 87.156.954.76	111.75%	R\$ 97.397.896.94	R\$ 184.554.851.70
10	31.01.2009	31.01.2009	R\$ 16.303.573.00	R\$ 45.248.940.50	R\$ 45.238.147.99	R\$ 10.792.51	R\$ 87.156.880.23	102.75%	R\$ 89.553.694.44	R\$ 176.710.574.67
11	31.01.2010	31.01.2010	R\$ 16.303.573.00	R\$ 44.471.876.07	R\$ 44.463.547.31	R\$ 8.328.76	R\$ 87.152.416.08	93.75%	R\$ 81.705.390.08	R\$ 168.857.806.16
12	31.01.2011	31.01.2011	R\$ 16.303.573.00	R\$ 49.507.417.50	R\$ 49.497.717.25	R\$ 9.700.25	R\$ 87.153.169.66	84.75%	R\$ 73.862.311.29	R\$ 161.015.480.95
13	31.01.2012	31.01.2012	R\$ 16.303.573.00	R\$ 52.030.793.87	R\$ 52.020.983.72	R\$ 9.810.15	R\$ 87.152.521.49	75.75%	R\$ 66.018.035.03	R\$ 153.170.556.52
14	31.01.2013	31.01.13-09.04.13	R\$ 16.303.573.00	R\$ 56.094.125.15	R\$ 56.084.830.40	R\$ 9.294.75	R\$ 86.682.471.50	65.25%	R\$ 56.560.312.65	R\$ 143.242.784.15
			R\$ 244.553.595.00	R\$ 633.117.116.28		R\$ 23.388.060.82	R\$ 1.417.649.687.69		R\$ 1.708.460.446.21	R\$ 3.126.110.133.90

¹Cálculo pela calculadora do cidadão do Banco Central: <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores>

Anexo 3.2 - Planilhas de cálculo dos valores referentes à 5ª parcela

	Pagamento 5ª parcela		Atualização	Juros	Valor juros	Atualizado +juros
1	16.04.04	R\$ 1.500.000.00	R\$ 3.782.799.90	146.16%	R\$ 5.528.940.33	R\$ 9.311.740.23
2	14.05.04	R\$ 1.500.000.00	R\$ 3.884.540.40	145.44%	R\$ 5.649.675.56	R\$ 9.534.215.96
3	16.06.04	R\$ 1.500.000.00	R\$ 3.834.310.80	144.72%	R\$ 5.549.014.59	R\$ 9.383.325.39
4	16.07.04	R\$ 1.500.000.00	R\$ 3.782.117.70	144.00%	R\$ 5.446.249.49	R\$ 9.228.367.19
5	17.08.04	R\$ 3.000.000.00	R\$ 7.466.425.20	142.92%	R\$ 10.671.014.90	R\$ 18.137.440.10
6	16.09.04	R\$ 3.000.000.00	R\$ 7.376.432.70	142.20%	R\$ 10.489.287.30	R\$ 17.865.720.00
7	27.10.04	R\$ 1.500.000.00	R\$ 3.662.942.10	141.48%	R\$ 5.182.330.48	R\$ 8.845.272.58
8	19.11.04	R\$ 1.500.000.00	R\$ 3.648.712.05	140.76%	R\$ 5.135.927.08	R\$ 8.784.639.13
9	28.02.05	R\$ 1.500.000.00	R\$ 3.578.495.70	137.88%	R\$ 4.934.029.87	R\$ 8.512.525.57
10	31.03.05	R\$ 1.500.000.00	R\$ 3.567.792.30	138.60%	R\$ 4.944.960.13	R\$ 8.512.752.43
11	12.07.05	R\$ 1.500.000.00	R\$ 3.530.826.00	135.00%	R\$ 4.766.615.10	R\$ 8.297.441.10
12	18.08.05	R\$ 1.500.000.00	R\$ 3.542.871.75	133.92%	R\$ 4.744.613.85	R\$ 8.287.485.60
13	31.08.05	R\$ 1.500.000.00	R\$ 3.542.871.75	133.92%	R\$ 4.744.613.85	R\$ 8.287.485.60
14	30.09.05	R\$ 1.500.000.00	R\$ 3.566.051.10	133.20%	R\$ 4.749.980.07	R\$ 8.316.031.17
15	23.11.05	R\$ 4.500.000.00	R\$ 10.691.009.55	131.76%	R\$ 14.086.474.18	R\$ 24.777.483.73
16	15.03.06	R\$ 18.206.048.66	R\$ 42.688.505.15	128.88%	R\$ 55.016.945.44	R\$ 97.705.450.59
17	18.04.06	R\$ 48.946.96	R\$ 115.032.61	128.16%	R\$ 147.425.79	R\$ 262.458.40
	total	R\$ 46.754.995.62	R\$ 112.261.736.76		R\$ 151.788.098.00	R\$ 264.049.834.76

Valor apurado da 5ª parcela	
Valor-base parcela	R\$ 16.303.573.00
Valor corrigido em 01.04.2004	R\$ 33.244.995.25
Multa 10%	R\$ 3.324.499.53
Juros de 1% ao mês	R\$ 332.449.95
Juros em 8 meses	R\$ 2.659.599.62
Valor total devido	R\$ 39.229.094.40

Atualização diferença apurada 5ª parcela	
Diferença apurada	R\$ 7.525.901.23
Juros 9% a.a (dez. 2004 a jul. 2020)	140%
Índice IGPM dez.2004 a jul. 2020	2.4126906
Valor atualizado em julho 2020	R\$ 18.157.671.14
Valor dos juros	R\$ 10.536.261.72
Valor atualizado + juros	R\$ 28.693.932.86

Anexo 3.3 - Planilhas de cálculo referentes aos pagamentos da 6ª e 14ª parcelas

Apuração valor devido 6ª parcela	
Valor-base parcela	R\$ 16.303.573.00
Juros 9% ao ano (jan.2005 a jan. 2013)	72.00%
Índice IGPM (fev.1999 a jan.2013)	3.422976
Valor Juros 9% ao ano (jan.2005 a jan. 2013)	R\$ 11.738.572.56
Valor-base parcela em jan. 2013	R\$ 28.042.145.56
Valor parcela atualizada em jan. 2013	R\$ 95.987.591.24

Pagamento 6ª e 14ª			
Data pagamento	Valor	Valor referente 6ª parcela	Valor referente a 4ª parcela
30.01.13	R\$ 131.796.816.84	R\$ 111.771.109.57	R\$ 20.025.707.27
10.04.13	R\$ 36.068.417.88	R\$ -00	R\$ 36.068.417.88
total	R\$ 167.865.234.72	R\$ 111.771.109.57	R\$ 56.094.125.15

Anexo 3.4 - Planilha atualização valor pago a maior (nos moldes contratuais)

	Diferença (valor pago – apurado)	Índice atualização IGP-M	Diferença atualizado	Juros 9%a.a	Valor dos juros	Atualizado + juros
0	-R\$ 0.84	R\$ 5.34	-R\$ 4.49	192.75%	-R\$ 8.65	-R\$ 13.14
1	R\$ 557.88	R\$ 4.45	R\$ 2.482.60	183.75%	R\$ 4.561.77	R\$ 7.044.37
2	R\$ 269.23	R\$ 4.05	R\$ 1.089.65	174.75%	R\$ 1.904.16	R\$ 2.993.81
3	R\$ 2.953.92	R\$ 3.67	R\$ 10.831.82	165.75%	R\$ 17.953.74	R\$ 28.785.56
4	-R\$ 940.44	R\$ 2.93	-R\$ 2.752.13	156.75%	-R\$ 4.313.97	-R\$ 7.066.10
5	R\$ 7.525.901.22	R\$ 2.39	R\$ 18.024.291.84	138.00%	R\$ 24.873.522.74	R\$ 42.897.814.58
6	R\$ 15.783.518.33	1.5536483	R\$ 24.522.036.42	66.75%	R\$ 16.368.459.31	R\$ 40.890.495.73
7	R\$ 11.736.51	2.3665513	R\$ 27.775.05	129.75%	R\$ 36.038.13	R\$ 63.813.18
8	R\$ 6.275.40	2.2788689	R\$ 14.300.81	120.75%	R\$ 17.268.23	R\$ 31.569.05
9	R\$ 9.863.19	2.1150327	R\$ 20.860.97	111.75%	R\$ 23.312.13	R\$ 44.173.10
10	R\$ 10.792.51	1.926164	R\$ 20.788.14	102.75%	R\$ 21.359.82	R\$ 42.147.96
11	R\$ 8.328.76	1.9597198	R\$ 16.322.04	93.75%	R\$ 15.301.91	R\$ 31.623.94
12	R\$ 9.700.25	1.7604063	R\$ 17.076.38	84.75%	R\$ 14.472.23	R\$ 31.548.61
13	R\$ 9.810.15	1.6750181	R\$ 16.432.18	75.75%	R\$ 12.447.38	R\$ 28.879.55
14	R\$ 9.294.75	1.5536483	R\$ 14.440.77	65.25%	R\$ 9.422.60	R\$ 23.863.38
	R\$ 23.388.060.82		R\$ 42.705.972.05		R\$ 41.411.701.54	R\$ 84.117.673.60

Anexo 3.5 - Valores que teriam sido pagos se não houvesse atraso nas parcelas 5, 6 e 14

Parcela	Valor parcela (R\$)	Vencimento	Valor parcela no venc. c/ IGP-M
0	R\$ 16.303.573.00	31.01.1999	R\$ 16.303.573.84
1	R\$ 16.303.573.00	31.01.2000	R\$ 19.580.902.38
2	R\$ 16.303.573.00	31.01.2001	R\$ 21.529.559.21
3	R\$ 16.303.573.00	31.01.2002	R\$ 23.762.677.51
4	R\$ 16.303.573.00	31.01.2003	R\$ 29.775.550.93
5	R\$ 16.303.573.00	31.01.2004	R\$ 32.093.865.50
6	R\$ 16.303.573.00	31.01.2005	R\$ 36.079.919.54
7	R\$ 16.303.573.00	31.01.2006	R\$ 36.819.863.36
8	R\$ 16.303.573.00	31.01.2007	R\$ 38.236.554.17
9	R\$ 16.303.573.00	31.01.2008	R\$ 41.198.461.75
10	R\$ 16.303.573.00	31.01.2009	R\$ 45.238.147.99
11	R\$ 16.303.573.00	31.01.2010	R\$ 44.463.547.31
12	R\$ 16.303.573.00	31.01.2011	R\$ 49.497.717.25
13	R\$ 16.303.573.00	31.01.2012	R\$ 52.020.983.72
14	R\$ 16.303.573.00	31.01.2013	R\$ 55.617.638.84
	R\$ 244.553.595.00		R\$ 542.218.963.30

Anexo 3.6 - Diferença valores planilha 3.5 atualizados

Parcela	Vencimento	Valor pago	Valor parcela no venc. c/ IGP-M	Diferença (valor pago – valor no vencimento)	IGP-M a partir do vencimento	Diferença atualizada
0	31.01.1999	R\$ 16.303.573.00	R\$ 16.303.573.84	-R\$ 0.84	5.3446011	-R\$ 4.49
1	31.01.2000	R\$ 19.581.460.26	R\$ 19.580.902.38	R\$ 557.88	4.450055	R\$ 2.482.60
2	31.01.2001	R\$ 21.529.828.44	R\$ 21.529.559.21	R\$ 269.23	4.0472771	R\$ 1.089.65
3	31.01.2002	R\$ 23.765.631.43	R\$ 23.762.677.51	R\$ 2.953.92	3.6669309	R\$ 10.831.82
4	31.01.2003	R\$ 29.774.610.49	R\$ 29.775.550.93	-R\$ 940.44	2.9264309	-R\$ 2.752.13
5	31.01.2004	R\$ 46.754.995.62	R\$ 32.093.865.50	R\$ 14.661.130.12	2.6924226	R\$ 39.473.958.08
6	31.01.2005	R\$ 111.771.109.57	R\$ 36.079.919.54	R\$ 75.691.190.03	2.3949679	R\$ 181.277.970.43
7	31.01.2006	R\$ 36.831.599.87	R\$ 36.819.863.36	R\$ 11.736.51	2.3665513	R\$ 27.775.05
8	31.01.2007	R\$ 38.242.829.57	R\$ 38.236.554.17	R\$ 6.275.40	2.2788689	R\$ 14.300.81
9	31.01.2008	R\$ 41.208.324.94	R\$ 41.198.461.75	R\$ 9.863.19	2.1150327	R\$ 20.860.97
10	31.01.2009	R\$ 45.248.940.50	R\$ 45.238.147.99	R\$ 10.792.51	1.926164	R\$ 20.788.14
11	31.01.2010	R\$ 44.471.876.07	R\$ 44.463.547.31	R\$ 8.328.76	1.9597198	R\$ 16.322.04
12	31.01.2011	R\$ 49.507.417.50	R\$ 49.497.717.25	R\$ 9.700.25	1.7604063	R\$ 17.076.38
13	31.01.2012	R\$ 52.030.793.87	R\$ 52.020.983.72	R\$ 9.810.15	1.6750181	R\$ 16.432.18
14	31.01.2013	R\$ 56.094.125.15	R\$ 55.617.638.84	R\$ 476.486.31	1.5536483	R\$ 740.292.15
		R\$ 633.117.116.28	R\$ 542.218.963.30	R\$ 90.898.152.98		R\$ 221.637.423.68

Comissão Parlamentar de Inquérito - Andrade Gutierrez

CRONOLOGIA DE EVENTOS

1980
a
1988

1 CONTRATAÇÕES

CONTRATO N. 32/79

- Objeto: obras e serviços de canalização do Ribeirão Arrudas
- Celebrado em: 27/02/80

SUB-ROGAÇÃO PARCIAL DO CONTRATO 04/81

- Objeto: obras e serviços de canalização do Ribeirão Arrudas
- Celebrado em: 27/10/83 (embora licitação tenha ocorrido em maio de 1981)

CONTRATO N. 14/87

- Objeto: obras e serviços de canalização do Ribeirão Arrudas
- Celebrado em: 29/05/87

CONTRATO N. 21/84

- Objeto: obras e serviços de duplicação do Túnel da Lagoinha
- Celebrado em: 14/08/84

CONTRATO N. 119/88

- Objeto: remoção dos aguapés da Lagoa da Pampulha
- Celebrado em: 24/11/88

INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES

- Celebração de contratos sem licitação, por suposta hipótese de emergência, o que não restou comprovado;
- Celebração de contrato posterior à execução do serviço;
- Sucessão de aditivos contratuais aumentando significativamente o escopo, o prazo e o valor das obras;
- Ausência de documentação completa sobre o instrumentos contratuais celebrados, inclusive com extravio de documentos de alguns contratos, face ao incêndio ocorrido na empresa de guarda de documentos da Prefeitura em 2014;
- Índícios de superfaturamento em alguns contratos;
- Reconhecimento de dívida pela Prefeitura, mesmo após o repasse de recursos pelo Governo Estadual e Federal decorrente de convênios celebrados para quitação da obra;
- Celebração de instrumentos de reconhecimento de dívida pela Prefeitura e pela SUDECAP, sem lastro ou qualquer referência documental de origem dos valores;
- Confissão de débito em valor superior ao dobro do previsto no contrato celebrado apenas 6 dias antes.

1988

2 CONFISSÕES DE DÍVIDA

CONTRATO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA N. 04/88:

- Celebrado em novembro de 1988
- Referente ao Contrato n. 32/79 (Ribeirão Arrudas)
- Reconhecendo um débito pela Prefeitura, a favor da Construtora, no valor de 403.247 OTNs, correspondentes na data a Cz\$ 1.522.148.548,31.
- Obs. Em dezembro de 1988, a SUDECAP reconheceu um acréscimo ao débito de 1.235.844 OTNs.

CONTRATO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA N. 05/88:

- Celebrado em novembro de 1988
- Referente ao Contrato n. 14/87 (Ribeirão Arrudas)
- Reconhecendo um débito pela Prefeitura, a favor da Construtora, no valor de 214.597 OTNs, correspondentes a Cz\$ 810.045.733,81
- Obs. Em dezembro de 1988, a SUDECAP reconheceu um acréscimo ao débito de 141.220 OTNs.

CONTRATO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA N. 110/88:

- Celebrado em novembro de 1988
- Referente ao Contrato n. 04/81 (Ribeirão Arrudas)
- Reconhecendo um débito pela Prefeitura, a favor da Construtora, no valor de 415.099 OTNs, correspondentes a Cz\$ 1.566.886.648,27
- Obs. Em dezembro de 1988, a SUDECAP reconheceu um acréscimo ao débito de Cr\$5.464.398.640,00.

CONTRATO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA N. 06/88:

- Celebrado em novembro de 1988
- Referente ao Contrato 21/84 (Túnel da Lagoinha)
- Reconhecendo um débito pela Prefeitura, a favor da Construtora, no valor de 609.229 OTNs, correspondentes a Cz\$ 2.299.674.983,17
- Obs. Em dezembro de 1988, a SUDECAP reconheceu um acréscimo ao débito no montante de 1.606.105 OTNs.

CONTRATO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA N. 113/88:

- Celebrado em novembro de 1988
- Referente ao Contrato 119/88 (aguapés da Pampulha)
- Reconhecendo um débito pela Prefeitura, a favor da Construtora, no valor de 385.021 OTNs, correspondentes a Cz\$ 1.453.350.319,33.

1991
a
1999

3 AÇÃO DE COBRANÇA N. 0024.91.830944-4

OBJETIVO

• Ação de Cobrança ajuizada pela Construtora Andrade Gutierrez em dezembro de 1991 requerendo o pagamento de valores que estariam em aberto a partir das Confissões de Dívidas celebradas em 1988 no âmbito dos contratos.

DEFESAS

• As defesas apresentadas pelo Município e pela SUDECAP se limitaram a contestar os encargos incidentes sobre o valor da dívida, especificamente a incidência de juros de mercado e a data inicial para a correção monetária.

FATOS RELEVANTES

• As conclusões apontadas na CPI das Empreiteiras de indícios de atos lesivos e ilegais nos contratos que deram origem ao objeto da ação cobrança não foram veiculadas no processo.

DESFECHO

• Antes do trânsito em julgado da ação e após o encaminhamento da CPI das Empreiteiras ao TCE de Contas em 1994 para que fossem apuradas possíveis irregularidades, foi promulgada a Lei n. 7.639/99, que autorizava a renegociação das confissões de dívidas referendadas na Lei n. 5.371/88 e ao Contrato de Confissão de Dívida celebrado em 29 de janeiro de 1999.

1993
a
1994

4 CPI DAS EMPREITEIRAS

OBJETIVO

• Apurar irregularidades em obras realizadas por diversas empreiteiras denunciadas na CPI em funcionamento no Congresso Nacional, que tratou de irregularidades efetivadas no Orçamento da União.

• Incluiu obras realizadas pela Construtora Andrade Gutierrez que, posteriormente, vieram a dar origem ao débito ora objeto da presente Comissão.

CONCLUSÃO E ENCAMINHAMENTOS:

• Em maio de 1994, o relatório final concluiu que, face a relação duvidosa que se verificou ao longo dos trabalhos entre as autoridades públicas e as empreiteiras investigadas, houve sinalização de favorecimento à essas empresas, em detrimento do patrimônio público.

• Foram encaminhadas cópias dos autos ao Tribunal de Contas do Estado, para que procedesse com a auditoria completa das obras investigadas, e ao Ministério Público de Minas Gerais, para a responsabilização cabível.

29 jan
1999

5 CONFISSÃO DE DÍVIDA

VALORES

• Previsto no Contrato: R\$ 143.245.643,00, moeda de 31 de janeiro de 1999, a ser pago no prazo de 14 anos a partir da referida data, incidindo sobre a dívida juros de 9% ao ano e correção pelo IGP-M.

• Anexo ao Contrato: estabeleceu o pagamento por meio da Tabela Price (juros capitalizados), em 15 prestações (uma entrada e 14 parcelas) fixas no valor originário de R\$ 16.303.573,00, totalizando o valor histórico da dívida em R\$244.553.595,00.

FATOS RELEVANTES

• Art. 6º da Lei nº 7.639/99 (que autorizou a celebração da Confissão de Dívida) determinava que a Prefeitura encaminhasse relatórios semestrais de atualização da dívida ou de documentos de quitação de parcelas pagas à Câmara Municipal. No entanto, tal exigência nunca foi cumprida pelo Executivo.

1999
a
2013

6 PAGAMENTOS

VALORES PAGOS

• Total histórico pago pela Prefeitura: R\$ 633.117.117,12.

• Valor pago atualizado (em julho de 2020): R\$ 1.417.649.687,69.

• Valor atualizado + juros contratuais (em julho de 2020): R\$ 3.126.110.133,90.

QUESTIONAMENTOS EM RELAÇÃO AOS VALORES PAGOS:

• Total histórico que teria sido pago, se não houvesse atraso nas parcelas n. 5, 6 e 14: R\$ 542.195.448,51

• Diferença entre o valor histórico pago pela Prefeitura (R\$633.117.116,28) e o valor que deveria ser pago (R\$ 542.195.448,51) caso não houvesse atrasos nas parcelas n. 5, 6 e 14: R\$90.921.667,77.

FATOS RELEVANTES

• As parcelas n. 5, 6 e 14 foram pagas com atraso, sem qualquer justificativa para tanto, sendo quitadas anos depois, com incidência de multas contratuais e reajustes.

• Embora o Contrato previsse a atualização das parcelas sempre a partir de fevereiro de 1999, os pagamentos realizados pela Prefeitura eram realizados a partir da atualização das parcelas em janeiro de 1999, aumentando, portanto, o valor quitado.